

HISTÓRIA EM FRACTAIS

Vol. 1: Fragmentos do passado



Organizadores:
Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira
Fagno da Silva Soares
Gilson Pôrto Júnior


Observatório
Edições

Audiodescrição:

A capa possui formato vertical e fundo em tons envelhecidos de bege, lembrando papel antigo com textura artesanal. Na parte superior, há um grande retângulo vermelho escuro com o título "HISTÓRIA EM FRACTAIS" escrito em letras brancas grandes, espessas e texturizadas. Logo abaixo, em fonte serifada marrom, aparece o subtítulo: "Vol. 1: Fragmentos do passado". No centro da composição, destaca-se a figura de uma mulher inspirada na estética clássica greco-romana. Ela parece uma estátua construída por pequenos fragmentos geométricos coloridos, semelhantes a mosaicos ou fractais. A personagem está sentada, com expressão concentrada e olhar voltado para um tablet digital que segura nas mãos. Sobre o colo, há um livro aberto, reforçando o diálogo entre conhecimento tradicional e tecnologia contemporânea. O fundo atrás da figura é dividido em duas áreas cromáticas contrastantes: à esquerda predominam tons quentes de vermelho, laranja e dourado; à direita, tons frios de azul e turquesa. Ambas as áreas são compostas por padrões triangulares e fragmentados, criando efeito visual de mosaico digital. No canto inferior esquerdo, aparece uma ampulheta dourada, simbolizando o tempo e a historicidade. No canto inferior direito, há uma espécie de corneta ou trombeta dourada antiga, associada à comunicação e à memória histórica. Na parte inferior da capa, à esquerda, lê-se "Organizadores:" seguido dos nomes: Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira, Fagno da Silva Soares, e Gilson Pôrto Júnior. À direita, encontra-se a logomarca da editora Observatório Edições, composta por formas geométricas coloridas em azul, amarelo e verde, acompanhadas do nome da editora em letras pretas. A composição mistura elementos clássicos e digitais, sugerindo relações entre memória, tecnologia, fragmentação do conhecimento e interpretação histórica contemporânea. Fim da audiodescrição.

Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira
Fagno da Silva Soares
Gilson Pôrto Jr.
(Orgs.)

HISTÓRIA EM FRACTAIS
Vol. 1 – Fragmentos do passado

Observatório Edições
2026

Diagramação/Projeto Gráfico: Gilson Pôrto Jr.
Arte de capa: Gilson Pôrto Jr. com uso de prompt autoral.
Publicado em: Junho/2026.

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa, de propriedade intelectual e de uso de imagens, os autores de cada trabalho são plenamente responsáveis por todo seu conteúdo (inclusive pelos textos, figuras e fotos nele publicadas), isentando os organizadores de qualquer responsabilidade em todas as possíveis situações.



Todos os livros publicados pelo Selo Observatório/OPAJE estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2)**

H673

História em fractais. Vol. 1 – Fragmentos do passado. [recurso eletrônico]. / Organização: Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira, Fagno da Silva Soares Gilson Pôrto Jr. – Palmas, TO: Observatório Edições, 2026.

189 p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-979349-4-2

1. História. 2. Historiografia. 3. Estudos Históricos. I. Oliveira, Giuseppe Roncalli Ponce Leon de. II. Soares, Fagno da Silva. III. Pôrto Jr., Gilson.

CDD 907.2
CDU 930.1(082)
LCC D16

Marcelo Diniz – Bibliotecário – CRB 2/1533. Resolução CFB 184/2017.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Observatório Edições e/ou do OPAJE/UFT. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Todos os artigos passaram por avaliação dos pares.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

REITORA

Profa. Dra. Maria Santana
Ferreira dos Santos

VICE-REITOR

Prof. Dr. Marcelo Leinerker Costa

Pró-Reitor de Graduação

Profa. Dra. Valdirene de Jesus

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. Marcos Vinicius Giongo Alves

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Profa. M. Bruno Barreto

Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT)

Dr. Danilo de Melo Sousa
Dra. Eliane Marques dos Santos
Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior
Dr. Fernando Rodrigues Peixoto Quaresma
Dr. José Lauro Martins
Dr. Nelson Russo de Moraes
Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Dra. Mari Terezinha Vieira
Dr. Sinomar Soares de Carvalho Silva



SELO EDITORIAL Observatório/OPAJE CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE

Prof. Dr. José Lauro Martins

Membros:

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Brasil

Profa. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista

Universidade de Caxias do Sul; Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Profa. Dra. Thais de Mendonça Jorge

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Prof. Dr. Fagno da Silva Soares

Clio & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisa em História Oral e Memória
– Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Brasil

Prof. Dr. Luiz Francisco Munaro

Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

Prof. Dr. José Manuel Pelóez

Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes

Universidade Estadual do Tocantins, Brasil

Como Referenciar ABNT NBR 6023/2018

Documento no todo

OLIVEIRA, Giuseppe Roncalli Ponce Leon de; SOARES, Fagno da Silva; PÔRTO JR., Gilson (Orgs.). **HISTÓRIA EM FRACTAIS. Vol. 1 – Fragmentos do passado.** Palmas, TO: Observatório Edições, 2026. 189 p. ISBN 978-65-979349-4-2.

Nos Capítulos

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. *In*: OLIVEIRA, Giuseppe Roncalli Ponce Leon de; SOARES, Fagno da Silva; PÔRTO JR., Gilson (Orgs.). **HISTÓRIA EM FRACTAIS. Vol. 1 – Fragmentos do passado.** Palmas, TO: Observatório Edições, 2026, p. xx-xx.

SUMÁRIO

PREFÁCIO – A HISTÓRIA COMO FRACTAL DO TEMPO: processos historiográficos em (re)construção / 9

Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira, Fagno da Silva Soares e Gilson Pôrto Jr.

CAPÍTULO 1. HISTÓRIA EM POLÍGONOS: Geometrias da Temporalidade, Escalas e Regimes de Historicidade / 17

Fagno da Silva Soares

CAPÍTULO 2. AS FONTES HISTÓRICAS E AS DIFERENTES ABORDAGENS: desafios e perspectivas metodológicas / 39

Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira

CAPÍTULO 3. PIQUIÁ DE BAIXO: a resistência de uma comunidade frente aos impactos da mineração no corredor Carajás e o processo de reassentamento / 61

Matheus Carvalho de Abreu e Fagno da Silva Soares

CAPÍTULO 4. UM OLHAR PARA O FUTURO: perspectivas decoloniais no contexto dos museus etnográficos contemporâneos / 89

Yan Victor Silva Machado

CAPÍTULO 5. A CIDADE COMO INSTÂNCIA FUNDAMENTAL DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL / 105

Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira e Keila Queiroz e Silva

CAPÍTULO 6. O NHANDEREKO COMO ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA CULTURAL MBYA GUARANI / 119

Ubirajara Salles Zoccoli

CAPÍTULO 7. A GÊNESE DE MELEAGRO (1951): Um estudo a partir de seus arquivos da criação / 141

Cláudio Roberto Araújo de Arruda Júnior, Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira e Lucas Gomes de Medeiros

CAPÍTULO 8. NARRATIVAS DO PASSADO-PRESENTE MEDIEVAL: educação e segurança no Portugal medievo / 169

Gilson Pôrto Jr.

ÍNDICE REMISSIVO / 179

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES / 185

A HISTÓRIA COMO FRACTAL DO TEMPO: processos historiográficos em (re)construção

A obra **HISTÓRIA EM FRACTAIS: fragmentos do passado – Volume I** vem a público apresentando um conjunto plural e articulado de reflexões que intentam produzir recortes diversos, explorar temáticas múltiplas e percorrer temporalidades variadas. Este volume reúne investigações e experiências ancoradas no campo da História e em áreas afins, tensionando e expandindo as fronteiras teórico-metodológicas da pesquisa histórica contemporânea. Pretende-se, assim, compor um mosaico crítico e interdisciplinar de abordagens empírico-conceituais, contribuindo para o adensamento do debate acadêmico acerca dos sentidos, deslocamentos e desafios da historiografia no tempo presente. O livro estrutura-se em eixos temáticos que contemplam desde discussões epistemológicas e teóricas até análises aplicadas, relatos de experiências e estudos desenvolvidos em diferentes contextos socioculturais e recortes temporais.

Esta obra inaugura o primeiro volume de uma série de dois volumes, busca-se constituir um ambiente dialógico no qual se manifeste um amplo espectro da História Cultural, promovendo a imersão em um rico mosaico de reflexões e práticas também ancoradas na Museologia, no Patrimônio, na Antropologia e em suas múltiplas conexões interdisciplinares. A pluralidade dos objetos de estudo aqui abordados é, por natureza, caleidoscópica: fragmentos que, ao se articularem, revelam padrões interpretativos mais amplos, em consonância com a metáfora dos fractais que inspira esta obra. Os capítulos reunidos resultam do esforço coletivo de pesquisadores e pesquisadoras comprometidos com uma História crítica, socialmente implicada e atenta aos desafios do tempo presente. Sob inspiração interdisciplinar, a coletânea propõe-se como espaço de diálogo entre diferentes campos do saber, articulando abordagens teórico-metodológicas e práticas investigativas diversas. Trata-se, portanto, de um convite ao debate, à escuta e à construção coletiva de saberes fronteiriços, atravessados por dilemas, possibilidades e transformações. Destarte, o Volume 1 arquitetado em 8 capítulos inaugura uma coletânea instigante que se inscreve no amplo espectro da História Cultural, esta coletânea pretende afirmar-se como espaço de acolhimento e partilha de reflexões, contribuindo para a difusão e o alargamento das discussões historiográficas contemporâneas.

É com especial enlevo que apresentamos o capítulo inaugural desta obra, **HISTÓRIA EM POLÍGONOS: Geometrias da Temporalidade, Escalas e Regimes de Historicidade**, de autoria do historiador *Fagno da Silva Soares*. Neste texto, o autor propõe uma sofisticada modelização epistemológica do saber histórico, articulando teoria da História, regimes de historicidade e escalas analíticas por meio de uma instigante metáfora geométrica que ilumina a complexidade estrutural da disciplina, o texto edifica uma modelização epistemológica densa e rigorosamente fundamentada, na qual a metáfora geométrica do polígono opera como dispositivo

heurístico para pensar a complexidade constitutiva do saber histórico. A metáfora do polígono revela-se particularmente fecunda ao demonstrar que a historiografia não é estrutura estática, mas configuração relacional e tensionada. Cada alteração nos regimes de temporalidade, cada deslocamento de escala ou inflexão narrativa repercute na totalidade da figura epistemológica.

Em perspectiva igualmente relevante, o **Capítulo 2**, intitulado **AS FONTES HISTÓRICAS E AS DIFERENTES ABORDAGENS: desafios e perspectivas metodológicas**, de autoria do historiador *Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira*, empreende uma reflexão consistente sobre o estatuto epistemológico das fontes e sua centralidade na construção do conhecimento histórico. O capítulo examina criticamente as múltiplas abordagens metodológicas que tensionam a prática historiográfica contemporânea da crítica documental clássica às inflexões da história cultural, da micro-história às abordagens interdisciplinares evidenciando como cada escolha metodológica redefine o modo de interrogar os vestígios do passado. Ao enfatizar a dimensão interpretativa do trabalho com fontes, o texto reafirma que a operação historiográfica não se limita à coleta e verificação de documentos, mas envolve permanente negociação entre teoria, método e posicionamento epistemológico. O capítulo, desse modo, consolida-se como reflexão fundamental sobre os fundamentos metodológicos da disciplina, reafirmando a centralidade da crítica das fontes como exercício intelectual rigoroso e permanentemente renovado.

Na mesma linha de aprofundamento teórico e problematização epistemológica, o **Capítulo 3**, **PIQUIÁ DE BAIXO: a resistência de uma comunidade frente aos impactos da mineração no corredor Carajás e o processo de reassentamento**, os historiadores Matheus Carvalho de Abreu e Fagno da Silva Soares analisam a trajetória histórica da comunidade de Piquiá de Baixo, localizada no município de Açailândia, no Maranhão, destacando os impactos socioambientais produzidos pela expansão da mineração

e da siderurgia na Amazônia Oriental. Formada a partir da década de 1960 com a chegada de trabalhadores rurais migrantes, sobretudo oriundos do Nordeste brasileiro, a comunidade tornou-se um dos principais símbolos das contradições do modelo desenvolvimentista associado ao corredor minerador de Carajás. Resultado de pesquisas desenvolvidas ao longo de mais de dois anos em projetos acadêmicos voltados à memória, história e resistência social da comunidade, o capítulo busca compreender tanto a formação social de Piquiá de Baixo quanto às perspectivas e desafios relacionados ao reassentamento das 312 famílias para o bairro Piquiá da Conquista. Os autores evidenciam que, mesmo diante das violências ambientais, do adoecimento coletivo e da demora na conclusão do reassentamento, os moradores seguem mobilizados na defesa de seus direitos, transformando a luta por moradia digna, saúde e justiça socioambiental em expressão concreta da re-existência das populações amazônicas frente ao avanço do capital mineral e dos grandes projetos de exploração econômica na região.

E, noutro movimento de problematização crítica, **Capítulo 4, UM OLHAR PARA O FUTURO: perspectivas decoloniais no contexto dos museus etnográficos contemporâneos**, do museólogo Yan Víctor Silva Machado, insere o debate no horizonte das epistemologias decoloniais ao examinar os museus etnográficos como instituições historicamente imbricadas na lógica da colonialidade. Ao problematizar a persistência da hierarquização epistêmica e da suposta neutralidade científica, o capítulo tensiona o estatuto do museu moderno como espaço simultaneamente de reprodução e de possível superação das gramáticas coloniais. A análise do caso do *Musée d'ethnographie de Genève* (MEG) confere densidade empírica à reflexão, permitindo observar, em nível institucional, os limites e as potencialidades dos processos de descolonização museológica desde políticas de restituição e repatriação até iniciativas de curadoria compartilhada e revisão crítica das narrativas expositivas. O texto demonstra que a

descolonização, longe de constituir um ponto de chegada, configura-se como horizonte ético-político em permanente construção, atravessado por disputas, negociações e reconfigurações epistemológicas. Com isso, o capítulo não apenas problematiza o legado colonial dos museus etnográficos, mas também projeta possibilidades de reinvenção institucional orientadas por uma ética da multiversidade, da indigenização e do reconhecimento de saberes subalternizados, reafirmando o museu como espaço de disputa simbólica e de transformação social.

No **Capítulo 5**, intitulado **A CIDADE COMO INSTÂNCIA FUNDAMENTAL DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**, dos professores e historiadores *Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira*, em coautoria com *Keila Queiroz e Silva*, desenvolve uma reflexão densa e socialmente implicada sobre a urbe como espaço formativo privilegiado, no qual memória, patrimônio, identidade e experiência social se entrecruzam de maneira indissociável. O capítulo desloca a cidade da condição de mero cenário físico para afirmá-la como texto histórico vivo, dotado de materialidades e sensibilidades que demandam leitura crítica. A análise enfatiza que a Educação Patrimonial, quando concebida de modo crítico e democrático, não deve operar sob a lógica do congelamento monumental, mas como prática de mediação cultural, capaz de promover reconhecimento, pertencimento e cidadania. Ao reivindicar uma leitura da cidade “de baixo”, atenta às práticas ordinárias e às artes de fazer dos sujeitos comuns, o capítulo amplia o conceito de patrimônio, incorporando experiências populares e territorialidades marginalizadas ao horizonte da reflexão histórica. Ao reafirmar a dimensão pedagógica do espaço urbano, o capítulo contribui decisivamente para o fortalecimento de uma historiografia comprometida com a transformação social, com a pluralidade identitária e com o direito à memória como fundamento da cidadania.

Já o **Capítulo 6**, **O NHANDERKO COMO ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA CULTURAL MBYA GUARANI**, do antropólogo *Ubirajara*

Salles Zoccoli, constitui uma contribuição de elevada densidade etnográfica e epistemológica ao conjunto da obra. Ao eleger o Nhandereko expressão que pode ser compreendida como “nosso modo de ser” como eixo interpretativo, o autor desloca o olhar analítico para o interior das cosmologias Mbya Guarani, evidenciando-o não apenas como categoria cultural, mas como matriz epistemológica e prática concreta de resistência. O capítulo demonstra que o Nhandereko organiza dimensões espirituais, territoriais, políticas e pedagógicas da vida Mbya, configurando uma racionalidade própria que desafia frontalmente os paradigmas ocidentais de historicidade, linearidade temporal e separação entre natureza e cultura. Ao invés de conceber o tempo como sucessão progressiva e acumulativa, a experiência Mbya articula memória, ancestralidade e presente em uma lógica circular e relacional, na qual o território se apresenta como condição ontológica da existência coletiva. Com rigor antropológico e sensibilidade intercultural, o autor convida o leitor a reconhecer a pluralidade dos regimes de temporalidade e a questionar a pretensa universalidade das categorias historiográficas modernas. O capítulo, assim, amplia decisivamente o horizonte teórico da coletânea ao incorporar epistemologias indígenas como interlocutoras legítimas da reflexão histórica, contribuindo para o adensamento de um debate verdadeiramente decolonial sobre memória, território e resistência.

O Capítulo 7, A GÊNESE DE MELEAGRO (1951): um estudo a partir de seus arquivos de criação, um estudo a partir de seus arquivos de criação, de *Cláudio Roberto Araújo de Arruda Júnior, Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira e Lucas Gomes de Medeiros*, aprofunda-se na tessitura formativa da obra de Luís da Câmara Cascudo, deslocando o olhar da análise exclusivamente textual para o laboratório de sua elaboração. Ao mobilizar correspondências privadas, artigos de imprensa e documentos do acervo do Ludovicus Instituto Câmara Cascudo, o autor reconstrói o itinerário intelectual que antecede a publicação de Meleagro,

evidenciando que toda obra é atravessada por redes de sociabilidade, disputas simbólicas e escolhas discursivas. A investigação evidencia, ainda, as estratégias de categorização do Catimbó empreendidas por Cascudo, particularmente o movimento de ênfase nas matrizes europeias em detrimento das contribuições afro-indígenas. Ao rastrear tais operações nos arquivos da criação, o capítulo tensiona a suposta neutralidade etnográfica do autor e revela as camadas ideológicas que informam sua narrativa.

Encerrando a obra, o **Capítulo 8, NARRATIVAS DO PASSADO-PRESENTE MEDIEVAL: educação e segurança no Portugal medievo**, Gilson Pôrto Jr. problematiza a construção das narrativas históricas sobre a Idade Média, defendendo que toda narrativa é marcada pela subjetividade de quem a produz. Partindo da metáfora dos “anões sobre ombros de gigantes”, atribuída a Bernardo de Chartres, o autor questiona a confiabilidade e os sentidos das fontes históricas medievais. Dialogando com autores como Le Goff, Santo Agostinho, Veyne e Sirinelli, argumenta que o historiador interpreta o passado a partir das demandas e perspectivas do presente. O medievo é apresentado como um universo permeado por metáforas, medos e múltiplas temporalidades. O Castelo de Trancoso, em Portugal, é utilizado como exemplo das camadas históricas e das lacunas documentais do período medieval. O texto também destaca que os documentos históricos silenciam vozes excluídas, exigindo do pesquisador esforço interpretativo para identificá-las. Ao final, propõe refletir sobre quais narrativas de Idade Média desejamos construir e quais sujeitos permanecem ocultados pela historiografia tradicional.

Destarte, sejam todos bem-vindos ao universo caleidoscópico de **História em Fractais: Volume I - Fragmentos do passado**, obra que se propõe a constituir-se como caixa de ressonâncias das múltiplas reverberações do tempo no presente. Se o fractal designa uma forma que se repete em escalas variadas, preservando padrões na diferença, também a História se manifesta

como tessitura de fragmentos que, longe de dispersos, compõem desenhos complexos e reiterativos da experiência humana. Vivemos sob um regime de historicidade profundamente tensionado pela cultura digital, que reconfigura não apenas os suportes documentais, mas os próprios fundamentos do fazer historiográfico. A fluidez, a reprodutibilidade e a efemeridade dos registros digitais desafiam noções clássicas de permanência, autenticidade e autoridade documental. O documento já não se apresenta como vestígio estável; ele circula, transforma-se, replica-se, desaparece. O arquivo deixa de ser apenas lugar de guarda e converte-se em sistema dinâmico de fluxos informacionais. Nestes termos, desejamos que as reflexões, provocações e experiências aqui reunidas transcendam expectativas iniciais e inspirem novos desdobramentos investigativos. Que cada capítulo funcione como fractal interpretativo parte que remete ao todo, fragmento que revela estruturas, prática que projeta horizontes. Esta obra a isso se propõe: abrir caminhos, tensionar certezas, multiplicar perspectivas. Saudações históricas. Evoé!

Palmas, junho de 2026

Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira
Fagno da Silva Soares
Gilson Pôrto Júnior

HISTÓRIA EM POLÍGONOS: geometrias da temporalidade, escalas e regimes de historicidade

Fagno da Silva Soares

1 Introdução

O exercício historiográfico que se propõe uma reflexão teórico-epistemológica sobre as interseções entre teoria da História, metodologia e prática historiográfica, tomando como eixo heurístico a analogia com formas geométricas especialmente os polígonos. Parte-se do pressuposto de que o conhecimento histórico não se estrutura segundo uma lógica linear, acumulativa ou homogênea, mas configura-se como forma relacional e multidimensional, composta por faces interdependentes: epistemologia, temporalidade, método, narrativa e prática social que se articulam em tensão permanente. Tal perspectiva permite conceber a historiografia como figura dinâmica, cujos ângulos se deslocam

conforme os regimes de verdade, os horizontes de expectativa e as disputas interpretativas que atravessam cada contexto histórico.

Ao problematizar a natureza do conhecimento histórico, este estudo dialoga com tradições diversas da teoria da História. A crítica à pretensa transparência dos fatos, já anunciada por Carr (1996), evidencia que o acontecimento histórico não preexiste à sua interpretação; ele emerge de um gesto seletivo orientado por problemas do presente. A virada linguística, por sua vez, ao sublinhar o caráter narrativo da historiografia (WHITE, 1992), deslocou o foco da correspondência factual para a análise das estruturas retóricas e dos regimes de representação. Ricoeur (2007) aprofundou essa perspectiva ao demonstrar que a narrativa não é mero veículo de comunicação, mas mediação constitutiva entre tempo e experiência, articulando memória, ação e expectativa.

Entretanto, a reflexão sobre a temporalidade histórica exige ultrapassar tanto o empirismo ingênuo quanto o relativismo absoluto. Nesse sentido, a contribuição de Koselleck (2006) torna-se decisiva ao formular as categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, revelando a tensão estrutural que constitui o tempo moderno. Complementarmente, François Hartog (2013), ao propor o conceito de “regimes de historicidade”, desloca a análise para as formas pelas quais diferentes sociedades organizam sua relação com passado, presente e futuro. O regime moderno, orientado pelo futuro como promessa de progresso, teria cedido lugar, nas últimas décadas, a um presentismo marcado pela hipertrofia do agora e pela fragilização das expectativas de futuro. Tal diagnóstico implica profundas consequências para a teoria e a prática historiográfica, pois altera as condições de inteligibilidade do tempo e redefine o papel social do historiador.

A metáfora dos polígonos, nesse contexto, opera como modelo analítico capaz de integrar essas múltiplas dimensões. Assim como uma figura geométrica é definida pela relação entre seus lados e ângulos, o saber histórico resulta da interação entre pressupostos

epistemológicos, escolhas metodológicas, configurações narrativas e inserções institucionais. Alterar um desses elementos implica reconfigurar o conjunto. A longa duração braudeliana (BRAUDEL, 1992), a microanálise indiciária de Ginzburg (2006), a reflexão meta-histórica de White (1992) ou a hermenêutica narrativa de Ricoeur (2007) podem ser compreendidas como diferentes “ângulos” de um mesmo polígono disciplinar.

Recortar o passado, portanto, não é apenas procedimento técnico, mas gesto epistemológico situado. Como argumenta Certeau (2011), a operação historiográfica articula lugar social, prática científica e escrita, evidenciando que o discurso histórico se produz no interior de instituições, linguagens e relações de poder. Em um contexto marcado pelo que Hartog (2013) denomina presentismo, a prática historiográfica enfrenta o desafio de produzir inteligibilidade temporal sem sucumbir à fragmentação imediatista ou à instrumentalização política do passado. A História, longe de constituir bloco monolítico, apresenta-se como estrutura aberta, poligonal, cujas faces se reorganizam conforme as transformações dos regimes de historicidade.

Desse modo, ao pensar a História em polígonos, busca-se oferecer não apenas uma metáfora ilustrativa, mas um modelo heurístico que permita visualizar a disciplina como campo relacional e dinâmico, atravessado por disputas de sentido e por diferentes modos de experienciar o tempo. Se o conhecimento histórico é permanentemente reconfigurado pelos regimes de historicidade que o tornam possível, impõe-se uma questão central:

De que maneira a analogia geométrica dos polígonos pode contribuir para repensar, em chave epistemológica e metodológica, as interseções entre teoria, método e prática historiográfica em um contexto contemporâneo marcado pelo presentismo e pela reconfiguração dos regimes de historicidade? É a partir dessa questão que se desenvolve a presente reflexão, buscando articular tradição e renovação teórica, densidade conceitual e

problematização crítica, no horizonte de uma historiografia capaz de compreender e interrogar as formas contemporâneas de experiência do tempo.

1. Regimes de Historicidade e Geometria do Tempo

A reflexão acerca da temporalidade constitui, indiscutivelmente, o eixo estruturante da teoria da História contemporânea. Não se trata apenas de interrogar o passado enquanto objeto empírico, mas de problematizar as próprias condições de inteligibilidade do tempo histórico. Nesse horizonte, Reinhart Koselleck (2006) promove um deslocamento decisivo ao demonstrar que o tempo não pode ser concebido como fluxo contínuo, homogêneo e linear, mas como campo de tensões estruturais entre o espaço de experiência (*Erfahrungsraum*) sedimentação de vivências e expectativas pretéritas e o horizonte de expectativa (*Erwartungshorizont*) projeção de futuros possíveis que orientam a ação no presente. A modernidade, segundo o autor, inaugura uma inflexão sem precedentes ao ampliar a distância entre essas duas categorias, produzindo uma assimetria constitutiva entre passado e futuro. O tempo deixa de ser mera moldura da experiência histórica para tornar-se problema central da própria historicidade, isto é, categoria reflexiva que condiciona e transforma a percepção da realidade social.

Essa mutação estrutural pode ser pensada, heurística e metaforicamente, em termos geométricos. Se nas sociedades pré-modernas o polígono temporal apresentava relativa estabilidade com o passado operando como instância normativa e o futuro configurando-se como extensão previsível da tradição, a modernidade altera a angulação da figura: o vértice do futuro projeta-se com intensidade inédita, tensionando os demais lados e reorganizando a arquitetura do tempo histórico. A ideia de progresso converte-se em princípio ordenador da experiência, deslocando o eixo interpretativo do passado para o porvir e

instaurando uma dinâmica de aceleração que redefine as expectativas coletivas.

François Hartog (2013), ao formular o conceito de “regimes de historicidade”, radicaliza e historiciza essa análise ao sustentar que cada sociedade institui modos específicos de articulação entre passado, presente e futuro. O regime moderno, estruturado sob o primado do futuro como promessa de emancipação e superação, teria sido progressivamente substituído, nas últimas décadas, por um regime presentista caracterizado pela hipertrofia do agora. Nesse quadro, o presente deixa de ser mera passagem entre o já não e o ainda não, convertendo-se em instância dominante que absorve e reconfigura as demais dimensões temporais. O passado é frequentemente mobilizado como repertório identitário ou memorialístico, enquanto o futuro perde densidade utópica, reduzido à gestão do risco e da contingência.

Tal deslocamento implica uma reconfiguração profunda do “polígono historiográfico”: o vértice do presente expande-se desproporcionalmente, comprimindo as faces do passado e do futuro e alterando o equilíbrio da figura. A experiência temporal torna-se marcada pela simultaneidade, pela aceleração e pela saturação de memória, fenômenos que impactam diretamente as formas de escrita da História e os critérios de relevância historiográfica.

Diante desse cenário, a teoria da História não pode restringir-se a um debate metodológico circunscrito à crítica das fontes ou às técnicas narrativas. Ela deve interrogar as condições temporais que tornam possível o próprio exercício historiográfico, reconhecendo que todo discurso histórico é produzido sob determinado regime de historicidade. O historiador não escreve a partir de um ponto arquimediano exterior ao tempo; sua prática está imersa em configurações temporais específicas que moldam suas perguntas, categorias analíticas e horizontes de expectativa. Assim, compreender a historicidade da própria historiografia torna-se

tarefa incontornável para uma reflexão epistemológica que pretenda alcançar maior densidade crítica e consciência de seus próprios fundamentos.

2. Estrutura, Duração e Escalas: Entre Braudel, a Micro-história e o Jogo das Escalas

Se Koselleck e Hartog deslocam a reflexão para os regimes de temporalidade, Fernand Braudel (1992) oferece uma arquitetura analítica decisiva ao propor a estratificação do tempo histórico em múltiplas durações. Ao distinguir entre curta, média e longa duração, Braudel não apenas reorganiza o campo da investigação histórica, mas redefine seus fundamentos epistemológicos. O acontecimento deixa de ocupar o centro exclusivo da narrativa e passa a ser compreendido como manifestação superficial de ritmos mais profundos geográficos, econômicos, sociais e culturais que operam em temporalidades dilatadas.

A longa duração revela estruturas relativamente estáveis, quase silenciosas, que moldam a experiência histórica sem se submeterem às oscilações imediatas dos eventos. A média duração articula conjunturas e ciclos, enquanto a curta duração concentra-se na singularidade do acontecimento. Essa tripla estratificação impede tanto o estruturalismo rígido quanto o empirismo factual, propondo uma visão complexa e estratificada do tempo. Sob a metáfora geométrica que orienta este estudo, poder-se-ia dizer que Braudel constrói um polígono em camadas, no qual cada plano temporal sustenta e tensiona os demais.

Entretanto, a partir das décadas de 1970 e 1980, a micro-história italiana introduziu uma inflexão metodológica que problematizou a centralidade da macroestrutura. Carlo Ginzburg (2006), ao desenvolver o paradigma indiciário, demonstrou que vestígios mínimos um processo inquisitorial, um gesto aparentemente banal, uma crença popular podem revelar universos culturais complexos. O detalhe não é resíduo irrelevante, mas ponto

de condensação de forças históricas mais amplas. O fragmento funciona como miniatura fractal do todo.

Nesse contexto, Giovanni Levi (1992) propõe compreender a micro-história não como redução de escala meramente quantitativa, mas como estratégia epistemológica que altera a própria lógica da investigação. Reduzir a escala significa modificar as perguntas, os problemas e as hipóteses explicativas. Para Levi, a microanálise permite evidenciar margens de indeterminação e espaços de negociação invisíveis nas análises estruturais amplas. Ao examinar trajetórias individuais e contextos locais, o historiador identifica estratégias sociais, redes de poder e racionalidades práticas que escapam aos modelos macroestruturais. A escala, portanto, não é simples escolha técnica; é variável interpretativa que transforma a inteligibilidade do objeto.

Jacques Revel (1998), por sua vez, aprofunda essa discussão ao formular a noção de *jogo de escalas*. Para ele, o problema não reside em optar entre micro ou macro, mas em articular diferentes níveis de observação de modo reflexivo. A mudança de escala não implica abandono do contexto mais amplo, mas sua reconfiguração. Ao alternar perspectivas do local ao global, do indivíduo à estrutura o historiador revela que a realidade histórica não é homogênea nem isotrópica; ela apresenta densidades variáveis conforme o ponto de observação. Assim, o conhecimento histórico emerge da oscilação consciente entre escalas.

Essa concepção aproxima-se diretamente da metáfora poligonal aqui mobilizada. Cada escala corresponde a um ângulo distinto do polígono disciplinar. Alterar a escala implica modificar a forma da figura, redefinindo proporções e relações internas. A longa duração braudeliana amplia a base estrutural; a micro-história intensifica a precisão analítica do detalhe; o jogo de escalas proposto por Revel articula esses níveis, evitando tanto a fragmentação quanto a totalização abstrata.

O diálogo entre Braudel, Levi e Revel revela que a questão das escalas não é mera técnica de ampliação ou redução do campo de observação, mas problema central da teoria da História. A escala determina o tipo de causalidade privilegiada, o grau de visibilidade dos sujeitos e a forma de articulação entre estrutura e agência. Em termos epistemológicos, ela redefine o equilíbrio entre permanência e ruptura, entre regularidade e contingência.

Assim, longe de se apresentarem como correntes antagônicas, a história estrutural e a micro-história podem ser compreendidas como diferentes configurações angulares de um mesmo polígono epistemológico. A totalidade histórica não se impõe como síntese fechada, mas como articulação dinâmica entre perspectivas variáveis. A História, concebida sob essa lógica, exige mobilidade analítica: transitar entre escalas, reconhecer seus limites e explorar suas potencialidades heurísticas.

A complexidade do tempo histórico reside precisamente nessa coexistência de ritmos e níveis de observação. A prática historiográfica contemporânea, ao incorporar o jogo de escalas, reafirma que compreender o passado não significa escolher entre o microscópio e o telescópio, mas aprender a alternar ambos, construindo uma figura interpretativa cuja coerência resulta da relação entre suas múltiplas faces.

3. Narrativa, Linguagem e Configuração do Sentido

A denominada “virada linguística” não representou simples deslocamento metodológico no interior da disciplina histórica, mas uma transformação epistemológica que atingiu o estatuto mesmo da representação do passado. Ao problematizar a transparência da linguagem e a suposta neutralidade da descrição factual, essa inflexão revelou que a historiografia não é espelho passivo da realidade pretérita, mas prática discursiva que organiza, configura e produz sentido. A História, enquanto escrita, constitui-se como

operação simbólica que articula evidência empírica e construção narrativa.

Hayden White (1992) desempenha papel axial nesse debate ao sustentar que a historiografia se estrutura segundo matrizes narrativas profundas tragédia, comédia, romance ou sátira que configuram os eventos em esquemas inteligíveis. O conceito de *emplotment* explicita que a organização do relato histórico depende de escolhas formais que determinam o tipo de causalidade, o regime de inteligibilidade e o horizonte moral implícito. A narrativa não é ornamento suplementar de um conteúdo já dado; ela é a própria condição de possibilidade da inteligibilidade histórica. Ao selecionar, hierarquizar e conectar eventos, o historiador inscreve-os em uma gramática cultural compartilhada.

Se White evidencia a dimensão retórica, Paul Ricoeur (2007) aprofunda a problemática ao situá-la no horizonte da hermenêutica do tempo. Para Ricoeur, o tempo humano diferentemente do tempo físico só se torna compreensível mediante mediação narrativa. A narrativa realiza uma "síntese do heterogêneo", integrando ações, intenções e acontecimentos dispersos em configuração coerente (*muthos*). O sentido emerge dessa operação configuradora que articula passado, presente e futuro em trama dotada de coerência interna.

A tríplice mimesis proposta por Ricoeur pré-configuração do campo da ação (mimesis I), configuração narrativa (mimesis II) e refiguração na recepção (mimesis III) revela que a escrita da História não se limita ao ato do historiador; envolve igualmente o horizonte interpretativo do leitor. O conhecimento histórico é resultado de uma circularidade hermenêutica em que experiência vivida, texto e recepção interagem dinamicamente. O polígono historiográfico, nessa perspectiva, adquire espessura interpretativa: suas faces são articuladas por operações narrativas que transcendem a mera técnica metodológica.

Entretanto, é com Michel de Certeau (2011) que a escrita da História atinge problematização decisiva enquanto prática situada. Em *A escrita da História*, Certeau demonstra que o discurso historiográfico resulta da articulação entre três dimensões indissociáveis: um lugar social de produção, procedimentos científicos e uma forma de escrita. O historiador não opera em vazio neutro; escreve a partir de instituições, tradições disciplinares e posições sociais que condicionam suas perguntas e categorias. A historiografia, assim, constitui-se como prática cultural inscrita em relações de poder e saber.

Certeau desloca o foco da narrativa como estrutura formal para a escrita como prática social. A produção historiográfica implica operações de seleção, exclusão e transformação: o passado é convertido em objeto por meio de dispositivos técnicos arquivos, citações, notas, métodos críticos que legitimam a autoridade do discurso. Ao mesmo tempo, a escrita produz um efeito de ausência: o morto é reinscrito como objeto de saber, mas permanece irremediavelmente distante. A historiografia, nesse sentido, é exercício paradoxal que tenta dar voz ao que já não fala.

Essa reflexão introduz dimensão crítica fundamental: a História não apenas narra; ela institui regimes de verdade. O texto historiográfico, ao reivindicar cientificidade, estabelece fronteiras entre o legítimo e o ilegítimo, entre memória e esquecimento. A escrita torna-se espaço de negociação simbólica entre passado e presente. A metáfora poligonal aqui mobilizada pode ser ampliada: a narrativa constitui o traçado que conecta os vértices, mas a escrita corresponde ao gesto que desenha a figura inteira, determinando suas proporções e limites.

Jörn Rüsen (2001) complementa esse quadro ao afirmar que a narrativa histórica cumpre função antropológica orientadora. A consciência histórica não é simples registro de eventos pretéritos; ela fornece critérios para ação no presente. Ao distinguir entre formas tradicionais, exemplares, críticas e genéticas de narrativa,

Rüsen demonstra que diferentes configurações narrativas produzem distintos modos de orientação temporal. A escrita da História, portanto, participa da construção de identidades coletivas e horizontes normativos.

A convergência entre White, Ricoeur, Certeau e Rüsen permite compreender a narrativa histórica como operação complexa que articula forma retórica, mediação hermenêutica, prática institucional e função normativa. A linguagem não é veículo neutro, mas matriz produtora de temporalidade. Ao narrar, o historiador organiza a experiência humana segundo esquemas de inteligibilidade culturalmente situados e socialmente legitimados.

A crítica pós-estruturalista, ao evidenciar o caráter discursivo da historiografia, não elimina a possibilidade de conhecimento histórico; antes, desloca-o para plano reflexivo. A objetividade não se funda na suposta transparência do relato, mas na explicitação dos procedimentos, na argumentação pública e na crítica intersubjetiva. A verdade histórica emerge como construção regulada por métodos, evidências e debates compartilhados pela comunidade científica.

Sob a perspectiva geométrica que orienta este ensaio, a narrativa pode ser compreendida como princípio estruturador do polígono historiográfico. Cada face temporalidade, escala, método, regime de historicidade encontra na escrita sua articulação formal. Alterações na linguagem implicam reconfiguração integral da figura: novas categorias, novas sensibilidades e novos vocabulários produzem novos arranjos interpretativos.

Assim, a História não é apenas investigação do passado, mas prática discursiva que transforma vestígios em sentido. A escrita da História constitui ato epistemológico, político e estético simultaneamente. Ao traçar o polígono do conhecimento histórico, o historiador desenha também os contornos de sua própria época, revelando que toda narrativa do passado é igualmente interpretação situada do presente.

5. História Global, Descolonização e Reconfiguração do Polígono

A contemporaneidade impõe à teoria da História uma inflexão de caráter estrutural: já não se trata apenas de refinar métodos ou revisar escalas, mas de interrogar os próprios fundamentos civilizacionais que sustentaram a disciplina desde o século XIX. A consolidação da História como ciência moderna ocorreu em estreita associação com o Estado-nação europeu, com a racionalidade iluminista e com a ideia de progresso linear. Contudo, as críticas pós-coloniais e os estudos decoloniais revelaram que essa matriz epistemológica não é neutra, mas historicamente situada e vinculada a projetos de poder.

Dipesh Chakrabarty (2000) inaugura uma das formulações mais influentes desse deslocamento ao propor a tarefa de “provincializar a Europa”. Seu argumento não consiste em rejeitar categorias modernas como capital, cidadania ou secularização, mas em demonstrar que elas emergem de experiência histórica particular europeia, posteriormente universalizada como paradigma. Ao serem aplicadas a outras formações sociais, essas categorias frequentemente produzem hierarquizações implícitas, classificando sociedades segundo graus de proximidade ou distância em relação ao modelo europeu.

A crítica de Chakrabarty introduz fissura na linearidade teleológica que estruturou grande parte da historiografia moderna. O tempo histórico deixa de ser concebido como trajetória homogênea rumo à modernidade e passa a ser entendido como coexistência de temporalidades heterogêneas. A modernidade não constitui destino universal, mas processo múltiplo, desigual e atravessado por assimetrias coloniais.

Nesse horizonte, a contribuição de Sanjay Subrahmanyam (1997) amplia significativamente o debate ao propor a noção de História Conectada. Diferentemente da história comparada tradicional que parte de unidades previamente delimitadas, a História Conectada investiga os entrelaçamentos, circulações e

interações que constituem essas próprias unidades. O mundo moderno, segundo Subrahmanyam, não pode ser compreendido a partir de narrativas isoladas de centros nacionais; ele se formou por meio de redes comerciais, diplomáticas, culturais e intelectuais que conectaram Europa, Ásia, África e Américas desde o século XVI.

Essa perspectiva dissolve dicotomias rígidas entre centro e periferia, metrópole e colônia, sugerindo que os processos históricos são co-produzidos em múltiplos espaços. A modernidade europeia, nesse sentido, não é fenômeno autóctone, mas resultado de interações globais. A metáfora geométrica que orienta este ensaio adquire nova complexidade: o polígono historiográfico deixa de possuir centro fixo e transforma-se em figura reticular, cujos vértices se articulam por conexões transversais.

A incorporação da História Conectada implica revisão profunda da noção de escala. O global não é nível superior que subsume o local; é dimensão que emerge das interações entre múltiplos contextos. Cada ponto da rede participa simultaneamente de dinâmicas locais e globais. O polígono torna-se policêntrico, articulando diferentes nodos sem hierarquia predeterminada.

Todavia, a reconfiguração epistemológica não se limita à ampliação espacial. Walter Mignolo (2005) introduz dimensão ainda mais radical ao formular o conceito de colonialidade do saber. Para Mignolo, a modernidade ocidental é inseparável da colonialidade estrutura de poder que hierarquizou saberes, classificou populações e instituiu epistemologias como universais enquanto relegava outras ao estatuto de conhecimento inferior ou folclórico. A colonialidade não é resíduo do passado colonial; é matriz persistente que organiza a produção contemporânea de conhecimento.

A crítica decolonial desloca a teoria da História para o terreno da geopolítica do saber. A pergunta deixa de ser apenas "como narrar o passado?" para tornar-se "a partir de onde narramos?". A localização epistêmica do historiador sua inserção em tradições intelectuais específicas condiciona as categorias que mobiliza e as

experiências que reconhece como históricas. A universalidade abstrata revela-se efeito de posição situada.

Sob essa perspectiva, a descolonização da historiografia exige não apenas inclusão temática de sujeitos subalternizados, mas transformação estrutural do próprio polígono epistemológico. As faces da figura precisam incorporar epistemologias indígenas, africanas e latino-americanas não como apêndices, mas como dimensões constitutivas do conhecimento histórico. O polígono deixa de ser figura regular moldada por racionalidade única e assume forma dinâmica, irregular e aberta.

A articulação entre Chakrabarty, Subrahmanyam e Mignolo permite compreender que a História Global e a descolonização do saber convergem em projeto comum: pluralizar a temporalidade, descentralizar o espaço e desnaturalizar a epistemologia. A narrativa histórica deixa de ser linha ascendente rumo à modernidade europeia e passa a ser campo de múltiplas modernidades, múltiplas racionalidades e múltiplos futuros possíveis.

Em termos metodológicos, essa reconfiguração exige práticas comparativas mais reflexivas, trabalho em arquivos multilíngues e diálogo interdisciplinar ampliado. Exige também consciência crítica quanto às assimetrias institucionais que regulam a circulação do conhecimento acadêmico global. O polígono historiográfico não é apenas figura teórica; é campo institucional marcado por disputas de legitimidade.

Assim, a História, sob o impacto da crítica pós-colonial e decolonial, transforma-se em exercício de tradução intercultural e mediação epistemológica. O passado emerge como espaço de conexões e conflitos que transcendem fronteiras nacionais e categorias fixas. A figura geométrica que antes sugeria contornos definidos converte-se em forma expansiva, capaz de integrar diferenças sem subsumi-las a centro único.

A reconfiguração do polígono historiográfico não significa dissolução da disciplina, mas sua maturidade crítica. Ao reconhecer

a colonialidade de suas próprias categorias e a pluralidade das experiências históricas, a teoria da História amplia seu horizonte de inteligibilidade. O conhecimento histórico torna-se, assim, prática reflexiva que articula múltiplas temporalidades, espaços interconectados e epistemologias situadas figura aberta em permanente transformação.

6. Presentismo, Crise da Futuridade e as Implicações para a Teoria da História

A formulação de François Hartog (2013) acerca do regime de historicidade presentista permite compreender a singularidade da experiência temporal contemporânea: o presente converte-se em instância dominante, absorvendo passado e futuro em sua lógica imediatista. Se a modernidade clássica se estruturava em torno da promessa de um futuro emancipatório, a contemporaneidade parece marcada pela contração do horizonte de expectativa. O futuro perde densidade utópica e o passado é mobilizado sobretudo como recurso identitário, patrimônio simbólico ou objeto de disputas memoriais.

Essa reorganização temporal encontra ressonância na análise de Zygmunt Bauman (2001), que descreve a condição contemporânea como modernidade líquida. A liquidez designa a dissolução de estruturas duráveis e a precarização dos vínculos sociais, políticos e institucionais. Em um mundo caracterizado pela fluidez e pela instabilidade, a temporalidade torna-se igualmente instável. A experiência histórica é marcada por fragmentação, volatilidade e obsolescência acelerada. A promessa de progresso linear cede lugar à incerteza permanente.

A modernidade líquida intensifica o presentismo ao enfraquecer narrativas de longa duração. Projetos coletivos perdem consistência; identidades tornam-se provisórias; o futuro é percebido como campo de riscos mais do que de possibilidades emancipatórias. O tempo histórico, outrora estruturado por grandes

teleologias, converte-se em sucessão de instantes desconectados. A própria memória tende a ser consumida em regime de imediatismo.

É nesse ponto que a reflexão de Andreas Huyssen (2000) sobre a cultura da memória torna-se decisiva. Huyssen identifica, nas últimas décadas, verdadeira “obsessão memorial” nas sociedades contemporâneas: museus proliferam, políticas de memória se expandem, arquivos digitais acumulam registros infinitos. Paradoxalmente, quanto mais o presente se acelera, maior parece ser a necessidade de ancoragem no passado. Contudo, essa memória frequentemente assume forma espetacularizada e descontextualizada, transformando o passado em objeto de consumo cultural.

A cultura da memória, nesse contexto, não se apresenta como simples valorização retrospectiva do passado, mas como sintoma ambíguo de uma temporalidade em crise. Conforme observa Andreas Huyssen, a intensificação das práticas memoriais nas últimas décadas não decorre de estabilidade identitária, mas da própria insegurança produzida pela aceleração contemporânea. Quanto mais o presente se volatiliza, mais se multiplicam os dispositivos de arquivamento, musealização e patrimonialização. O passado é intensamente evocado comemorado, monumentalizado, digitalizado, mas nem sempre submetido a trabalho crítico de historicização. Ele circula como imagem, como signo cultural, como capital simbólico, frequentemente dissociado das estruturas e conflitos que o constituíram.

Paralelamente, o futuro, outrora investido de promessa emancipatória, torna-se horizonte obscurecido por narrativas de risco climático, colapso econômico e instabilidade política. A imaginação utópica enfraquece-se; a expectativa é substituída por prognósticos de ameaça. A consciência histórica passa a oscilar entre nostalgia e ansiedade, entre patrimonialização e catastrofismo. Se a nostalgia idealiza passados seletivos, o catastrofismo projeta futuros bloqueados. Em ambos os casos, a experiência temporal sofre

compressão: o passado é estetizado, o futuro é temido, e o presente se converte em instância saturada de urgência.

Retomando a metáfora do polígono historiográfico, percebe-se que o vértice do presente expandiu-se de maneira desproporcional, alterando a simetria da figura. O equilíbrio entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, tal como formulado por Reinhart Koselleck, encontra-se tensionado. A distância produtiva entre passado e futuro que, na modernidade, gerava dinamismo histórico reduz-se drasticamente. A hipertrofia do agora comprime as demais dimensões temporais, fragilizando a articulação entre longa duração, escalas analíticas e configuração narrativa. O polígono corre o risco de deformação estrutural: perde profundidade histórica e transforma-se em superfície plana dominada pela instantaneidade.

Essa deformação não é apenas formal; ela afeta as condições de possibilidade da própria consciência histórica. Quando o presente se absolutiza, o passado tende a ser instrumentalizado para legitimar identidades fixas ou agendas conjunturais, enquanto o futuro é dissolvido como categoria de projeção transformadora. A historicidade converte-se em repertório de usos políticos imediatos. A crítica historiográfica, nesse cenário, enfrenta dupla ameaça: a trivialização memorial e a colonização do discurso histórico por lógicas midiáticas e utilitaristas.

Diante desse quadro, o historiador confronta desafio simultaneamente epistemológico e ético. Não basta produzir conhecimento especializado nem ampliar acervos documentais; é imperativo preservar a espessura do tempo contra sua redução ao instante. Preservar a densidade temporal significa restituir às experiências pretéritas sua complexidade estrutural, reinscrevendo-as em durações múltiplas e em contextos ampliados. Significa, igualmente, reabilitar o futuro como dimensão aberta da experiência humana não como teleologia garantida, mas como campo de possibilidades contingentes historicamente situadas.

Essa resistência não implica retorno nostálgico a grandes narrativas progressistas nem restauração de teleologias redentoras. Ao contrário, exige postura crítica capaz de reconhecer a contingência e a ambivalência dos processos históricos. Reabilitar a futuridade consiste em recuperar a consciência de que o curso da história nunca foi linear ou inevitável; ele sempre comportou alternativas, bifurcações e escolhas. Ao evidenciar essas alternativas, a historiografia amplia o horizonte de expectativas sem prometer garantias metafísicas.

É precisamente nesse ponto que a teoria da História assume função estratégica. Ao interrogar regimes de historicidade, aceleração social e cultura da memória, ela explicita as condições históricas sob as quais o conhecimento é produzido e recebido. A teoria não se limita a aparato conceitual abstrato; ela atua como instância crítica que desnaturaliza a experiência temporal dominante. Pensar teoricamente o tempo converte-se, assim, em ato de responsabilidade pública.

A disciplina histórica não pode restringir-se a registrar o fluxo do presente nem a reproduzir demandas imediatas do mercado simbólico. Sua tarefa é complexificar o agora, reinscrevendo-o em durações mais amplas e em perspectivas plurais. Ao articular múltiplas escalas e temporalidades, a historiografia reequilibra o polígono epistemológico e impede que o presente se converta em medida exclusiva do sentido.

Em tempos de aceleração e incerteza, preservar a profundidade temporal é forma de resistência intelectual. Reabrir o futuro, historicizar a memória e restituir ao passado sua alteridade constituem tarefas fundamentais para que a consciência histórica não se dissolva na volatilidade do instante. O polígono historiográfico, tensionado pela compressão do tempo, pode reencontrar equilíbrio apenas por meio da reflexão crítica que a teoria da História proporciona.

Considerações Finais

Ao longo deste percurso, propusemos compreender a teoria, o método e a prática historiográfica por meio da analogia geométrica do polígono. Essa metáfora permitiu visualizar a História como estrutura relacional composta por múltiplas faces interdependentes: temporalidade, escala, narrativa, epistemologia e posicionamento ético-político. Cada transformação teórica da estratificação braudeliana à microanálise, da virada linguística à crítica pós-colonial, do regime moderno ao presentismo alterou a forma dessa figura.

Diante desse quadro, a teoria da História revela-se indispensável. Ela não é mero exercício abstrato, mas prática reflexiva que protege a complexidade temporal contra a redução imediatista. Reequilibrar o polígono historiográfico significa: reconhecer a pluralidade dos regimes de historicidade; articular escalas diversas sem reduzir o local ao global ou o global ao local; assumir a dimensão narrativa como constitutiva do sentido histórico; descolonizar categorias universalizadas e integrar epistemologias plurais e reafirmar o futuro como dimensão aberta da experiência humana.

A História, concebida sob essa perspectiva, não é edifício estático, mas figura em constante reconfiguração. Cada geração redesenha seus contornos à luz de novas perguntas e novos desafios. Contudo, a plasticidade não implica dissolução: o polígono mantém coerência precisamente porque suas faces se articulam em tensão dinâmica. Em tempos de aceleração e incerteza, pensar historicamente torna-se gesto crítico fundamental. A disciplina histórica pode restituir espessura ao presente, reinscrever o passado em sua complexidade e reabrir o horizonte de expectativas. Ao fazê-lo, não oferece garantias teleológicas, mas amplia o campo das possibilidades.

Se o presentismo tende a fechar o tempo sobre si mesmo, a teoria da História trabalha no sentido inverso: reintroduz duração,

pluralidade e contingência. O polígono historiográfico, quando equilibrado, não aprisiona o passado em forma rígida; ele delinea espaço aberto de reflexão, no qual memória e expectativa dialogam criticamente.

Assim, a História permanece não como bloco monolítico, mas como construção dinâmica campo de disputa simbólica, exercício hermenêutico e prática ética. Reequilibrar o polígono é, em última instância, reabrir o futuro. Pensar a História em polígonos significa reconhecer sua complexidade estrutural. Teoria, método e prática formam faces interdependentes de uma construção dinâmica. A historiografia contemporânea reafirma que não há síntese final, mas permanente reconfiguração do saber histórico.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CARR, Edward Hallett. **Que é história?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: Postcolonial thought and historical difference**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133–161.

MIGNOLO, Walter D. **The idea of Latin America**. Malden: Blackwell, 2005.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 2007. 3 v.

ROSA, Hartmut. **Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade**. São Paulo: UNESP, 2019.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história – fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora UnB, 2001.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia. **Modern Asian Studies**, Cambridge, v. 31, n. 3, p. 735–762, 1997.

WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: EDUSP, 1992.

AS FONTES HISTÓRICAS E AS DIFERENTES ABORDAGENS: desafios e perspectivas metodológicas

Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira

De acordo com Julio Aróstegui (2006), o conhecimento histórico como qualquer outro se constrói com informação e conceitos, com observação e com pensamento formal, estando ambas as coisas ligadas dialeticamente. Em consequência, são dois os assuntos de que, todavia, restam aqui tratar: a aquisição de informação histórica e os instrumentos operativos conceituais mais apropriados para penetrar na realidade do histórico. Isso quer dizer que será preciso falar primeiro das fontes históricas e depois das categorias que emprega o historiador, sem que haja alguma prescrição sobre que coisa deve preceder a outra. Em último lugar, é imprescindível, além disso, que disponhamos de técnicas que permitam obter informações nas melhores condições e nos permitam a análise mais confiável (ARÓSTEGUI, 2006, p. 488).

A tradicional consideração das “fontes da história” como as referidas quase exclusivamente à documentação original de arquivo deve ser indiscutivelmente substituída hoje por sua concepção e tratamento muito mais amplo, ainda que como parcela específica, dentro do campo da documentação. A tradicional “fonte de arquivo”, que foi peça essencial da documentação histórica positivista, e que veio ocupar o lugar da história que se compunha sempre a partir de relatos históricos anteriores, é hoje um tipo a mais, e não necessariamente o mais importante, entre os meios de informação histórica (ARÓSTEGUI, 2006, p. 488-489).

Segundo o historiador, justamente uma das características mais destacadas do moderno progresso da utilização da documentação histórica é a concepção cada vez mais disseminada de que “fonte histórica” pode ser, e de fato é, qualquer tipo de documento existente, qualquer realidade que possa aportar um testemunho, vestígio ou relíquia, qualquer que seja sua linguagem. Nesse sentido não é pequena a contribuição das ideias dos primeiros representantes da escola dos *Annales*, de um dos quais, Lucien Febvre (1989), foi um grande expoente (ARÓSTEGUI, 1996, p. 489):

Há que se utilizar os textos, sem dúvida. Mas todos os textos. E não somente os documentos de arquivo em favor dos quais criou-se um privilégio (...). Também um poema, um quadro, um drama são para nós documentos, testemunhos (...). Está claro que há que se utilizar os textos, mas não exclusivamente os textos (...). (FEBVRE, 1989, 24).

Neste sentido, Julio Aróstegui, também remonta sua argumentação às ideias de Marc Bloch, presentes em *A Apologia da História* (2001), referente à questão da “observação histórica” e a

mostrar que a pretensão de que o presente é aquela fase temporal que tem privilégio único de poder ser observado diretamente não é de todo verdade. A coincidência com o passado neste ponto repousa no fato de que o que entendemos como “presente” tampouco é de maneira absoluta observável diretamente. Reciprocamente, a observação do passado, ademais, não se distingue sempre da que se faz do presente. Toda a velha tese de Seignobos acerca da impossibilidade de uma “observação” da história, sobre a qual se basearia a absoluta singularidade do conhecimento histórico, tem, portanto, pouca base para sustentar tal argumentação (ARÓSTEGUI, 2006, p. 490-491; BLOCH, 2001, p. 80-81).

Seguindo essa linha de raciocínio, sobre que informação, ou que evidência, se baseia o conhecimento histórico, sobre que materiais o historiador constrói seus dados, é uma questão cuja importância não necessita ser ponderada. Em consequência, é um assunto que requer um tratamento específico. A ideia de fonte adquire sua importância fundamental quando se repara que em todo conhecimento há sempre algo de exploração de “pistas”. Em historiografia, certamente, isto tem uma especial relevância, mas não está desprovido de sentido em nenhum outro tipo de conhecimento. Fonte histórica seria em princípio, todo aquele material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que precede da criatividade humana, através do qual se pode inferir algo acerca de uma determinada situação social no tempo. Uma definição de tal tipo indica já de início o caráter extremamente amplo e heterogêneo de uma entidade como a que chamamos “fonte”.

Segundo Aróstegui (2006), na Espanha, ocorria à época carência de uma bibliografia à altura das exigências atuais sobre a problemática das fontes e a crítica das fontes. Existiam as numerosas obras de tradição positivista às quais se referiu no seu respectivo estudo, mas a tradição positivista só era superada de forma aparente, apesar da contribuição essencial que a historiografia dos *Annales*, ou as correntes quantitativista e marxista deram ao próprio conceito de

fonte. Entretanto, a arquivística e as técnicas da documentação, em amplo espectro, progrediram de forma espetacular nos últimos decênios e tais progressos não podem, de forma alguma, deixar de ser conhecidos pelo historiador (ARÓSTEGUI, 2006, p. 491-492).

Para o autor, a ideia tradicional de “fonte histórica” deve ser reformulada no contexto mais adequado da ideia de informação documental. As fontes para a história têm uma procedência bastante variada. O arquivo histórico constitui hoje um dos repositórios fundamentais da documentação histórica, mas as fontes históricas não têm, de modo algum, exclusivamente, essa procedência. Isso é especialmente pertinente em setores cronológicos da história geral como podem ser a história antiga – para a qual não existem arquivos no sentido habitual desses organismos – ou a contemporânea, que tem de fazer uso de fontes de outras muitas procedências (ARÓSTEGUI, 2006, p. 492).

Já no Brasil, Eni Samara e Ismênia Tupy (2010), nos mostra que vale ressaltar, porém, que o elenco de fontes disponíveis não se aplica, necessariamente, a todos os temas; ou, ainda que a identificação de novas fontes documentais e o seu emprego dependem de novas perspectivas teóricas e do desenvolvimento de métodos de trabalho originais. Em muitos casos, o avanço teórico promove a releitura da documentação antes analisada, questionando conclusões que pareciam definitivas (SAMARA; TUPY, 2010, p. 78).

As autoras apontam que entre os mais recentes esforços didáticos que procuram dar conta da variedade de fontes históricas disponíveis, destaca-se o livro organizado por Carla Pinsky (2005), no qual vários historiadores canalizam, sob uma abordagem didática destinada a estudantes e professores, suas respectivas experiências em variados enfoques no trato com os documentos. Dentre o trabalho com fontes arqueológicas, impressas, orais, biográficas e audiovisuais, ressalta-se aqui o alerta de Bacellar para as possibilidades de uso e do mau uso dos arquivos.

Além de distinguir os documentos encontrados em arquivos dos poderes executivo, legislativo e judiciário, cartoriais, eclesiásticos e privados, esse autor aborda questões de ordem prática, tratando da hora da “mão na massa”. Assim detalha as condições de trabalho, os instrumentos da pesquisa, a consulta e a coleta de material – primeiros cuidados, rotina de leitura, manuseio, leitura e transcrição paleográfica, edição de fontes, reprodução do documento, amostra, “fichamentos”, análise, medidas, critérios e vieses, entre outros assuntos que definem a relação do historiador com o documento (SAMARA; TUPY, 2010, p. 80-81).

Diogo Roiz (2007) argumentou que com o objetivo de evidenciar as características e a importância da documentação armazenada nos arquivos públicos (e privados) do país, Carlos Bacellar, no seu ingresso, principalmente, aos arquivos cartoriais e paroquiais, apresenta-os aos iniciantes e aos familiarizados com esse tipo de fonte. Faz referência aos diferentes tipos de documentos que podem ser armazenados nesse tipo de arquivo e destaca os provenientes da administração do Estado. Daí seu questionamento (ROIZ, 2007, p. 229):

Como surgiram os primeiros ‘arquivos brasileiros’? Quando da expansão ultramarina, a instalação portuguesa no Brasil se fez, nos primeiros momentos, pela concessão das capitânicas hereditárias. Logo, porém, as dificuldades evidentes dessa estratégia obrigaram à mudança de rumos na política colonial metropolitana, com a decisão de se instalar um Governo Geral em Salvador. Podemos considerar que, desde então, duas linhas básicas de acumulação documental se estabeleceram: uma, privada, em mãos dos capitães-donatários, em sua

maioria estabelecidos em Portugal, e outra, pública, na sede do Governo local e metropolitano. Todavia, o evoluir dos depósitos de arquivos deu-se de modo precário, sem maiores regulamentações, ocorrendo ao acaso onde houvesse um canto vago para juntar os papéis cujo trâmite já havia se encerrado (BACELLAR In: PINSKY, 2005, p. 43).

O desenvolvimento dos estudos das fontes arqueológicas também foi lento, e como demonstra Pedro Paulo Funari, têm sido, desde então, fundamentais para a pesquisa de sociedades do passado e do presente. Segundo Funari (ROIZ, 2007, p. 229):

A Arqueologia deriva, ela própria, da História, tendo surgido como uma maneira de se disponibilizar as fontes escritas sobre o passado e de complementar as informações existentes com evidências materiais sem escrita. Pressupondo que a História se escreve com documentos, a primeira providência dos historiadores, a partir das décadas iniciais do século XIX, foi a publicação de documentos antigos, transmitidos pela tradição textual dos copistas, em edições com aparatos críticos, ou seja, com notas sobre as diferenças entre os manuscritos. Iniciou-se, pois, a publicação de coleções de obras latinas e gregas, primeiro, e depois de uma infinidade de textos em línguas antigas, medievais e modernas. Ao mesmo tempo, começou a

surgir a preocupação com a preservação de documentos de arquivos, com a criação de instituições arquivísticas públicas e com critérios próprios.

Uma consequência natural dessa preocupação com a documentação fez surgir grandes iniciativas arqueológicas de coleta e publicação de artefatos, edifícios e outros aspectos da cultura material, que deve ser entendida como tudo que é feito ou utilizado pelo homem. (...) (FUNARI In: PINSKY, 2005, p. 84-85).

Das fontes documentais de arquivos e das arqueológicas, passa-se para a análise das fontes impressas, com as quais Tânia de Luca dedicou uma interpretação cuidadosa, historiando como surgiram e como passaram a ser estudadas, quais suas principais características e qual a importância de se estudar jornais e revistas para a compreensão do passado. Para ela (ROIZ, 2007, p. 230):

Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente

distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento (LUCA In: PINSKY, 2005, p. 111-112).

Mesmo com a crítica iniciada pelas Ciências Sociais, no final do século XIX, a esse tipo de tratamento e interpretação das fontes, que foram levadas avante pelo movimento criado pela revista *Annales* a partir da década de 1930, não se fez com que o impresso fosse imediatamente incorporado no acervo de fontes disponíveis para serem pesquisadas pelo historiador. Foi apenas nas décadas de 1960 e 1970, e a partir da publicação do livro *Fazer história* em 1974, organizado por Jacques Le Goff e Pierre Nora, que o impresso, jornais e revistas, passaram, de fato, a ser objeto de pesquisa.

Da mesma forma que as fontes impressas, as fontes orais passaram a fazer, igualmente, parte do corpus documental do historiador a partir dos anos de 1970. Pode-se detectar a preocupação com o estudo das fontes orais já no século XIX, mas o seu desenvolvimento foi também produto da crítica ensejada pelo movimento dos *Annales*, o qual permitiu uma completa abertura das fontes a serem investigadas pelo historiador. Nesse caso, o texto de Verena Alberti, ao estudar a “mais recente metodologia interdisciplinar que tanto sucesso vem obtendo entre os historiadores” e cientistas sociais, enfatiza como o pesquisador acaba construindo sua própria fonte, estando inserida no que tem sido chamado de história do tempo presente. Para ela (ROIZ, 2007, p. 231):

A História oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção

do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Tais entrevistas são produzidas no contexto de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas entrevistadas, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido (ALBERTI In: PINSKY, 2005, p. 155).

O texto de Vavy Pacheco Borges evidencia como se originou a história biográfica e a sua fortuna crítica ao longo do tempo, até chegar ao século XX, sendo primeiro demasiadamente criticada, e depois, no último quarto do século, retomada sob novas perspectivas em função das críticas ao marxismo e ao estruturalismo. Para ela a “preocupação com a descrição da história de uma vida teve seu início no mundo grego antigo, ao mesmo tempo em que surgiu a história como forma de conhecimento: essa era uma história política, com sua diferenciação/imbricação com a memória” (BORGES In: PINSKY, 2005, p. 205). E o chamado retorno da história biográfica, diz ela, a partir dos anos de 1980, “tem muitos pontos em comum com o também chamado pelos franceses de ‘retorno da História política’”, vindo ambos com a renovação dos estudos históricos que teve início na década de 1970. De modo que, dirá Janotti (ROIZ, 2007, p. 232):

Partindo dessa premissa e baseada em autores recentes, aborda as diferentes perspectivas e ambições dos estudos biográficos: biografia modal, na qual o indivíduo ilustra o coletivo; biografia como complemento indispensável da análise das

estruturas sociais e dos comportamentos coletivos; biografias que representem o interesse pelos excluídos e pelas minorias; a biografia é uma fonte de conhecimento do ser humano. A autora mostra como fazer uma pesquisa biográfica enfatizando os principais problemas que ela envolve (JANOTTI In: PINSKY, 2005, p. 20).

Já o texto de Marcos Napolitano se deteve no estudo das fontes audiovisuais, destacando a importância e a complexidade das imagens e dos sons para o estudo e o conhecimento do passado. De acordo com sua interpretação (ROIZ, 2007, p. 232):

As fontes audiovisuais e musicais ganham crescentemente espaço na pesquisa histórica. Do ponto de vista metodológico, são vistas pelos historiadores como fontes primárias novas, desafiadoras, mas seu estatuto é paradoxal. Por um lado, as fontes audiovisuais (cinema, televisão e registros sonoros em geral) são consideradas por alguns, tradicional e erroneamente, testemunhos quase diretos e objetivos da história, de alto poder ilustrativo, sobretudo quando possuem um caráter estritamente documental, qual seja, o registro direto de eventos e personagens históricos. Por outro lado, as fontes audiovisuais de natureza assumidamente artística (filmes de ficção, dramaturgia, canções e peças musicais) são percebidas muitas vezes sob o estigma da subjetividade absoluta, impressões estéticas

de fatos sociais a objetos que lhe são exteriores. A questão, no entanto, é perceber as fontes audiovisuais e musicais em suas estruturas internas de linguagem e seus mecanismos de representação da realidade, a partir de seus códigos internos. Tanto a visão “objetivista” quanto o estigma “subjetivista” falham em perceber tais problemas (NAPOLITANO In: PINSKY, 2005, p. 235-6).

Portanto, a leitura deste livro contribui para que, principalmente o iniciante, perceba a renovação do corpus documental do historiador no decorrer do século XX e a forma como cada tipo de fonte exige tratamentos metodológicos específicos. A obra, nesse sentido, é um excelente instrumento de apoio para a elaboração de um projeto de pesquisa (de iniciação científica, de mestrado ou doutorado) e as diferentes etapas de coleta de dados, agrupamento e interpretação das fontes. É possível criticar a falta de um ou outro documento no tratamento dessas diferentes fontes, mas isso não prejudica, em nada, os méritos do livro, e a maneira como os autores trataram do tema (ROIZ, 2007, p. 233).

Desde quando foi publicado em 2005, o projeto foi tendo ramificações e, em 2009, Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca voltariam a apresentar novos contornos desse empreendimento, com a organização de *O historiador e suas fontes*. O livro reúne trabalhos de Ana Luiza Martins, Antonio Celso Ferreira, Caroline Silveira Bauer, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Elias Thomé Saliba, Flavia Galli Tatsch, Júnia Ferreira Furtado, Keila Grinberg, Leandro Karnal, Maria Silvia Bassanezi, Maria Teresa Cunha, Réne E. Gertz, Solange Ferraz de Lima, Teresa Malatian e Vânia Carneiro de Carvalho, que exploram questões como: a memória, a fotografia, a literatura, os testamentos e inventários, os processos

criminais, os registros paroquiais e civis, os arquivos de regimes repressivos, as cartas e correspondências, os discursos e pronunciamentos, os diários pessoais, as fontes para o estudo do patrimônio cultural e uma interessante história do(s) documento(s).

O novo recorte de análise, que é aqui explorado, demonstra maior especialização dos textos, do primeiro para o segundo livro, indo de questões mais gerais, de cunho teórico e metodológico, para detalhamentos mais pontuais de determinados corpora documentais. O que refletiria também a diversidade de fontes hoje ao alcance da pesquisa histórica. Mas, em muitos pontos há continuidades entre eles.

De imediato, Karnal e Tatsch nos revelam a complexidade de se tratar a memória (seja ela coletiva ou individual) numa pesquisa. Ao demarcarem seus principais aspectos, formas de tratamento do tema, significados entre as ciências humanas e sociais, suas relações com a história e a literatura, Karnal e Tatsch numa síntese historiográfica do tema nos indicam que “documento histórico é qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita” (p. 24). Em relação a isto, Lima e Carvalho nos oferecem um sugestivo texto sobre os usos sociais e historiográficos das fotografias, em que exploram sua história, desenvolvimento de técnicas e máquinas, os usos tradicionais e os modernos, sua função como obra de arte e como reprodução técnica e sequencial, seus significados e possibilidades de interpretação. Para elas, “é importante o historiador ter claro que a capilaridade da fotografia na sociedade contemporânea garante acervos em praticamente todas as organizações públicas e privadas” (p. 57), o que a torna uma fonte ainda mais promissora no presente, do que o havia sido no passado – apesar de suas evidentes dificuldades para análise (ROIZ, 2013, p. 141-142).

O texto de Antonio Celso Ferreira nos revela a fecundidade

das fontes literárias, quando cotejadas adequadamente na pesquisa histórica. Ao demonstrar como foi definida e de que maneira acabou sendo introduzida na pesquisa histórica, na qual o “método de trabalho do pesquisador depende da problemática que o leva à investigação” (p. 80), ressalta os méritos e as fragilidades da história cultural, que deu suporte a investigação da fonte literária, além de valorizar seus méritos para inquirir as sociedades do passado. Já Júnia Ferreira Furtado se volta para os inventários e testamentos, em que a morte era o fator a instigar o testemunho da vida que foi. Ao abordar suas principais características, dependência com a legislação em vigor, forma de armazenamento, maneiras de serem trabalhados, o seu texto também nos dá testemunho de seu desenvolvimento no tempo, e que no Brasil é promissor para o trabalho com temáticas como: a escravidão, a família, a cultura material, os níveis de riqueza dos indivíduos, grupos e sociedades no tempo e no espaço. Nesse aspecto, “inventários e testamentos são fontes que podem conter informações ecléticas e segredos inesperados para o trabalho de pesquisa do historiador” (p. 115).

Ao vislumbrar a importância dos processos criminais, Keila Grinberg, apresenta-nos uma história nos porões dos arquivos judiciais, que igualmente aos inventários e testamento também são ecléticos e podem revelar segredos inesperados. Para indicar tal questão, a autora refaz alguns itinerários, por meio de casos judiciais, sintetiza a história dessas fontes, assim como o tratamento dado pela historiografia na sua investigação e formulação de procedimentos (ROIZ, 2013, p.142):

Mas é claro tudo isso só faz sentido se a leitura da fonte não ficar restrita ao universo do próprio processo. Sua análise é pertinente na medida em que pode ajudar a iluminar um contexto mais amplo, bem como a discutir a produção historiográfica mais geral

sobre um período ou uma questão. É justamente na relação entre o particular e o geral, entre a micro e a macro-história, que está a arte do historiador [e onde os processos criminais podem ser mais uma fonte promissora na execução dessa tarefa] (GRINBERG, In: PINSKY; LUCA, 2015, p.137).

Assim, também nos mostra Maria Silvia Bassanezi, ao analisar os registros paroquiais e civis, indicando-os como potenciais reveladores de eventos vitais na reconstituição da história. Por sintetizarem os traços deixados por uma vida, ao registrarem o nascimento, o casamento e a morte (o óbito), são registros vitais, e permitem análises tanto quantitativas, quanto qualitativas, sobre indivíduos, sociedades e territórios inteiros. Mas, essa reconstituição “será mais completa confrontando e cruzando informações dos registros vitais com outras fontes documentais, como têm feito diversos pesquisadores que se debruçam no estudo de temas como: estrutura e dinâmica populacional, escolhas matrimoniais, domicílio e família, ilegitimidade e exposição de crianças, relações de gênero, relações de parentesco, compadrio e amizade, nomeação” (p. 167). Para Gertz e Bauer, por outro lado, os arquivos de regimes repressivos são fontes sensíveis da história recente, por serem ao mesmo tempo testemunhos de um passado ainda próximo e das estratégias de organização e da memória coletiva, ao serem feitos usos diversos do que se situará como discurso oficial e o que será deixado para o esquecimento. E “nunca é demais frisar que a disponibilização de fundos documentais como esses é fundamental para o conhecimento dos fatos e para a escrita da história, assim como para a consolidação dos próprios regimes democráticos” (p. 191).

Debruçando-se sobre o estudo de cartas e correspondências, Teresa Malatian nos mostra como age o narrador, que registro deixa

e como são arquivadas. Sendo parte de um momento biográfico, elas nos oferecem fragmentos de uma trajetória, ou até de um grupo de pessoas, no âmbito familiar ou profissional, pois (ROIZ, 2013, p.142):

Pelas cartas trocadas, percebe-se a organização de um grupo em torno de certos indivíduos que desempenham papel central a partir de um projeto ou objetivo comum. O grupo comporta amizades e ódios, disputas e alianças a que está sujeito. Tais informações serão de grande utilidade também para a compreensão da personalidade de um determinado autor, da construção de sua obra, da recepção de suas idéias (MALATIAN, In: PINSKY; LUCA, 2015, p. 208-209).

Assim como as cartas, os diários pessoais dão os contornos de uma vida, bem como seus entrelaçamentos com outras, e que para Maria Teresa Cunha são eles também um território aberto para a História, porque além de poderem serem cotejados junto a outras fontes, nos informam caminhos, às vezes, inesperados de uma ou várias vidas. Num sugestivo estudo sobre o lugar das fontes para a investigação do patrimônio cultural, Ana Luiza Martins também mostra por que sempre é uma construção permanente. Para ela, a “diversificação de fontes para a História do Patrimônio Cultural é uma construção permanente, que se renova a cada temática, objeto, patrimônio material ou imaterial a ser desvendado, procurando novas estratégias para enriquecimento de leitura e apreensão do documento, num exercício constante de descoberta das representações dinâmicas da história” (p. 305).

Ao tratar sobre a dimensão retórica da historiografia, vemos Durval Muniz argumentar que durante séculos, o saber histórico se notabilizou por se dedicar a abordar aqueles eventos e aqueles personagens que faziam parte da vida pública, cujos discursos, ao serem pronunciados, ganhavam destaque, eram vistos e ditos como tendo a capacidade de mudar o curso da história. À História não interessava os pronunciamentos das camadas populares, em nenhum sentido do termo, atos ou palavras. Prestava-se atenção à pronúncia, como atitudes ou como discursos daqueles que, para as elites sociais e para os historiadores que as representavam, “realmente contavam”, “realmente faziam a história”, por seus atos, palavras e omissões, sem nenhuma máxima culpa. Interessavam, portanto, os pronunciamentos daqueles que eram “pessoas pronunciadas”, que se destacavam socialmente, que, por aquilo que faziam ou diziam, acreditava-se, podiam mudar os rumos dos acontecimentos (p. 226).

Ao criticar esta concepção de discurso como fonte da história tradicional, Albuquerque Júnior, defende que a recepção, a leitura ou a audiência de um discurso ou de um pronunciamento não é passiva; o leitor ou ouvinte também é partícipe da produção de sentido do que está sendo dito. Nenhum discurso ou pronunciamento tem um único sentido possível, permite uma só leitura ou uma só decodificação. Um texto permite várias leituras que se modificam, inclusive com o passar do tempo e o contexto de recepção se altera. Da mesma forma que interessa ao historiador se perguntar pelo contexto de produção do discurso, é fundamental interrogar-se sobre o contexto de recepção, em que momento foi lido, onde foi lido ou ouvido, em que situação social, cultural e política está o leitor ou o ouvinte e quem são eles (p. 239).

Por fim, Elias Thomé Saliba, por meio de uma pequena história do documento, perscrutará as suas aventuras modernas e desventuras pós-modernas. Para ele, seja “como for, o processo ao documento continua”, e a “busca da verdade e da autenticidade

pelos traços que subsistiram do passado deve continuar, porque faz parte de nós e de nossa cultura, mas [...] ela será sempre uma irremediável e errática experiência de finitude e de transitoriedade". Dado que, como a vida, a história, ou mesmo os livros didáticos, "aqueles que guardamos como relíquias" (p. 325), o processo histórico permanecerá como uma constante tensão entre o vivido, o registrado, o fragmento estrategicamente preservado da ação do tempo, e o trabalho de reconstituição de seus principais traços, que fazem da pesquisa histórica, o testemunho de uma época, por meio do uso e da interpretação dos testemunhos, dos documentos, de outras. Nesse sentido, o conjunto dos textos aqui reunidos é um convite a pesquisa, ao conhecimento e ao estudo do passado, em meio à variedade de fontes e testemunhos que o cercam, e o tornam, por isso, tão arduo e difícil de ser (totalmente) apreendido (ROIZ, 2013, p.143).

Diante do exposto, frente às infinitas possibilidades e trajetórias no uso das fontes históricas, é mister ressaltar que a pedra fundamental do trabalho de pesquisa histórica é o olhar, a sensibilidade, a subjetividade, a criatividade e a criticidade dos historiadores. Nessa perspectiva, a fecundidade e fertilidade das fontes é determinada pela cartografia do percurso de quem realiza a pesquisa, a riqueza de suas questões, a potência social da investigação, a profundidade do mergulho dos pesquisadores nas fontes. Esse tratamento assumido pelos historiadores é o que torna as possíveis fontes em fontes reais e que substanciam os seus porquês, a partir do seu lugar social em alinhamento com suas filiações teórico-metodológicas (ROIZ, 2013, p. 143).

Através dessa linha de raciocínio, conforme sugeriu Guilherme Lopes Vieira (2017), os museus históricos, também, são fontes históricas que devem ser exploradas através de sua potencialidade discursiva de criar narrativas históricas que procuram dar sentido ao passado. Dessa forma, devemos pensar o conceito de forma a historicizá-lo. O vocábulo "Museu" decorre da palavra grega

mouseion, adaptado para o latim, *musæm*, que se referia ao lugar onde as divindades gregas habitavam, em outras palavras, o “templo das Musas”. Espaço, segundo a mitologia grega, em que as musas, filhas de Zeus com Mnemosine, divindade da memória, possuíam obras de arte expostas que auxiliariam, conjuntamente às suas danças, músicas e narrativas, os homens a se dedicarem às artes e às ciências, sobretudo ao saber filosófico. É importante ressaltar, que os museus modernos em comparação a essa composição inicial mitológica emprestam apenas a mesma denominação.

De acordo com Vieira (2017), o museu contemporâneo está associado, de certa forma, ao colecionismo, típico dos gabinetes de curiosidades, manifestados também nos primeiros museus de história natural.

No contexto museológico brasileiro, os museus passaram a expor narrativas acerca da história nacional e, posteriormente, através das coleções de mecenas expuseram coleções de arte, inicialmente, moderna. O que pode ser apontado, como ponto de intersecção, ao longo do tempo, refere-se às práticas colecionistas e suas especificidades, norteadas pelos teóricos e instituições de classe museológica alinhadas às propostas internacionais, que começaram a delinear as práticas em museus.

A partir desse marco, os museus tornaram-se instituições a serviço da sociedade, ligados às intenções de preservar, salvaguardar e difundir o patrimônio cultural, através de suas funções educativas, com a finalidade de facilitar o contato do público visitante com o conhecimento presente nos museus. Esta necessidade apareceu com a chegada da “aceleração da história”, quando as perdas dos remanescentes do passado se fizeram notar, com a noção de perda coletiva de referências da sociedade diante das transformações do presente.

Reconhecendo a historicidade característica dos museus, que podem operar tanto as dimensões de espaço como as de tempo, em última instância, deve-se ter uma visão crítica acerca dos museus. Já

que tais instituições por meio da musealização transformam seus acervos em documentos históricos, portanto, passíveis de investigação e questionamentos.

Para o entendimento da história dos museus se faz necessário, ter em vista que há diferentes interpretações epistemológicas a respeito dessa matéria. O museu para o museólogo não é o mesmo museu do historiador. Os estudos de museus sob a perspectiva da metodologia museológica apresentam-se de forma desarmônica quando temos como referência os estudos históricos, ou melhor, a metodologia histórica.

Os museus, por definição, possuem remanescentes do passado, expostos no presente e, possivelmente, preservados para o futuro. Logo, os museus como fonte histórica devem ser pensados através de sua potencialidade na construção discursiva de suas narrativas históricas, que procuram dar sentido aos eventos do passado. Portanto, é papel do historiador reconhecer que há tensões latentes entre história e memória nas construções de discursos nos museus (VIEIRA, 2017, p. 141-142; 157-159).

Para Durval Muniz (2019), quando os historiadores entram no arquivo, quando têm o documento em mãos, o historiador costuma só pensar em procurar eventos, acontecimentos, ações personagens, discursos e práticas. Não passa por suas cabeças buscarem, naqueles papéis atirados num arquivo, conceito, noções, categorias que organizaram a própria vida das pessoas que viveram em um dado tempo. O caráter poético da própria espécie humana, à medida que se relacionam com o mundo, com a vida, com o seu próprio corpo através do símbolo, da representação, da mediação das várias formas de linguagem, do imaginário, da memória – queda assim ignorado, pois o conceito é uma das produções humanas destinadas a dar sentido ao mundo e ao ser humano. A produção conceitual também é marcada pela temporalidade em que ocorre, o próprio tempo é um conceito, uma dimensão abstrata da existência só elaborada e capturada conceitualmente. Nos documentos, no

arquivo, não apenas se fala de tempos, mas se elaboram conceitos para o tempo e conceitos temporais (ALBUQUERQUE JR, 2019, p. 72).

E como nos mostrou Julio Aróstegui (2006), uma fonte de informação nunca é neutra, nem é dada de antemão. Mesmo que à primeira vista não pareça, o historiador deve, como qualquer outro pesquisador social, “construir” também suas fontes, ainda que se encontre mais limitado para realizá-lo à medida que retrocede no tempo. Pesquisar a história não é, de modo algum, transcrever o que as fontes existentes dizem, mas, a exposição da história, que é o resultado do método de pesquisa, tem de tornar inteligível e explicável o que as fontes oferecem como informação.

O método historiográfico correto é o que entende que investigar e representar a história não é meramente descobrir coisas ocorridas no passado cuja memória se havia perdido, mas dar conta de como as sociedades se comportam e evoluem no tempo. Daí que se tenha dito que atuar sempre de acordo com uma cronologia é outra das características mais determinantes do historiográfico, mas que a cronologia de forma alguma representa por si mesma a temporalidade. Não há história possível que não esteja pautada pela sucessão do tempo, e o estabelecimento de “épocas” históricas tem sido tradicionalmente outra das funções da historiografia, mas a cronologia, de forma alguma, esgota o problema do tempo histórico e não acaba nela a necessidade do historiador e do método historiográfico de considerar todos os fenômenos no interior da variável tempo (ARÓSTEGUI, 2006, p. 95).

Por fim, o autor nos convida a pensar que o processo histórico de qualquer sociedade, inclusive de qualquer instância humana específica, tanto como a própria história em escala universal, são realidades globais. Isso quer dizer que a história de uma sociedade reúne em si todas as atividades que homens e mulheres realizam e que estão entrelaçadas de forma indissolúvel. A história de todas as sociedades do mundo, por sua vez, se encontra também entrelaçada, ou tende a estar. Dessa forma, a história é

sempre global. O problema do método histórico reside aqui em como dar conta ou como representar essa história global, o que continua sendo um problema não resolvido, por mais que a ideia de uma história total tenha sido proposta muitas vezes.

Na prática historiográfica, o que ocorre com maior frequência é o contrário: a fragmentação da história em setores, em especialidades, que ameaçam com fraturas a unidade da disciplina, mas que são inevitáveis na prática científica de hoje. E, tendo em vista que a historiografia é uma forma de pesquisa social, seria possível pensar que tais habilidades se incluíam no perfil de formação do historiador? Aróstegui responde a este questionamento, informando que à luz da realidade atual, isso poderia não passar de uma perigosa utopia ou, talvez, inclusive, uma profanação. Para ele, ainda que custe a alguns, o futuro imporá muitas dessas técnicas também ao historiador. Seria evidente que deveria impor algumas outras, por exemplo a prática da exploração do arquivo e de outras fontes não escritas. Não podemos nos enganar e não admitir que uma suficiente preparação metodológica e técnica ocupa um lugar fundamental no horizonte do futuro da tarefa do historiador. O contrário, significaria condenarmos a fazer uma “má” história (ARÓSTEGUI, 2006, p. 95-96).

Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História**. São Paulo: Intermeios, 2019.

ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: EDUSC, 2006.

BLOCH, M. **Apologia da História, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FEBVRE, L. **Combates pela História**. 3ª ed. Lisboa: Ed. Presença, 1989.

PINSKY, C. B.; LUCA, T.R. de. (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. 1ª ed. 4ª reimp. São Paulo: Contexto, 2015.

PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

ROIZ, D. da S. A História, suas fontes e suas escrituras. **Akrópolis Umarama**, v. 21, n. 2, p. 141-143, jul./dez. 2013.

ROIZ, D. da S. RESENHA – Fontes Históricas, Carla Pinsky (2005). In: **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 227-233, dez. 2007

SAMARA, E. de Mesquita; TUPY, I. S. S. T. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

VIEIRA, G. L. O museu como lugar de memória: o conceito em uma perspectiva histórica. **Mosaico, [S. l.]**, v. 8, n. 12, p. 139–162, 2017.

PIQUIÁ DE BAIXO: a resistência de uma comunidade frente aos impactos da mineração no corredor Carajás e o processo de reassentamento

Matheus Carvalho de Abreu e Fagno da Silva Soares

Introdução

No chamado portal da Amazônia Oriental localiza-se Piquiá de Baixo, comunidade pertencente ao município de Açailândia, no estado do Maranhão, cuja trajetória histórica se entrelaça aos intensos processos de ocupação territorial, migração e expansão econômica ocorridos na região ao longo da segunda metade do século XX. A formação da comunidade remonta à década de 1960, período marcado pela chegada expressiva de trabalhadores rurais oriundos de diferentes partes do país, especialmente do Nordeste brasileiro. Impulsionados pelas transformações econômicas e pelas promessas de desenvolvimento associadas à abertura de novas fronteiras agrícolas e urbanas na Amazônia, esses migrantes encontraram em Açailândia a possibilidade de reconstrução de suas vidas, constituindo redes de sociabilidade, trabalho e pertencimento que dariam origem ao bairro de Piquiá de Baixo.

Nesse contexto, a presente pesquisa resulta da realização de investigações desenvolvidas ao longo de mais de dois anos, vinculadas a dois projetos acadêmicos voltados à análise das experiências sociais, memórias coletivas e processos de resistência construídos pela comunidade. O estudo busca compreender a trajetória histórica de Piquiá de Baixo e de seus moradores, enfatizando os impactos produzidos pela expansão da mineração e da siderurgia sobre o território e as condições de vida da população local. Ao mesmo tempo, procura analisar as perspectivas e os desafios relacionados ao processo de reassentamento das 312 famílias para o bairro Piquiá da Conquista, concebido como alternativa diante do agravamento das condições socioambientais vivenciadas na área original da comunidade.

Contudo, apesar dos avanços alcançados após anos de mobilização política e reivindicação coletiva, o reassentamento permanece marcado por atrasos, tensões e incertezas. Enquanto a transferência definitiva das famílias não se concretiza plenamente, os moradores seguem organizados em movimentos de luta, manifestações públicas e articulações institucionais em defesa de seus direitos. A resistência da comunidade evidencia não apenas a busca por melhores condições de moradia e qualidade de vida, mas também a defesa do direito ao território, à memória e à dignidade diante dos impactos impostos pelos grandes empreendimentos mineradores e siderúrgicos instalados na região.

A partir dessa análise, compreende-se que a luta pela reexistência na Amazônia Oriental envolve enfrentamentos contínuos às dinâmicas do capital representadas pelos grandes projetos de mineração e industrialização. Em Piquiá de Baixo, a reivindicação por justiça socioambiental ultrapassa a dimensão material da sobrevivência, constituindo-se como afirmação política e simbólica de sujeitos historicamente marginalizados pelos modelos hegemônicos de desenvolvimento. Assim, a experiência da comunidade revela que a defesa por melhores condições de vida,

reconhecimento social e preservação das memórias coletivas configura uma das expressões mais significativas das resistências contemporâneas dos povos e comunidades tradicionais e populares da Amazônia brasileira.

A comunidade de Piquiá de Baixo, localizada no município de Açailândia, no estado do Maranhão, constitui-se como um dos casos mais emblemáticos dos impactos socioambientais decorrentes da expansão do capital mineral e industrial na Amazônia Oriental brasileira. Inserida na área de influência do complexo minerador de Carajás, no Pará, a comunidade passou a conviver, ao longo das últimas décadas, com profundas transformações em seu território, marcadas pela instalação de empreendimentos siderúrgicos vinculados ao processamento do minério de ferro extraído da Serra dos Carajás. Tal processo evidencia as contradições inerentes aos modelos de desenvolvimento assentados na exploração intensiva dos recursos naturais, nos quais o crescimento econômico frequentemente se sobrepõe às condições de vida das populações locais e à preservação ambiental.

As atividades industriais desenvolvidas na região têm produzido efeitos severos sobre o cotidiano da população de Piquiá de Baixo, afetando diretamente a saúde coletiva, as dinâmicas sociais e os ecossistemas locais. A emissão contínua de resíduos provenientes do refino do minério compromete significativamente a qualidade do ar, provocando recorrentes problemas respiratórios entre os moradores, especialmente crianças e idosos. Soma-se a isso a contaminação de rios e nascentes, a degradação do solo e a redução da disponibilidade de recursos naturais essenciais à subsistência da comunidade. Nesse contexto, a experiência de Piquiá de Baixo revela não apenas um cenário de vulnerabilidade socioambiental, mas também as múltiplas formas de violência territorial associadas à lógica de exploração mineral e à ausência histórica de políticas efetivas de proteção social e ambiental.

O presente estudo emerge da inserção do autor em dois projetos acadêmicos voltados à investigação das trajetórias sociais, memórias coletivas e formas de resistência construídas pelos moradores da comunidade. O primeiro projeto, intitulado *Cartografia Social de Piquiá de Baixo, em Açailândia-MA: Memórias, Trajetórias, Política e Ativismos Midiáticos*, foi coordenado pela professora Dra. Roseane Arcanjo Pinheiro e desenvolvido com financiamento da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), ao longo de um ano de execução. A pesquisa buscou compreender as formas de organização política e os processos de construção de narrativas comunitárias diante dos conflitos socioambientais vivenciados pelos moradores.

O segundo projeto, denominado *As Vozes do Piquiá de Baixo: Trajetória, Memória e História dos Moradores da Comunidade de Piquiá de Baixo em Açailândia-Maranhão*, aprofundou a investigação acerca das experiências históricas e das memórias sociais da comunidade, sobretudo no contexto do deslocamento territorial e do reassentamento dos moradores para o bairro Piquiá da Conquista. Ambos os projetos, financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) e pela UEMASUL, envolveram extensas atividades de campo, entrevistas realizadas remotamente durante a pandemia da Covid-19, entre os anos de 2020 e 2021, além de encontros presenciais realizados em 2022 no novo território de reassentamento.

Desse modo, a pesquisa articula perspectivas da História Social, da memória e dos estudos socioambientais, buscando compreender como os moradores de Piquiá de Baixo elaboram narrativas sobre suas experiências de sofrimento, deslocamento e resistência. Mais do que analisar os impactos da mineração e da siderurgia, o estudo procura evidenciar as formas pelas quais a comunidade construiu estratégias de mobilização política,

reivindicação de direitos e preservação de suas memórias coletivas diante das profundas transformações impostas ao seu território.

Este capítulo estrutura-se em torno de dois eixos analíticos centrais, articulados entre si pela experiência histórica de resistência da comunidade de Piquiá de Baixo diante dos impactos produzidos pela expansão mineradora e industrial na Amazônia Oriental. O primeiro eixo dedica-se à compreensão do processo de formação social da comunidade e das múltiplas formas de luta empreendidas pelos moradores frente às dinâmicas do capital mineral. Busca-se, nesse sentido, analisar a trajetória histórica de Piquiá de Baixo, enfatizando os conflitos socioambientais decorrentes da implantação dos grandes projetos mineradores e siderúrgicos na região, sobretudo a partir da década de 1980, período em que a intensificação das atividades vinculadas ao Programa Grande Carajás passou a alterar profundamente as condições de vida da população local.

A presença de empresas ligadas à cadeia de exploração e beneficiamento do minério de ferro entre elas a Vale, enquanto principal agente econômico articulador desse modelo de desenvolvimento produziu graves impactos ambientais e sociais, comprometendo a saúde dos moradores, degradando os recursos naturais e impondo formas sistemáticas de precarização da vida cotidiana. Diante desse cenário de violações, a comunidade construiu processos de organização coletiva e resistência política, articulando movimentos sociais, instituições religiosas, organizações de direitos humanos e redes de apoio nacionais e internacionais. A partir de 2007, essas mobilizações ganharam maior intensidade, tendo como principal reivindicação o reassentamento das famílias em um território que oferecesse condições dignas de moradia e segurança ambiental.

Como resultado desse longo processo de luta, foi criado o bairro Piquiá da Conquista, localizado a aproximadamente sete quilômetros da área originalmente ocupada pela comunidade. O

reassentamento representou não apenas uma conquista material, mas também um importante marco simbólico da capacidade organizativa e política dos moradores diante das estruturas de poder econômico que historicamente marcaram a região. Contudo, apesar dos avanços alcançados, o processo permanece atravessado por tensões, incertezas e desafios persistentes. Mesmo após mais de uma década de reivindicações, as obras do reassentamento ainda não foram plenamente concluídas, evidenciando a morosidade institucional e as dificuldades enfrentadas pela comunidade na efetivação de seus direitos.

É nesse contexto que se insere o segundo eixo de análise deste capítulo, voltado à investigação do processo de reassentamento dos moradores de Piquiá de Baixo. Tal abordagem será desenvolvida, sobretudo, a partir da apresentação e interpretação de relatos orais, memórias e narrativas produzidas pelos próprios sujeitos envolvidos nessa experiência histórica. Ao privilegiar as vozes dos moradores, o estudo busca compreender como são elaboradas as percepções sobre deslocamento, pertencimento, perda, reconstrução territorial e resistência coletiva. Desse modo, o capítulo procura evidenciar que o reassentamento ultrapassa a dimensão física da mudança espacial, constituindo-se também como um processo profundamente marcado por disputas de memória, identidades sociais e lutas por reconhecimento e justiça socioambiental.

Dessa forma, o presente estudo busca compreender os impactos da atividade mineradora e siderúrgica sobre a comunidade de Piquiá de Baixo, analisando tanto as consequências socioambientais produzidas por esse modelo de desenvolvimento quanto as estratégias de resistência e mobilização coletiva construídas pelos moradores ao longo de sua trajetória de luta. A pesquisa procura evidenciar como a expansão do capital mineral na Amazônia Oriental redefiniu experiências de vida, relações territoriais e formas de sociabilidade, produzindo processos

contínuos de vulnerabilização social, degradação ambiental e violação de direitos.

Ao mesmo tempo, o estudo dedica especial atenção às perspectivas dos moradores acerca do reassentamento em Piquiá da Conquista, buscando compreender os sentidos atribuídos a essa experiência de deslocamento e reconstrução territorial. Nesse aspecto, as narrativas e memórias dos sujeitos envolvidos tornam-se fundamentais para a análise, uma vez que revelam não apenas os sofrimentos decorrentes da permanência em um território marcado pela poluição e pelo adoecimento, mas também as expectativas, esperanças e desafios relacionados à construção de um novo espaço de pertencimento.

Ao dar visibilidade a essas experiências, o trabalho pretende contribuir para o aprofundamento do debate acerca dos efeitos sociais, ambientais e humanos da exploração mineral na Amazônia brasileira, problematizando os limites de modelos econômicos fundamentados na lógica da acumulação e da expropriação territorial. Além disso, a pesquisa reafirma a importância do direito à memória, à justiça socioambiental e à dignidade das populações atingidas por grandes empreendimentos, reconhecendo a luta de Piquiá de Baixo como expressão significativa das resistências contemporâneas frente às desigualdades produzidas pelo avanço do capital sobre os territórios e as comunidades tradicionais e populares.

Ainda, é importante mencionar, este estudo tem como base teórico-metodológica os principais a História Oral e História vista de baixo. A análise de fenômenos como narrativa e memória será central, pois estes constituem elementos chave para a compreensão da experiência histórica das comunidades marginalizadas. Nesse sentido, será abordada a contribuição das novas tendências historiográficas que transformaram a escrita da história, com destaque para a Escola dos Annales e suas posteriores influências.

Uma das questões cruciais discutidas por Pollak (1989) e outros estudiosos, e que orienta este estudo, é a relevância da escuta e da memória. Pollak destaca que a História Oral enfatiza as memórias subterrâneas, aquelas pertencentes às culturas minoritárias e dominadas, em oposição à memória oficial, frequentemente representada pela narrativa nacional. Esse conceito se aplica diretamente à comunidade de Piquiá de Baixo, onde as lutas dos seus moradores evidenciam essa "disputa" de memórias, em que as vivências e experiências dessa população são frequentemente marginalizadas e relegadas a um espaço de memória secundária.

Portanto, ao estudar Piquiá de Baixo, busca-se entender como as memórias dessa comunidade se configuram como uma narrativa subterrânea, resistindo à imposição de uma memória hegemônica, e como elas revelam as complexas relações de poder e resistência presentes nas experiências de seus habitantes.

Piquiá de Baixo-Açailândia/MA: Entre Memória e Narrativa

A cidade de Açailândia, situada na região sudoeste do estado do Maranhão, ocupa uma posição geográfica e econômica estratégica no contexto da Amazônia Oriental, sendo frequentemente reconhecida como um dos principais portais de integração entre o Norte e o Nordeste brasileiro. Seu processo de expansão urbana e desenvolvimento econômico esteve profundamente associado às políticas nacionais de ocupação territorial e exploração dos recursos naturais implementadas ao longo da segunda metade do século XX. Nesse cenário, o bairro de Piquiá de Baixo destaca-se por sua relevância histórica, constituindo-se como um dos primeiros núcleos habitacionais formados antes mesmo da emancipação política de Açailândia em relação ao município de Imperatriz, oficializada em 1981 (SANTOS, 2019, p. 7).

A consolidação da cidade, especialmente a partir da década de 1980, esteve diretamente vinculada à implantação de grandes

projetos mineradores e siderúrgicos na região, inseridos em uma estratégia estatal de modernização econômica e integração da Amazônia aos circuitos nacionais e internacionais de produção. Nesse contexto, a instalação de empresas siderúrgicas em Açailândia integrou um amplo projeto governamental orientado pelo discurso do progresso, do desenvolvimento industrial e da valorização das potencialidades minerais da Amazônia Oriental. Tal processo articulava-se, sobretudo, às dinâmicas do Programa Grande Carajás, responsável por impulsionar a exploração e o escoamento do minério de ferro extraído da Serra dos Carajás, no estado do Pará.

Entretanto, embora essas iniciativas tenham sido apresentadas como símbolos de crescimento econômico e geração de empregos, seus efeitos revelaram profundas contradições sociais e ambientais. A instalação das siderúrgicas provocou significativas transformações territoriais, acompanhadas pela intensificação da poluição atmosférica, da degradação dos recursos naturais e do comprometimento das condições de vida das populações residentes nas áreas periféricas da cidade, especialmente em Piquiá de Baixo. Como observa Pestana (2013, p. 16), a presença dessas empresas resultou na produção de diversos impactos ambientais negativos e no agravamento de problemas sociais que passaram a marcar o cotidiano das comunidades vizinhas aos empreendimentos industriais.

Nesse sentido, a trajetória de Piquiá de Baixo evidencia as ambiguidades dos projetos desenvolvimentistas implementados na Amazônia brasileira, nos quais a promessa de progresso frequentemente se sustentou à custa da precarização das condições de vida das populações locais. A comunidade tornou-se, assim, um espaço emblemático das disputas entre desenvolvimento econômico, justiça socioambiental e direito ao território, revelando os efeitos desiguais da expansão do capital mineral sobre os grupos socialmente vulnerabilizados.

Piquiá de Baixo constitui um exemplo emblemático das consequências sociais, ambientais e territoriais decorrentes da implantação de grandes empreendimentos industriais na Amazônia Oriental. A formação do bairro esteve diretamente relacionada aos projetos nacionais de integração e desenvolvimento implementados ao longo da segunda metade do século XX, especialmente à construção da rodovia BR-010 Belém-Brasília e à instalação de siderúrgicas voltadas à produção de ferro gusa. Tais iniciativas inseriram Açailândia nos circuitos estratégicos de exploração mineral e expansão industrial do país, redefinindo profundamente as dinâmicas econômicas, sociais e espaciais da região.

Nesse contexto, as condições de vida da população de Piquiá de Baixo passaram a ser intensamente impactadas pelas ações do capital mineral e siderúrgico. A exploração econômica do território, conduzida por empresas vinculadas às cadeias de mineração e beneficiamento do minério de ferro, produziu novas formas de organização social marcadas pela desigualdade, pela precarização ambiental e pela vulnerabilização das comunidades locais. A instalação do Parque Siderúrgico Açailandense (PSA), abrangendo os bairros Piquiá de Baixo e Piquiá de Cima, consolidou a região como um importante polo de produção de ferro gusa, atividade diretamente articulada ao minério extraído das minas de Carajás, no estado do Pará. O transporte dessa matéria-prima ocorre por meio da Estrada de Ferro Carajás (EFC), operada pela Vale S/A, empresa que desempenha papel central na estrutura logística e econômica desse complexo minerador-industrial.

Entretanto, o modelo de desenvolvimento associado à mineração e à siderurgia revelou impactos socioambientais profundamente destrutivos. Estudos de impacto ambiental demonstram que as siderúrgicas instaladas na região demandam elevadas quantidades de água e energia, ao mesmo tempo em que produzem intensos níveis de poluição atmosférica e hídrica. A emissão contínua de substâncias tóxicas, como benzeno e óxidos de

enxofre, contribui significativamente para o agravamento das mudanças climáticas e compromete diretamente a saúde das populações expostas a esses agentes poluentes. Entre os efeitos mais recorrentes encontram-se doenças respiratórias crônicas, irritações na pele, problemas oculares e enfermidades graves, incluindo diferentes tipos de câncer.

Em Piquiá de Baixo, tais impactos materializam-se de forma particularmente aguda, configurando um cenário de evidente injustiça ambiental. A proximidade entre as residências e as unidades siderúrgicas expõe diariamente os moradores à fumaça, à fuligem e aos resíduos tóxicos produzidos pela atividade industrial, enquanto a ausência de políticas públicas efetivas de controle ambiental e proteção social aprofunda as condições de vulnerabilidade vivenciadas pela comunidade. Conforme assinala Carvalho (2021, p. 36-37), a população local tornou-se alvo direto das consequências negativas do modelo mineral-exportador, suportando os custos ambientais e humanos de um processo de desenvolvimento que privilegia os interesses econômicos em detrimento da garantia de direitos fundamentais.

Dessa maneira, a experiência de Piquiá de Baixo evidencia as contradições estruturais presentes nos projetos de modernização implementados na Amazônia brasileira. Ao mesmo tempo em que a mineração e a siderurgia foram apresentadas como símbolos de progresso e crescimento econômico, seus efeitos concretos revelam processos de exclusão, adoecimento e degradação ambiental que atingem de forma desigual as populações periféricas e socialmente vulnerabilizadas. A comunidade torna-se, assim, um espaço de disputa entre as lógicas da acumulação capitalista e as reivindicações por justiça socioambiental, direito ao território e dignidade humana.

Além disso, os discursos produzidos pelos grupos empresariais e amplamente difundidos pelos meios de comunicação tendem a enfatizar os supostos benefícios econômicos decorrentes da atividade mineradora e siderúrgica, destacando aspectos como a

geração de empregos, o crescimento econômico e a ampliação da infraestrutura urbana e logística da região. Tais narrativas foram historicamente mobilizadas para legitimar a implantação dos grandes projetos industriais na Amazônia Oriental, apresentando a mineração como sinônimo de progresso, modernização e integração regional aos mercados nacionais e internacionais.

Entretanto, essa retórica desenvolvimentista frequentemente invisibiliza as críticas e experiências das populações diretamente afetadas pelos empreendimentos. Em Piquiá de Baixo, os moradores convivem cotidianamente com os efeitos contraditórios desse modelo econômico, marcado pela concentração dos benefícios financeiros em determinados setores empresariais e pela socialização dos impactos ambientais e sociais entre as comunidades locais. Enquanto os discursos institucionais celebram os índices de produção e exportação mineral, a realidade vivenciada pela população evidencia a permanência de profundas desigualdades sociais, precariedade dos serviços públicos e ausência de investimentos estruturais em áreas essenciais, como saúde, educação, saneamento básico e políticas de proteção ambiental.

Nesse contexto, as promessas de desenvolvimento regional revelam-se limitadas e profundamente assimétricas. Embora a mineração e a siderurgia tenham promovido a absorção de parte da mão de obra local, esse processo não se traduziu em melhorias duradouras nas condições de vida da maioria da população de Açailândia. Ao contrário, consolidou-se uma dinâmica econômica dependente, caracterizada pela exploração intensiva dos recursos naturais, pela precarização das relações de trabalho e pela produção contínua de vulnerabilidades socioambientais. Assim, o chamado “desenvolvimento” associado ao complexo minerador-industrial evidencia uma lógica excludente, na qual os custos humanos e ambientais recaem majoritariamente sobre as comunidades periféricas, enquanto os benefícios econômicos permanecem

concentrados nas grandes corporações e nos agentes vinculados ao capital mineral.

Dessa forma, a experiência de Piquiá de Baixo permite problematizar criticamente os discursos hegemônicos sobre desenvolvimento na Amazônia, demonstrando que crescimento econômico e justiça social não constituem processos automaticamente complementares. Ao contrário, o caso revela como projetos de modernização baseados na exploração mineral podem aprofundar desigualdades históricas, fragilizar direitos coletivos e comprometer as formas de vida das populações locais, tornando urgente a construção de modelos de desenvolvimento socialmente mais justos e ambientalmente sustentáveis.

Formação do Bairro Piquiá de Baixo e Memórias da Comunidade

O processo de formação do bairro Piquiá de Baixo antecede a instalação dos grandes empreendimentos mineradores e siderúrgicos que posteriormente redefiniriam a dinâmica econômica e territorial de Açailândia. Antes da consolidação do complexo industrial na região, o bairro já se constituía como um importante espaço de acolhimento para populações migrantes provenientes de diferentes localidades do Maranhão e de estados vizinhos, especialmente Ceará e Piauí. A ocupação desse território esteve profundamente relacionada aos fluxos migratórios internos que marcaram o Brasil ao longo do século XX, impulsionados tanto pelas transformações econômicas nacionais quanto pelas recorrentes crises sociais e climáticas que atingiam o Nordeste brasileiro, sobretudo os períodos de seca e escassez de oportunidades de trabalho.

Nesse contexto, Açailândia passou a representar, para muitas famílias, a possibilidade de reconstrução da vida em um território associado às promessas de crescimento econômico e expansão urbana decorrentes da abertura da rodovia Belém-Brasília e da valorização da região amazônica como fronteira de

desenvolvimento. Assim, Piquiá de Baixo consolidou-se gradativamente como um espaço de sociabilidade, trabalho e constituição de vínculos comunitários, marcado pela presença de sujeitos que carregavam experiências de deslocamento, resistência e reinvenção cotidiana.

As memórias dos moradores revelam a centralidade dessas trajetórias migratórias na constituição histórica da comunidade. O relato de Joselma Alves evidencia não apenas a experiência de mobilidade vivida por sua família, mas também o protagonismo de seus pais na organização social do bairro e na luta pela melhoria das condições de vida da população local. Segundo a moradora, seu pai, João Vieira de Oliveira, destacou-se como uma das primeiras lideranças comunitárias de Piquiá de Baixo, atuando ativamente em reivindicações voltadas à implementação de infraestrutura básica, como a instalação da energia elétrica e a construção de escolas. Sua atuação demonstra como a consolidação do bairro esteve diretamente associada às iniciativas coletivas dos próprios moradores, que, diante da ausência do poder público, assumiram o protagonismo na construção de condições mínimas de sobrevivência e cidadania (Joselma Alves de Oliveira, 44 anos).

De maneira semelhante, o testemunho de Dona Maria José da Silva, de 67 anos, reafirma a importância dos fluxos migratórios na formação social de Piquiá de Baixo. Ao rememorar sua chegada a Açailândia, a moradora destaca que sua família, oriunda de diferentes cidades do Maranhão, deslocou-se em busca de melhores oportunidades econômicas e de condições de vida mais dignas. Sua narrativa evidencia como a comunidade foi sendo construída a partir do encontro de múltiplas experiências familiares, marcadas por expectativas de ascensão social, pertencimento e estabilidade (Dona Maria José da Silva, 67 anos).

Esses relatos orais possuem significativa relevância histórica e social, pois permitem compreender a formação de Piquiá de Baixo não apenas como resultado de processos econômicos e territoriais

mais amplos, mas também como fruto das experiências vividas, das memórias compartilhadas e das redes de solidariedade estabelecidas entre os moradores. As narrativas revelam que, antes de se tornar símbolo dos conflitos socioambientais provocados pela mineração e pela siderurgia, a comunidade já possuía uma trajetória própria, construída por trabalhadores migrantes que transformaram o território em espaço de moradia, convivência e resistência coletiva.

Dessa forma, as memórias da comunidade desempenham papel fundamental na compreensão das disputas em torno do território e da permanência dos moradores em Piquiá de Baixo. Ao rememorem suas trajetórias, os sujeitos reafirmam vínculos afetivos, identitários e históricos com o lugar, demonstrando que o bairro não pode ser reduzido a um espaço marcado exclusivamente pela degradação ambiental. Trata-se, sobretudo, de um território de memórias, pertencimentos e lutas sociais, cuja história foi construída pela ação cotidiana de homens e mulheres que encontraram em Piquiá de Baixo a possibilidade de reconstruir suas vidas e afirmar suas formas de existência diante das transformações impostas pelo avanço do capital mineral na Amazônia Oriental.

Mobilizações e lutas: a busca por melhores condições de vida

Como discutido anteriormente, a dinâmica de vida dos moradores de Piquiá de Baixo é marcada pela ação predatória do capital, representado pelas siderúrgicas instaladas em torno do bairro. Essa realidade impõe uma luta constante, pois a busca por melhores condições de vida se torna não apenas uma necessidade, mas uma questão fundamental para a sobrevivência da comunidade. Nesse contexto, os laços que os moradores constroem transcendem o âmbito familiar, formando uma rede de apoio e resistência. A luta torna-se um enfrentamento contra um sistema que tenta invisibilizar essa comunidade, mas o engajamento dos moradores fortaleceu a organização, criando uma irmandade sempre alerta que se origina deste processo (Figueiredo et al., 2020, p. 8).

Além dos impactos diretos da mineração, outros problemas se derivam dessa atividade, afetando especialmente a saúde dos moradores, tanto adultos quanto crianças. A queima de combustíveis fósseis pelas siderúrgicas libera partículas de fuligem no ar, comprometendo a qualidade do ambiente e gerando doenças respiratórias. Adicionalmente, a comunidade enfrenta problemas relacionados à falta de planejamento urbanístico, com processos erosivos que afetam tanto os bairros centrais como os periféricos. De acordo com Thiago Vale Pestana: "O processo erosivo ocorre tanto nos bairros localizados na zona central, beneficiados pela urbanização, quanto nos bairros periféricos, não dotados dos equipamentos indispensáveis à vida em comunidade" (Pestana, 2013, p. 41-49).

Contudo, Piquiá de Baixo também revela uma realidade de resistência, na qual moradores de todas as idades, incluindo idosos e jovens, estão na linha de frente na luta por melhores condições de vida. As igrejas católica e protestante têm sido protagonistas nesse processo, com destaque para os padres combonianos, que iniciaram as primeiras ações de reivindicação. Em conversa com Flávia Nascimento, moradora da comunidade, ela relata: "Na verdade, são 3 igrejas, uma católica e duas evangélicas. Dos bairros que conheço, acho que Piquiá tem uma ação muito forte porque as igrejas são muito unidas, as pessoas tanto da Assembleia, quanto da Madureira e da igreja católica, minha comunidade São José, são muito unidas" (Flávia Nascimento, 27 anos, moradora de Piquiá de Baixo).

Além da ação religiosa, outros grupos locais têm se mobilizado, como o coletivo de Vigilância Popular em Saúde (VPS), liderado por jovens da comunidade, incluindo João Paulo Alves da Silva, ex-morador de Piquiá de Cima. Em entrevista, João relatou a formação do VPS, iniciado em 2016, com a proposta de monitorar a qualidade do ar em Piquiá de Baixo. A equipe utilizou um pequeno equipamento, importado dos Estados Unidos, para medir a poluição atmosférica, baseando-se nas recomendações da Organização

Mundial de Saúde (OMS). Os resultados obtidos foram alarmantes, com níveis de poluição frequentemente ultrapassando os limites recomendados, chegando a mais de 70 microgramas por metro cúbico (João Paulo, 22 anos, ex-morador de Piquiá de Cima).

O trabalho do VPS, embora simples e com poucos recursos, foi de extrema importância para a comunidade, tanto que o grupo recebeu o prêmio FAPEMA da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão. A conquista do prêmio impulsionou ainda mais as atividades do coletivo, que, em 2021, entregou um relatório com dados sobre a poluição para o secretário do meio ambiente de Açailândia. A medição não se limitou a Piquiá de Baixo, mas incluiu também bairros como Piquiá de Cima, Plano da Serra e Vale do Açaí, cujos dados também apresentaram níveis significativos de poluição.

A atuação do VPS também visa equiparar os dados coletados com os relatórios técnicos ambientais das empresas, buscando divulgar as informações sobre a qualidade do ar para a população local, uma vez que as empresas não os tornam públicos (Pereira et al., 2019, p. 76).

Outras mobilizações da comunidade de Piquiá de Baixo incluem a luta pelo reassentamento em uma área segura, distante das atividades das siderúrgicas. A comunidade, composta por 312 famílias (aproximadamente 1.200 pessoas), busca uma realocação para o reassentamento conhecido como Piquiá da Conquista. Ao longo dos anos, diversas manifestações, como a Romaria da Terra e das Águas (2011), ações em frente à Caixa Econômica Federal e protestos de rua em Açailândia, têm sido realizadas, com foco no reassentamento e em outras pautas sociais (Santos, 2019, p. 7-8).

Em 2019, a luta de Piquiá de Baixo ganhou visibilidade internacional com a participação de Flávia Nascimento no Sínodo para a Amazônia, em Roma. A jovem, acompanhada de outros membros da comunidade, teve a oportunidade de apresentar a realidade de Piquiá para o Papa Francisco e para um público global.

Em suas palavras, Flávia relatou: “O maior aprendizado foi ver pessoas interessadas em querer ouvir a história de Piquiá, a história de luta da nossa comunidade” (Flávia Nascimento, 2019).

Esse espaço de diálogo, tanto no Vaticano quanto em Genebra, ampliou a visibilidade da luta de Piquiá, destacando a importância da atuação de grupos como os padres Combonianos e outros movimentos de solidariedade internacional. A luta por melhores condições de vida em Piquiá de Baixo continua sendo alimentada por ações cidadãs e políticas que visam o diálogo e a reflexão sobre direitos humanos, políticas públicas e os impactos dos grandes projetos (Santos, 2019, p. 9).

A participação ativa da comunidade, através da Associação de Moradores e da rede Justiça nos Trilhos, tem sido crucial nesse processo de resistência, ampliando as vozes de Piquiá de Baixo e forçando uma ação mais efetiva por parte das autoridades e empresas responsáveis pelos impactos ambientais e sociais na região.

A problemática do reassentamento dos moradores de Piquiá de Baixo, situado em Açailândia, Maranhão, é marcada por um processo que, embora conquiste avanços significativos, ainda enfrenta diversos obstáculos. Segundo o relatório *Piquiá foi à luta: Um balanço do cumprimento das recomendações para abordar as violações aos direitos humanos relacionadas à indústria da mineração e da siderurgia em Açailândia, Brasil*, elaborado pela Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH), em parceria com a Justiça Global e a rede Justiça nos Trilhos, o reassentamento, apesar de ser um direito conquistado, não está livre de dificuldades. O principal desafio persiste na convivência com a poluição e os riscos ambientais enquanto o processo de mudança não se conclui, afetando a saúde e a qualidade de vida dos moradores da comunidade.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 1.100 pessoas serão

beneficiadas pelo reassentamento, que contempla mais de 300 famílias. Contudo, o bairro de Piquiá de Baixo conta com cerca de 7.500 habitantes, que continuam a sofrer com a poluição das empresas localizadas na região, principalmente as indústrias de mineração e siderurgia (FIDH; Justiça nos Trilhos, 2019, p. 7). A atividade siderúrgica em Açailândia, longe de gerar benefícios para a comunidade, evidencia a negligência do Estado em monitorar e mitigar os impactos ambientais e sociais. A presença dessas indústrias na cidade não se traduz em melhorias substanciais para a população local, ao contrário, gera uma realidade de exclusão social, vulnerabilidade e um desprezo flagrante pelos direitos dos moradores de Piquiá de Baixo (Sousa; Vacovsk; Soares, 2017, p. 12).

Além da ausência de fiscalização governamental, que compromete a eficácia do monitoramento dos impactos dessas atividades, o papel das empresas, como a Vale, é especialmente criticado. As promessas de desenvolvimento social feitas pelas siderúrgicas não se materializam, resultando na falta de emprego qualificado para os moradores locais. A maioria das vagas de trabalho é ocupada por profissionais externos, especialmente em cargos de maior responsabilidade, enquanto os moradores de Açailândia ficam restritos a posições de menor qualificação. Essa situação é agravada pela escassez de cursos técnicos e universitários na cidade, o que impede a formação de mão de obra local e contribui para a marginalização dos cidadãos (Pereira et al, 2019, p. 59).

Em um contexto internacional, a luta dos moradores de Piquiá de Baixo se insere em um movimento maior que denuncia as violações de direitos humanos perpetradas por grandes corporações, como as indústrias de mineração e siderurgia. A atuação dessas empresas gerou um aumento da conscientização internacional, com organismos como a ONU e entidades de direitos humanos exigindo maior responsabilidade e fiscalização. No entanto, no Brasil, o cenário é de retrocesso, com o enfraquecimento da legislação que regula as atividades empresariais e a flexibilização

do licenciamento ambiental. Mesmo após tragédias como o rompimento da barragem de Mariana, em 2015, observa-se uma persistente falha na implementação das diretrizes que visam proteger as comunidades afetadas pela mineração (FIDH; Justiça nos Trilhos, 2019, p. 10).

A crise de saúde enfrentada pela população de Piquiá de Baixo é outro reflexo da convivência com a poluição. De acordo com o relatório da FIDH e da rede Justiça nos Trilhos (2019), a saúde dos moradores está gravemente comprometida, com registros de problemas respiratórios, oftalmológicos e dermatológicos, além de acidentes fatais decorrentes das atividades das siderúrgicas. A escassez de serviços de saúde adequados agrava ainda mais a situação, tornando a luta pelo reassentamento uma questão urgente para a preservação da vida e da dignidade humana (FIDH; Justiça nos Trilhos, 2019, p. 12).

A conquista do reassentamento, que beneficiará 312 famílias, representou uma vitória significativa para os moradores de Piquiá de Baixo. O processo de mudança envolveu a desapropriação de uma área situada a sete quilômetros do bairro, anteriormente conhecida como Sítio São João. O terreno foi conquistado após anos de mobilização, protestos e resistência. Em 2012, os moradores realizaram manifestações, como a interdição da BR 222, exigindo o cumprimento de seus direitos. A posse do terreno foi formalizada por meio de um decreto emitido pelo município de Açailândia, e as obras para a construção do novo bairro tiveram início em 2018 (FIDH; Justiça nos Trilhos, 2019, p. 20).

O projeto urbanístico de Piquiá da Conquista foi desenvolvido pela comunidade, que, apesar da oferta da Vale para elaborar o plano, optou por contratar uma assessoria técnica especializada, financiada pelo SIFEMA. A construção do novo bairro, que proporcionará um ambiente seguro e livre da poluição, é uma demonstração clara do poder de organização e mobilização dos moradores, que, ao longo de décadas de luta, conquistaram o direito

de viver com dignidade, longe dos impactos ambientais causados pela siderurgia (FIDH; Justiça nos Trilhos, 2019, p. 21). A transformação de Piquiá de Baixo em Piquiá da Conquista simboliza a resistência e a conquista de um futuro mais justo e saudável para seus moradores, que, através da luta coletiva, conseguiram superar as adversidades impostas pelas grandes empresas e pelo descaso estatal.

Perspectivas dos moradores de Piquiá de Baixo no processo de reassentamento

O processo de reassentamento de Piquiá de Baixo está intimamente ligado às expectativas e lutas dos moradores, e foi amplamente discutido durante o projeto de pesquisa “Cartografia Social de Piquiá de Baixo em Açailândia-MA: memórias, trajetórias, política e ativismos midiáticos”, com apoio da FAPEMA. Durante dois anos de entrevistas, foi possível capturar as vozes dos moradores que, salvo alguns casos como o de João Paulo Alves (um dos principais ativistas, mas não residente), expressaram suas expectativas sobre o reassentamento, com foco em um alívio das condições de vida e um desejo por um ambiente mais saudável. João Paulo, mesmo não sendo morador do bairro, sugeriu que o monitoramento do ar em Piquiá da Conquista, novo local de reassentamento, deve continuar refletindo a importância da luta contínua. A pandemia afetou as entrevistas em 2021, que ocorreram por meio da plataforma Meeting, enquanto em 2022 a equipe retomou as visitas presenciais, possibilitando uma abordagem mais direta dos moradores.

Dentre as entrevistas realizadas, destaca-se a de Joselma Alves, que, apesar de ter se mudado para um outro bairro devido a questões de saúde, demonstra um forte vínculo com a comunidade. Joselma expressa sua esperança de que o reassentamento traga melhorias para o bairro, mas também enfatiza que questões sociais e de vulnerabilidade não serão resolvidas apenas com a mudança de

localização. Ela destaca a importância de projetos de convivência social e conscientização sobre o acesso a programas sociais, além de afirmar que a comunidade de Piquiá da Conquista deve ser preparada para valorizar o saneamento básico e promover uma qualidade de vida melhorada. Esse discurso de Joselma é revelador do contexto socioeconômico da região, onde a falta de infraestrutura é um problema sério, intensificado pela atuação das siderúrgicas, cujas ações violam os direitos humanos e geram impactos ambientais negativos.

Dona Maria, outra moradora, expressou suas expectativas sobre o novo bairro, destacando a diferença entre Piquiá de Baixo e Piquiá da Conquista. Embora o reassentamento ofereça a possibilidade de melhores condições de vida, Dona Maria sente a falta da vegetação local, mencionando a presença de árvores frutíferas como jaca e manga, que não se encontram no novo bairro. Ela sugere que, para melhorar a qualidade do ambiente em Piquiá da Conquista, será necessário plantar árvores e garantir que a área seja mais arborizada, de forma a preservar um aspecto natural que ela valoriza.

[ENTREVISTADOR] Dona Maria, o que a senhora deseja e espera do novo bairro?

[DONA MARIA] Espero que o Piquiá da conquista seja uma boa coisa para se viver lá, pois o que a gente tem passado aqui não é muito bom não. Naquele lugar que a gente vive é bom, mas não presta. Espero que lá seja bom, só isso que espero.

[ENTREVISTADOR] No que a senhora vai sentir mais falta quando mudar para o Reassentamento?

[DONA MARIA] Vai ser tão bom lá na casa nova, mas eu vou sentir tanta falta da minha

casa. Do meu lugar velho, porque lá tem pé de jaca, pé de manga, sombras lindas. Lá é bom, se Deus quiser vai ser bom, mas para isso nós vamos ter que trabalhar mais um pouco, colocar pés de árvores. Lá [Piquiá da Conquista] é muito 'descapinado', tem que plantar de novo (Dona Maria, 68 anos, moradora de Piquiá de Baixo).

Em 2022, a equipe do projeto visitou Piquiá da Conquista, onde encontrou outros moradores como Dona Tida, que também revelou suas expectativas sobre a mudança. Dona Tida expressa uma grande esperança de que o reassentamento proporcionará melhores condições de vida, longe da poluição e do barulho das siderúrgicas. Ela descreve Piquiá da Conquista como "um cantinho do céu", sugerindo que a distância das atividades industriais e a promessa de um ambiente mais tranquilo e saudável são aspectos que tornam o reassentamento uma verdadeira conquista para a comunidade.

O que eu desejo aqui é que nós vamos ser feliz para sempre. Sair daquele sofrimento ali e se mudar para aqui e acho que a gente vai viver a vida, vai respirar um ar livre e viver a vida. Eu acho assim, eu espero também. Eu tô achando que vai ser um cantinho do céu, porque fica longe das empresas, da poeira, do barulho... e aqui a gente vai viver novas vidas diferentes, as casinhas que não é tão grande, mas são bem-feitas de um projeto bom que foi feito aqui. Eu acho que vai ser um cantinho do céu e espero que seja (Dona Tida, 76 anos, moradora de Piquiá de Baixo).

Relatos como os de Dona Tida ilustram como a perspectiva do reassentamento vai além da simples mudança de localização; ela representa a oportunidade de viver em um lugar mais saudável e com mais dignidade. Para os moradores, Piquiá da Conquista não é apenas um novo endereço, mas uma chance de renovação e um refúgio das dificuldades vividas em Piquiá de Baixo.

A memória de Seu Edvar, um dos pioneiros da luta pela comunidade, permanece viva através de relatos como o de João Paulo Alves, que enfatiza a importância do legado de Seu Edvar.

E o nosso coletivo ele se reforça com esse nome, ele torna um vigor maior, é... reforçado com a luta de Seu Edvar, uma pessoa que fez parte de todo esse processo de luta, e apesar disso não vai conseguir ver a sua casinha, não vai conseguir ver o seu neto crescer, e... e tantas pessoas da comunidade que... que tinham essa relação direta com ele. Acho até uma coisa bonita, a carta que ele escreveu para um neto, uma carta linda que é muito mais que uma carta para um neto dele, acredito que é uma carta para todos nós, de Piquiá de Baixo, Piquiá de Cima, uma carta que reforça todas as nossas lutas. E principalmente para Piquiá, uma luta linda, e... a gente não pode, é uma coisa que ele diz, a gente não pode deixar que isso aconteça novamente (João Paulo Alves da Silva, 22 anos, ex-morador de Piquiá de Cima).

Embora ele não tenha conseguido ver a concretização do reassentamento, sua luta continua a inspirar os moradores,

especialmente aqueles que têm persistido na luta por melhores condições de vida. A sua memória é um símbolo da resistência de Piquiá de Baixo, e suas palavras e ações continuam a guiar a comunidade, reforçando a importância da luta por justiça social e direitos humanos.

Considerações Finais

Piquiá de Baixo é uma das muitas comunidades situadas ao longo do corredor Carajás, cuja dinâmica é profundamente impactada pela presença do capital na Amazônia Oriental. Essa região do bioma amazônico é marcada por intensos conflitos relacionados à terra, trabalho escravo e exploração desenfreada do meio ambiente, fenômenos que se refletem de maneira ainda mais evidente na cidade de Açailândia. A Amazônia Oriental enfrenta altos índices de desigualdade social, realidade evidenciada por dados do IBGE. A economia do estado do Maranhão, predominantemente agrícola, mantém uma população rural que é a maior do país. Condições como essas favorecem a intensificação de práticas como o trabalho escravo, que continua sendo uma triste realidade em larga escala no estado, colocando-o em uma posição de destaque nos casos de escravidão contemporânea (Silva; Nascimento, 2017, p. 122-123).

Neste cenário, o presente estudo concentrou-se na memória da comunidade de Piquiá de Baixo, explorando a história de seus moradores e as transformações em seus espaços de vida. Essas mudanças abrangem desde as áreas rurais, que evoluíram para vilas, bairros e até cidades, muitas das quais se tornaram comunidades urbanas/rurais híbridas. O estudo também abordou as transformações nas formas de organização social voltadas para a defesa do território. Piquiá de Baixo, localizada em Açailândia, traz consigo a história de uma comunidade de beira de estrada que se formou com a chegada de migrantes. Inicialmente, seus espaços de moradia foram valorizados, mas, com o tempo, passaram a ser

tratados como rejeitos sociais, ou seja, como grupos invisíveis aos olhos do Estado e negligenciados pelas empresas que exploram a região.

Dentro dessa realidade, é relevante a discussão proposta por Martins (2008, p. 50) sobre a diferença entre periferia e subúrbio. Martins aponta que há uma confusão entre esses dois conceitos. No subúrbio, os lotes eram grandes e as casas possuíam espaços amplos para quintais, remanescente do rural que permanecia no urbano, com fruteiras, hortas, galinheiros e jardins. O subúrbio, assim, é marcado pela resistência da memória rural. Já a periferia é fruto da especulação imobiliária, caracterizada por ruas e calçadas estreitas, falta de praças e terrenos diminutos, sendo um reflexo da urbanização patológica. Nesse contexto, o subúrbio, com seu modo de vida comunitário e acolhedor, foi gradualmente apagado. A pesquisa de campo revelou que, em Piquiá de Baixo, ainda existiam quintais onde eram cultivadas frutas e hortas, mas estes foram gradualmente engolidos pelas siderúrgicas que se instalaram na região.

A comunidade de Piquiá de Baixo, portanto, reflete características de ambas as categorias mencionadas. Inicialmente, a comunidade possuía traços de subúrbio, com grandes quintais, cultivo de frutas e hortas, e uso coletivo dos espaços naturais, como matas e rios. No entanto, com a instalação do complexo Estrada de Ferro Carajás-Companhia Vale do Rio Doce e das siderúrgicas, a comunidade transformou-se em um bairro com características periféricas, marcadas pela ocupação predatória do território, poluição ambiental e degradação do entorno.

Os projetos econômicos implementados na região, como ferrovias e siderúrgicas, impuseram desafios significativos às populações locais, forçando-as a uma luta constante pelos seus direitos. Essa luta, construída a partir das memórias individuais e coletivas dos moradores de Piquiá de Baixo, transcende os limites locais, sendo um exemplo da resistência de comunidades

marginalizadas. Um exemplo disso foi a participação de Flávia, uma liderança jovem da comunidade, no Sínodo da Amazônia em 2019, em Roma, evento promovido pela Igreja Católica para discutir a situação da Amazônia e a condição de sua população.

O ponto culminante dessa mobilização foi a conquista do reassentamento, que representa o esforço coletivo da comunidade ao longo de muitos anos. No entanto, embora o reassentamento de 312 famílias tenha sido um avanço importante, ele ainda não se concretizou totalmente até a finalização deste trabalho. A luta de Piquiá de Baixo não se limita ao deslocamento de suas famílias, mas continua a ser uma resistência permanente contra o sistema capitalista e a exclusão social. Desde a atuação de Seu Edvard, com o apoio dos padres combonianos, até as ações dos jovens como Flávia Nascimento e membros do JnT e do Coletivo VPS, a luta pela voz dos menos favorecidos segue viva e perpetuada por novas gerações.

Referências

CARVALHO, Leandro Vargas Barreiro de; ROCHA, Flávio; FINAMORE, Renan. **Vigilância popular ambiental e siderurgia**: as experiências de Piquiá de Baixo (MA) e Santa Cruz (RI), Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 3635 - 3645, 2021.

FIDH / JNT - **PIQUIÁ FOI À LUTA**: Um balanço do cumprimento das recomendações para abordar as violações aos direitos humanos relacionadas à indústria da mineração e da siderurgia em Açailândia. Nº 734p, Brasil, Maio de 2019.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo et al. **VIDA, TERRA E MINÉRIO**: as histórias de vida dos moradores de Piquiá de Baixo em Açailândia-MA em rede. *Revista Observatório. Tocantinópolis*, v. 6, n. 5, Agosto, 2020.

MARTINS, José de Souza. **A aparição do demônio na fábrica**: origens sociais do eu dividido no subúrbio operário. São Paulo: editora 34, 2008.

PEREIRA, Aline Araujo et al. O grito e a beleza em Piquiá, de cima a baixo. In: BRUSTOLIN, Cíndia (org.). **Liberdade caça jeito**: a história de todos na história de cada um. São Luís, EDUFMA, 2019, p. 47 - 88.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2. n. 1, 1989.

PESTANA, Thiago Vale. **Os impactos socioambientais decorrentes da atividade siderúrgica na comunidade Pequiá de Baixo em Açailândia/MA**. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES. Lajeado, p. 133, 2013.

SANTOS, Francisca Regilma de Santana. A Re - Existência da Comunidade Piquiá de Baixo: entre a vida e os grandes projetos. In: IX JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2019, SÃO LUÍS. **Anais IX Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP)** - 2019, 2019.

SILVA, Fabricia Carvalho da; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. O enfrentamento ao trabalho escravo na Amazônia maranhense: a atuação do CDVDH/CB no município de Açailândia-MA. In: PEREIRA, Airton dos Reis et al. (org.). **Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira**. Belém: Paka-Tatu, 2017, p. 119 - 141.

SOUSA, Francisco das Chagas; VAKOVSKI, Eduardo; SOARES, Fagno da Silva. Pequiá da Conquista: a vitória dos de baixo contra os gigantes de ferro. **Revista Observatório**, v. 3, n. 2, Palmas, abr./jun. 2017, p. 417-453.

UM OLHAR PARA O FUTURO: perspectivas decoloniais no contexto dos museus etnográficos contemporâneos¹

Yan Victor Silva Machado

Em um mundo em que diversos povos ainda sofrem, direta ou indiretamente, consequências do colonialismo em seus respectivos territórios, as teorias a respeito apenas se intensificam ao longo do tempo, principalmente a partir da segunda metade do século XX. A "colonialidade" surge então como termo que se refere às experiências plurais que sucedem o processo de emancipação das colônias na América Latina, Ásia, África e Oceania, abrangendo os processos históricos, sociais, culturais e econômicos decorrentes do período de opressão colonial, que se perpetuam estruturalmente até os dias atuais (Mignolo, 2019; Brito, 2021; Mignolo; Veiga, 2021).

¹ Este texto foi desenvolvido durante as atividades da 7ª edição do Programa Cidadão do Mundo do Governo do Estado do Maranhão, sob coordenação da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECTI), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

Considerando esse conceito, emergem iniciativas “decoloniais”, em contraponto à colonialidade, que, traçando caminhos de resistência e transformação, abalam as instituições enraizadas em uma perspectiva de modernidade eurocêntrica. Sendo um produto da colonização, os museus não estão isentos dessa discussão, tanto aqueles instituídos nos territórios anteriormente colonizados, quanto os localizados na Europa. Nos museus europeus, diversas coleções abarcam itens provenientes do violento período de colonização. Nas ex-colônias, muitos museus ainda possuem uma organização completamente orientada em torno de princípios oriundos de uma museologia eurocentrada que fomenta um discurso colonial. Portanto, tais instituições não apenas se voltam a um passado colonial, como também demarcam um presente em que a colonialidade persiste, através de narrativas por muito tempo propagadas nesse tipo de espaço (Brulon, 2020; Schorch, 2020; Maranda; 2021; Mignolo; Veiga, 2021).

“Qual o papel dos museus na manutenção ou superação da colonialidade?”, “Como descolonizar uma instituição que é produto do próprio colonialismo?”, “Que futuro terão os museus em uma perspectiva decolonial?”. Questões como essas podem facilmente surgir ao pensarmos no passado, presente e futuro dos museus. Nesse contexto, este texto tem como objetivo discutir a implementação de perspectivas decoloniais no âmbito dos museus europeus, especificamente dos museus etnográficos/etnológicos, considerando o escopo característico de suas coleções, relevante para as discussões da colonialidade. Tal discussão será desenvolvida a partir da análise do caso do Musée d'ethnographie de Genève (MEG), fundamentada teoricamente em uma perspectiva decolonial.

Este trabalho foi desenvolvido em três partes. Primeiramente, realizou-se uma visita às instalações do Musée d'ethnographie de Genève (MEG), no dia 06 de janeiro de 2024, visando reconhecimento da organização das exposições e da execução das políticas do museu na prática. A partir disso, foram esboçados

possíveis problemas de pesquisa para o desenvolvimento do trabalho. Posteriormente, foi executada pesquisa bibliográfica qualitativa e exploratória para fundamentação teórica, abrangendo a análise de publicações reunidas através de buscas na plataforma Scholar Google, entre os meses de março e maio de 2024. Como terceira etapa, as informações coletadas durante a visita ao MEG foram examinadas junto a documentos disponíveis publicamente no site da instituição (sendo eles "Strategic Plan 2020-2024" e "Collection Management Policy") sob a lente da fundamentação teórica apresentada.

Os museus e o colonialismo

O museu moderno é produto direto das estruturas de dominação e exploração desenvolvidas no período colonial. Para além da premissa declarada de "preservação" de patrimônio e cultura, essas instituições foram fomentadas pelo discurso colonialista e o retroalimentaram. É possível pensar a instrumentalização dos museus na veiculação do poder colonial a partir de vários aspectos. Em primeiro lugar, destacamos como a Antropologia e outras disciplinas, direta ou indiretamente, serviram aos interesses coloniais dentro e fora dos museus:

[...] era natural que a anexação do Terceiro Mundo - sua integração no sistema capitalista mundial através do comércio e colonização - também constituísse uma janela "científica", que a drenagem das riquezas materiais andasse de mãos dadas com a exploração intelectual e científica, a extorsão de segredos e outras informações úteis, assim como era natural, num nível diferente, que andassem de mãos dadas com a extorsão de obras de arte destinadas a

preencher os museus das metrópoles (Hountondji, 1992 [1983], p. 242 *apud* Mignolo; Veiga, 2021²).

Nesse contexto, Abreu (2005) destaca a emergência de um novo “colecionamento”, que se estabeleceu a partir da objetificação de culturas não europeias. As coleções promovidas no âmbito dos museus então expropriam o contexto original dos objetos ali expostos, além de imbuí-los de um novo sentido dentro da narrativa colonial, em um processo que a autora denomina como “antropofagia dos sentidos”. Ao mesmo tempo em que os representantes da “ciência” moderna ditavam as suas “regras” a partir de uma perspectiva eurocêntrica, também promoveram a hierarquização de saberes na premissa de promover um conhecimento universal e neutro:

[...] o conhecedor está sempre implicado, geopolítica e corpo-politicamente, no que é conhecido, embora a epistemologia moderna (por exemplo, a húbris do ponto zero) tenha conseguido ocultar ambos e criar a figura do observador separado, um buscador neutro da verdade e objetividade que, ao mesmo tempo, controla as regras disciplinares e se coloca em uma posição privilegiada para avaliar e ditar (Mignolo; Veiga, 2021, p. 28-29).

Após o fim do período colonial, os museus persistem até a atualidade, assim como persiste a ilusão da neutralidade científica. A existência dessas instituições é atravessada por discursos e

² Tradução do autor.

interesses, que impactam em cada um dos processos envolvidos no seu funcionamento, principalmente na disposição de suas coleções, que “ressemantizam o objeto profundamente, depositando crostas de significados que se cristalizam em estratos privilegiados, em detrimento dos demais” (Meneses, 1998, p. 13).

A partir do exposto, é possível pensar no museu enquanto um local de desafios – tendo em vista as suas raízes no colonialismo – e possibilidades, considerando a potencialidade da instituição na difusão de saberes, que pode prover espaços de visibilização de comunidades e movimentos sociais. Visando superar os desafios da herança colonial e alcançar as possibilidades de contribuição para a transformação social, busca-se então de(s)colonizar os museus.

Museus etnográficos em perspectiva decolonial

De modificações nas políticas e organização institucionais até reestruturações em larga escala envolvendo processos como a indigenização, muitas são as iniciativas na museologia contemporânea associadas a uma premissa de descolonização do pensamento museológico. Entretanto, dada a complexidade da questão decolonial, a efetividade real das transformações observadas em diversos museus ao redor do mundo é passível de discussão. Portanto, é cabível a análise de determinados tipos de ações e posturas nesse contexto, conforme exposto a seguir.

Um tópico bastante discutido nos últimos anos diz respeito à repatriação e restituição de bens culturais. Adotamos a perspectiva de Costa (2018) acerca da utilização dos termos, considerando a repatriação enquanto devolução de algo ao seu local/país de origem – compreendendo a dinâmica entre diferentes territórios – e a restituição enquanto retorno de “algo perdido” promovido dentro de um mesmo território, geralmente como medida de compensação. Ambas requerem processos de negociação envolvendo as partes envolvidas, que podem se estender por longos períodos de tempo.

No caso dos museus etnográficos, a discussão é ainda mais complexa, considerando as características próprias de suas coleções:

Os artefactos antropológicos têm um significado que ultrapassa os valores estéticos e patrimoniais, nomeadamente, um sentido religioso ou mágico que se mantém ativo nas comunidades de origem. Esta situação é particularmente sensível no que se refere aos objetos sagrados e aos remanescentes humanos (Roque, 2020, p. 62).

Roque (2020) ainda aponta que, frente às reivindicações de nações e comunidades, muitos museus europeus se valem de argumentos baseados em uma ideia previamente discutida de neutralidade no âmbito do museu, assim como de suposta priorização dos interesses coletivos da “humanidade” através da conservação e/ou restauração dos objetos, o que perpetua um discurso velado primordialmente colonial e eurocêntrico. Nesse sentido, o autor menciona que a descolonização dos museus se concretiza na transformação das exposições a partir de uma noção de “curadoria compartilhada”, que prioriza as narrativas das comunidades no tratamento do patrimônio que lhes diz respeito. Tal perspectiva se alinha com o conceito proposto por Brulon (2020):

[...] a descolonização do pensamento museológico significa a revisão das gramáticas museais, propiciando que patrimônios e museus possam ser disputados por um maior número de atores, materializando os sujeitos subalternizados no bojo de um fluxo cultural intenso que leve

à composição de novos regimes de valor, a partir da denúncia dos regimes de colonialidade imperantes (Brulon, 2020, p. 5).

Destaca-se que a ideia de incorporar atores sociais no contexto do museu em si mesma pode acabar sendo subvertida no jogo de disputas presente nesses espaços, como alerta Cocotle (2019):

O indígena, a mulher, o afrodescendente e o chicano “ganharam voz” pelo outro e raras vezes por si mesmos; foram transformados em tema ou, no pior dos casos, objeto e fetiche museológico. Várias das políticas de inclusão deram lugar a uma extrema “racialização” ou “folclorização” das comunidades, negando as diferenças, lutas de poder e processos de negociação e conflito nelas existentes. A pretensa ruptura de clichês trouxe, por sua vez, a rápida criação de novos rótulos, ou a simplificação e apropriação acrítica das manifestações culturais (Cocotle, 2019, p. 6).

Portanto, a “inclusão” nos museus precisa ser acompanhada de criticidade e condições que proporcionem uma desconstrução de paradigmas vigentes, seguida de uma reestruturação em torno de discursos e narrativas alternativos. Nesse cenário Porto (2016), em seu trabalho “PARA UMA MUSEOLOGIA DO SUL GLOBAL: MULTIVERSIDADE, DESCOLONIZAÇÃO E INDIGENIZAÇÃO DOS MUSEUS”, apresenta reflexões desenvolvidas a partir de sua atuação junto ao Museum of Anthropology (MOA), localizado em território do grupo indígena Musqueam, em Vancouver. Segundo Porto, a instituição foi renovada levando em consideração a cultura

Musqueam, a partir da ideia de multiversidade, proporcionando um descentramento do museu, sendo adotada uma política de catálogo aberto. Além disso, o autor enfatiza a importância de uma transição, nas exposições museais, de uma postura de *mostra e conta* para uma postura *mostra e questiona*, levando em consideração a possibilidade de desenvolvimento, para além da descolonização, de um processo de indigenização:

A distinção entre descolonizar e indigenizar comporta uma mudança de centralidade, na qual o processo colonial – na sua forma efetiva ou enquanto lastro histórico institucionalmente manifesto – é deixado de lado e tornado passado em favor de práticas dirigidas a procurar respostas para questões comuns, articulando modalidades etnográficas das ausências em etnografias das emergências. Esse gesto mobiliza o que resta do museu no decurso da crítica descolonial em prol de projetos que são pensados não em função da instituição mas sob promoção das pessoas cujas vidas e cujas lutas podem se beneficiar do trabalho do museu que deixa, neste processo, de ser mais uma instituição colonial para exercício alcatifado do poder dominante para se assumir como instituto de criação do reconhecimento das alternativas existentes ao capitalismo, ao colonialismo e ao patriarcado. Este exercício pode partir de trabalho museológico

canônico, como aquele que identificamos com projetos centrados em coleções, mas comporta várias nuances que favorecem a transição de uma metodologia expositiva onde os objetos são usados como materializações de uma afirmativa para ser deliberadamente instalados como objetos-questões. Ou seja, transitar de um mostra e conta para um mostra e questiona. Em síntese, este movimento articula-se em três pólos: ele parte de uma noção de multiversidade cultural, implica assumir uma política de catálogo aberto e move-se na direção de instituir o museu como um nó relacional. (Porto, 2016, p. 69).

A partir do exposto, é possível compreender o caráter dinâmico das discussões que almejam uma possível descolonização dos museus, que podem se pautar em epistemologias e objetivos distintos. Em todo caso, a execução de ações decoloniais em museologia depende da análise das particularidades de cada instituição. Levando isso em consideração, examina-se a seguir o caso do Musée d'ethnographie de Genève (MEG), na Suíça.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da visita às instalações do Musée d'ethnographie de Genève (MEG), foi possível observar em primeira mão sua exposição permanente "Les archives de la diversité humaine", dividida em sete seções. Inicialmente, teve-se acesso à seção denominada "Histoire des collections" que apresenta a história e proveniência das coleções do museu. Nas paredes da sala, estavam dispostos painéis contendo informações acerca da história dos museus e de sua relação

intrínseca com o colonialismo, apresentando tópicos como a hierarquização da humanidade no contexto colonial (Figura 1).

Figura 1 - Painel que integra a seção “Histoire des collections” do



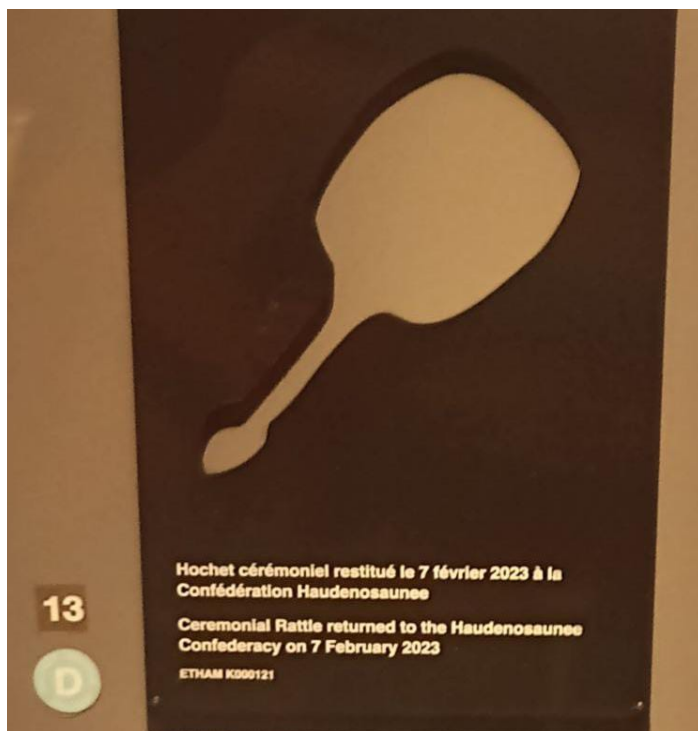
MEG.

Fonte: Acervo do autor.

Além disso, também havia informações a respeito do funcionamento de um museu etnográfico e da política de “diálogo” envolvendo a exposição de itens “sensíveis” no museu, assim como a possibilidade de restituição/repatriação desses objetos. Seguindo o itinerário de visita proposto pelo museu, o restante da exposição permanente foi explorado por completo, sendo reservada uma seção para cada continente, além de uma área com foco em etnomusicologia. É pertinente destacar a identificação adequada das

peças que estavam em processo de negociação (diálogo), assim como a indicação de peças já removidas e restituídas/repatriadas (Figura 2).

Figura 2 - Indicação de objeto restituído.



Fonte: Acervo do autor.

A estrutura observada na exposição permanente demonstra empenho em atender as expectativas apresentadas no plano estratégico do museu para o período 2020-2024. O documento possui tópicos para tratar temáticas relacionadas à decolonialidade, assumindo posicionamentos claros a respeito e estabelecendo princípios teóricos, metas e objetivos que orientem ações a serem

desenvolvidas pela instituição, além de protocolos para avaliação do sucesso. Um dos objetivos enumerados abrange, por exemplo, o envolvimento de representantes de populações anteriormente colonizadas e/ou de “culturas não-dominantes” na criação de pelo menos 50% do conteúdo produzido pelo MEG. Ademais, o documento também estabelece enquanto missão: “to question accepted ideas, cultural practices and representations in the aim of facilitating decolonization and looking towards the future” (MEG, 2019, p. 11). Quanto à descolonização, algumas conceituações são apresentadas ao longo do documento, mas ressalta-se, em vários momentos, a importância da cooperação da instituição com seu público e comunidades interessadas: “Decolonization is a process whose definition is created through the development of relations between the Museum and its representatives on the one hand and the different local and translocal cultural communities on the other” (p. 34)

Já o documento que reúne as políticas de gestão das coleções do museu foi elaborado em 2022, levando em conta o conteúdo do plano estratégico. Tendo em vista o objetivo deste trabalho, destacamos, dentre as políticas mencionadas, os seguintes aspectos: quanto à política de aquisição, além da adequação à padrões éticos internacionais, são previstas iniciativas estratégicas da instituição, como a identificação de objetos “sensíveis” a partir de categorias distintas (remanescentes humanos, objetos arqueológicos e objetos rituais/sagrados); quanto à política de retorno e restituição de propriedade cultural, salientou-se a consideração da existência ou não da característica de inalienabilidade do objeto para seus proprietários na época em que foi “coletado”; e quanto às diretrizes a respeito da propriedade cultural e intelectual indígena, são expostos princípios que orientam a aquisição, arquivo, exposição e manutenção desse tipo de propriedade, considerando etapas de consulta prévia à

comunidades e representantes interessados, incluindo em caso de falecimento de autores/proprietários originais.

Os aspectos mencionados acerca da visita ao MEG e dos documentos examinados de modo algum abarcam a totalidade do perfil da instituição no que diz respeito a um “processo de descolonização”. Entretanto, no contexto deste trabalho, o conteúdo analisado basta para levantar algumas discussões.

Primeiramente, é importante ressaltar que autocrítica e consciência da herança colonial, apesar de sua grande valia, não bastam para sustentar uma perspectiva de descolonização, que depende de ações que reflitam de forma concreta na realidade contemporânea. O MEG demonstra ser conduzido com conhecimento a respeito das discussões decoloniais e, para além disso, consciência da complexidade intrínseca ao processo, que envolve uma infinidade de atores sociais para além do espaço do museu, o que poderia se enquadrar como uma atitude em direção ao “descentramento” apresentado por Porto (2016). Portanto, o posicionamento da instituição enquanto *facilitadora* da descolonização, ao mesmo tempo em que fornece respostas às demandas do presente e, principalmente, do futuro, também deve reconhecer a amplitude do cenário do qual o museu faz parte, a fim de desenvolver políticas efetivas rumo à descolonização.

Além disso, é válido destacar que o trabalho do MEG sobre a pauta da descolonização é somado à clareza na sua autopercepção, no que diz respeito à localização do museu na Suíça (país que não teve colônias) e ao caráter etnográfico/etnológico associado a constituição da instituição. Nesse sentido, tanto no plano estratégico vigente do museu quanto em seu website, é mencionada a mudança de nome enquanto um recurso dos “museus de etnografia” para se distanciar da origem colonial da disciplina. Quanto a isso, apontamos que é um processo a ser conduzido de forma minuciosa, garantindo que as instituições em questão implantem transformações reais em sua organização, não apenas a propagação

de discursos vazios para proteção de imagem. No caso do MEG, o processo de mudança de nome tem sido discutido no cenário recente (com participação do público a partir de 2021), com devidas considerações à necessidade de implementação de iniciativas concretas, conforme observado nos documentos analisados.

Consideramos então ser perceptível que, mesmo inspirados por exemplos da comunidade internacional, os representantes do MEG demonstram determinação em trilhar um caminho próprio rumo a um futuro decolonial, levando em conta as particularidades da instituição e dos atores sociais envolvidos nesse contexto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, concluímos que a descolonização dos museus está longe de se tratar de um processo unívoco, sendo possível compreendê-la muito mais como um “horizonte” a ser explorado do que como uma linha de chegada perfeitamente demarcada. Nesse sentido, é cabível retomar o pensamento de Cocotle (2019): “Talvez o museu não consiga se descolonizar, mas pelo menos poderia encontrar um caminho para outra ética institucional e de trabalho” (p. 10).

A ideia da descolonização “completa” nos parece delegada então a um futuro ainda não palpável, mas é o seu vislumbre que possibilita as mudanças observadas na concretude do presente. Ou seja, apoiados no ideal mas sem perder de vista o real, os museus parecem conseguir traçar novos caminhos, materializados a partir das particularidades de cada instituição.

REFERÊNCIAS

BRITO, A. G. Reflexões sobre a decolonialidade em uma perspectiva histórica. *Intellèctus*, v. 20, n. 1, 15 jul. 2021.

BRULON, B. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 28, n. e1, 17 jan. 2020.

COCOTLE, B. C. Nós prometemos descolonizar o museu: uma revisão crítica da política museal contemporânea. In: MASP e AFTER All (org.). **Arte e Descolonização**. 2019, São Paulo: MASP. Disponível em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-X87a1s0ahKuQghS3VJ4D.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2024.

COSTA, K. L. Pensar o patrimônio cultural por meio da repatriação e restituição de bens culturais / Thinking about cultural heritage through the repatriation and restitution of cultural objects. **Patrimônio e Memória**, v. 14, n. 2, p. 256–271, 12 dez. 2018.

MARANDA, L. Decolonization within the Museum. **ICOFOM Study Series**, v. 49, n. 2, p. 180–195, 31 dez. 2021.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade está longe de ter sido superada, logo, a decolonialidade deve prosseguir. In: MASP e AFTER All (org.). **Arte e Descolonização**. 2019, São Paulo: MASP. Disponível em: <https://assets.masp.org.br/uploads/temp/temp-YC7DF1wWu9O9TNKezCD2.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2024.

MIGNOLO, W. D.; VEIGA, I. B. Desobediência Epistêmica, Pensamento Independente e Liberdade Decolonial. **Revista X**, v. 16, n. 1, p. 24, 19 fev. 2021.

MUSÉE D'ETHNOGRAPHIE DE GENÈVE (MEG). **Collection management policy**. Genebra, 2022. Disponível em: <https://www.meg.ch/en/media/2441/download?attachment>. Acesso em: 04 de maio de 2024.

MUSÉE D'ETHNOGRAPHIE DE GENÈVE (MEG). **Strategic Plan 2020-2024**. Genebra, 2019. Disponível em: http://www.ville-ge.ch/meg/pdf/MEG_PS_2020_2024_en.pdf. Acesso em: 04 de maio de 2024.

PORTO, N. Para Uma Museologia do Sul Global: multiversidade, descolonização e indigenização dos museus. **Revista Mundaú**, n. 1, p. 59–72, 27 dez. 2016.

ROQUE, M. I. Descolonizar o museu: exposição e mediação dos espólios africanos em museus europeus. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 7, n. 2, p. 53–71, 29 dez. 2020.

SCHORCH, P. Sensitive Heritage: Ethnographic Museums, Provenance Research, and the Potentialities of Restitutions. **Museum and Society**, v. 18, n. 1, p. 1–5, 23 mar. 2020.

A CIDADE COMO INSTÂNCIA FUNDAMENTAL DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira
Keila Queiroz e Silva

Segundo Oliveira et al (2019), a preservação do patrimônio arquitetônico necessita de variados meios para despertar o olhar do cidadão às heranças deixadas a céu aberto por seus antepassados e para que estas sejam valorizadas e perpetuadas. Ao definir cultura como um fenômeno social produzido pelo homem, pode-se estreitamente considerar a arquitetura como uma produção social e, por consequência, cultural. O patrimônio arquitetônico se dá na coletividade e entende-se como respostas a movimentos que ocorrem em determinados momentos históricos ligando-se diretamente à memória e à construção da identidade e pertencimento de uma sociedade.

Deste modo, partindo do fato de que percebemos o mundo ainda muito antes de ler a palavra, a principal questão a exercitar é a prática de fazer a leitura do mundo, fundamental para que todos nós, que vivemos em sociedade, possamos exercitar nossa cidadania. Os autores observam que ler o 'mundo da vida', ler o espaço é compreender que as paisagens visíveis são resultado da vida em sociedade, dos homens na busca da sua sobrevivência e da satisfação das suas necessidades.

Os mesmos argumentam que, a passagem do tempo modifica o espaço à medida que as práticas sociais do consumo e da apropriação do território alteram as formas do urbano e a função e uso do mesmo espaço, descaracterizando o passado da cidade. Nessa perspectiva, os autores salientam que todo traço do passado possui em si uma sucessão de temporalidades objetivas acumuladas, ou seja, as marcas da passagem dos anos e do uso e consumo pelos atores sociais que percorreram este espaço (OLIVEIRA et al, 2019, p. 578).

Conforme os autores, a importância da preservação das materialidades (bens tangíveis e intangíveis) surge em meados do século XVIII em países europeus, visando criar uma identidade nacional específica a cada país. No Brasil, no entanto, esta preocupação aparece apenas no século XX, quando algumas cidades iniciaram um processo de modernização, principalmente no sudeste brasileiro, dando origem a uma crise de identidade nacional. A história, a memória, a identidade e o pertencimento podem ser entendidos por meio da arquitetura, possibilitando um conhecimento crítico e uma apropriação consciente dos bens patrimoniais por parte dos sujeitos. Grande parte da memória urbana da cidade pode ser visualizada na arquitetura, transmitindo às novas gerações os episódios históricos que neles tiveram lugar.

Oliveira et al (2019), argumentaram que habitar uma cidade, viver em espaço urbano é, forçosamente, dotá-lo de condições para o exercício da vida para além do tempo do agora, do cotidiano da

existência, do presente da cidade. É um elemento no espaço onde se reabilita o passado da urbe, material e imaterial, para que nela os sujeitos se reconheçam e identifiquem, ancorando suas referências de memória e história. Os autores ainda advertem que o presente das cidades, é também aquele tempo onde se gesta o futuro, se articulam planos e projetos de renovação do espaço, em antecipação por vezes utópica, de um outro tempo ainda a realizar-se. Enfim, onde uma cidade interpreta/inventa seu passado e cria o seu futuro para explicar seu presente.

A preservação do patrimônio, por isso, não deve estar alinhada à ideia de congelamento, mas na necessidade de (re) apropriação dos espaços, bem como na criação de novos, levando em consideração seus usos, olhares e fazeres sociais. Oliveira et al (2019), observam que, apesar da necessidade de novos olhares e possibilidades para estes espaços ou edificações, o processo não é tarefa fácil, visto que se trabalha com espaços de expressão identitária, juntamente com as contradições e conflitos decorrentes de cada época.

Os autores observam que habitar uma cidade, viver em espaço urbano é, forçosamente, dotá-lo de condições para o exercício da vida para além do tempo do agora, do cotidiano da existência, do presente da cidade. É um elemento no espaço onde se reabilita o passado da urbe, material e imaterial, para que nela os sujeitos se reconheçam e identifiquem, ancorando suas referências de memória e história. Eles ainda advertem que o presente das cidades é também aquele tempo onde se gesta o futuro, se articulam planos e projetos de renovação do espaço, em antecipação por vezes utópica, de um outro tempo ainda a realizar-se. Enfim, onde uma cidade interpreta/inventa seu passado e cria o seu futuro para explicar seu presente.

A preservação do patrimônio, por isso, não deve estar alinhada à ideia de congelamento, mas na necessidade de (re) apropriação dos espaços, bem como na criação de novos, levando

em consideração seus usos, olhares e fazeres sociais. As expressões culturais de uma cidade são fruto de todos os saberes e de todas as memórias das experiências humanas. Nessa perspectiva, a arquitetura contempla e caracteriza-se por uma pluralidade de valores (econômicos, sociais, técnicos, funcionais, artísticos, espaciais e decorativos). Do mesmo modo que se produz as cidades, também os sujeitos se produzem coletivamente, posto que a figura da cidade que se quer está vinculada aos projetos sobre as possibilidades humanas, sobre quem queremos vir a ser ou, talvez, de modo mais pertinente, em quem não queremos nos transformar.

A presença da materialidade no espaço reforça um sentimento de segurança, estabilidade, identidade e pertencimento imprescindível à memória coletiva dos grupos sociais. Logo, sua preservação torna-se fundante, haja vista, que o patrimônio arquitetônico são bens materiais presentes no ambiente construído, que contam a história de um povo e sua relação com o meio - legado herdado do passado e transmitido às novas gerações. Dessa forma, possuem a capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas a ele, e por isso deveria ser alvo de estratégias visando à sua promoção e preservação. A preocupação em protegê-lo possibilitou a criação de várias normativas, comissões e conferências para o estabelecimento de critérios para sua proteção e conservação (OLIVEIRA et al, 2019, p. 579-581).

Para Jarek (2007), ao partimos da premissa de que a educação deve atuar na perspectiva da construção do conhecimento refletindo sobre a realidade vivida do aluno, respeitando sua história de vida e contribuindo para que ele entenda o seu papel de cidadão, convidamos o leitor a repensar a prática do ensino de História. Em sua trajetória enquanto disciplina escolar, a História passou por diversas tendências e concepções, principalmente após a década de 1980, que foi caracterizada por crescentes tentativas de aproximar o seu ensino do cotidiano, da vida privada, dos acontecimentos

comuns e das mentalidades, tendo por base a corrente da Nova História Cultural.

Nesta corrente se evidencia a importância de valorizar ações e relações humanas permitindo que a cultura – enquanto modo de vida de um povo – torne-se objeto de estudo da história. E, apesar do surgimento de autores que abraçaram tal concepção na produção de livros didáticos, o ensino de História em sala de aula ainda permanece carregado por uma História Tradicional, advinda da corrente filosófica positivista e da Escola Metódica Alemã que, ao evidenciar os grandes acontecimentos políticos e econômicos e os chamados “grandes heróis”, continua provocando desinteresse por parte dos alunos. Nesse tipo de ensino são, geralmente, apresentados uma série de fatos históricos para serem memorizados pelos alunos sem que saibam seu sentido e sem relação com a história vivida por eles.

Esta forma de ensino, centrada na memorização mecânica de grandes episódios da vida nacional e da história europeia, pouco contribui para a formação de um senso crítico por parte do aluno, uma vez que ele não se reconhece como agente histórico; a história retratada nos livros permanece feita por uma elite dominante das quais ele não faz parte e, portanto, não lhe diz respeito. Essa conjuntura, aliada ao contexto das mudanças globais, massifica e alija o jovem de sua cultura e de suas raízes: somos marcados por um mundo em constante transformação e essa realidade faz com que as pessoas percam seus referenciais históricos e o sentimento de pertença e identidade local, regional e nacional.

A investigação de diferentes espaços de uma cidade, com suas particularidades e contradições e, principalmente, com pessoas concretas vivendo nela, poderá contribuir para a construção e solidificação da consciência histórica, na medida em que passamos a conhecer a forma como os diferentes grupos viveram e se organizaram no espaço. Essa reconstrução histórica permite aflorar o sentimento de pertença e de cidadania, na medida em que os

alunos poderão refletir, selecionar, escolher marcas significativas, enfim, identificar bens culturais que se quer coletivamente preservar, apropriar e usufruir.

Dessa forma, ao possibilitar ao aluno reconhecer-se como parte de uma memória comum, criadora de identidade, estará se concedendo uma melhor compreensão do espaço de que é herdeiro, possibilitando-o desempenhar um papel ativo na sociedade, pois não é possível integrar-se plenamente na cultura de uma cidade se não nos apropriamos da herança histórica que estrutura essa mesma cidade (JAREK, 2007, p. 180-183).

A cidade é o espaço onde se registra uma ampla troca de interesses, conhecimentos e práticas socioculturais. Ela é um produto histórico definido pelas atitudes e formas de vida próprias de uma localidade oriunda da distribuição peculiar de indivíduos em um espaço definido. De acordo com Schiavon e Torres (2015), ao se fazer uma leitura geográfica sobre a cidade, deve-se ter a “ideia de cidade como construção humana, produto histórico-social” e não apenas construções e delimitações do espaço urbano, tendo em vista que pensar o urbano implica numa abrangência de todas as dimensões da reprodução da vida “enquanto articulação indissociável dos planos local/mundial”, por outro lado, pensar a cidade significa refletir sobre “o plano do lugar revelado o vivido e a vida cotidiana através dos espaços-tempo da realização da vida” (SCHIAVON; TORRES, 2015, p. 523).

Assim sendo, percebe-se a relevância da cidade na construção histórica, uma vez que sua organização espacial e temporal reflete as práticas cotidianas de seus cidadãos. Conforme Schiavon e Torres (2015), pensar o urbano por meio de sua dimensão cultural amplia a compreensão da sociedade em todos os seus aspectos e suas especialidades e temporalidades se tornam inteligíveis; enfim, olhar a cidade a partir das suas estruturas materiais e imateriais, significa estudar o patrimônio cultural e sua relação com a história local, regional e geral.

Dessa maneira, a cidade pode ser apropriada, no sentido de apropriar-se do que antes se achava não ser direito, para o ensino de História; pois, por si mesma, ela já possui uma “escrita” histórica impressa em suas estruturas materiais e imateriais que precisa ser “lida” e “questionada” a partir da significação/interpretação do olhar. Para tanto, existe a necessidade de uma (re) educação do olhar, algo que a princípio pode parecer simples mas, na verdade, enfrenta a complexidade de fugir da cegueira, romper com o ver sem enxergar e dar voz aos chamados lugares invisíveis da cidade. Sobre este ponto, Schiavon e Torres (2015), apontam que a cidade é usada, mas escapa à contemplação, fato que define justamente o desafio para quem quer ler a cidade, ou seja, aprender a olhar, realmente, a cidade; fazer perguntas, trilhar caminhos quase desconhecidos, aventurar-se por trajetórias nunca antes tentadas e ensaiar leituras de sua escrita (SCHIAVON; TORRES, 2015, p. 523).

Sendo assim, conforme Souza e Diniz (2022), os processos educativos podem ser vistos como mediadores da relação com o mundo que nos cerca, isso porque a educação é capaz – caso seja seu objetivo – de articular cenários escolares e não escolares. Entendem também que é papel da educação promover e viabilizar a cidadania e, para tanto, é necessário que os processos educativos ocorram de forma integrada à vida cotidiana.

Parece evidente que a educação é capaz de mediar nossa relação com a cidade e o patrimônio cultural que a ela pertence. Quando os autores dizem que a educação pode mediar a relação do sujeito com o espaço ao seu redor, argumentam que ela pode funcionar como lentes de óculos que nos permitem enxergar aquilo que nos cerca, de ler a cidade e seu cotidiano. É importante ter sempre em mente que a educação não é um campo neutro, mas atravessado pelas crenças, dogmas, leis e políticas vigentes; essa observação vale também para a noção de mediação (e também de patrimônio).

Quando o sujeito está na posição de mediador, não é possível que ele abandone sua bagagem cultural para mediar uma ação. Da mesma forma, os demais sujeitos envolvidos no processo possuem também suas próprias bagagens culturais, ou seja, todos os envolvidos no processo são agentes. Quando se trata do patrimônio cultural, cada um possui suas próprias referências culturais – pessoais ou coletivas. Esse entendimento é fundamental para práticas de educação patrimonial que se estabelecem por meio de trocas, e não de imposições.

Souza e Diniz (2022), dizem que a mediação é um espaço (também) de enfrentamento das concepções de arte, cultura e educação. Sendo essas noções os pilares das instituições, é através delas que as instituições são criadas e mantidas. Os autores alertam para a necessidade de que haja uma reflexão sobre essas concepções, pois, quando o/a mediador/a simplesmente reproduz o discurso institucional, ele/a está correndo grande risco de anular qualquer intenção educacional de transformação social contida na mediação da ação em questão.

Podemos compreender a mediação, em especial aquela que se volta à arte/ cultura/educação, como uma possibilidade de reconhecimento dos sujeitos como os agentes que são, pois, a mediação, como troca, permite aos envolvidos que expressem seus sonhos, vontades, desejos, satisfações e frustrações relacionados à sua realidade. Aqui, percebe-se a mediação como potência para uma educação patrimonial que seja crítica, pois, ao possibilitar que o sujeito se expresse, permite também que ele reflita sobre sua existência não só como ser humano, mas como sujeito que constitui (e é constituído por) o espaço que o rodeia (SOUZA; DINIZ, 2022, p. 11-12).

Para os autores, a cidade é o espaço do coletivo; é onde a vida se ordena em seu sentido gregário; onde é possível enxergar o outro, com suas nuances e diferenças. É no espaço público que nos compreendemos e nos deparamos com a alteridade e com a

necessidade de convivência. É nele e na vida cotidiana que temos a dimensão real da presença do outro e das diferenças. É isto o que o espaço público pode nos proporcionar: uma educação para a vida no coletivo. Contudo, a cidade também se configura como o lugar da desigualdade, onde hierarquias são impostas e o acesso aos serviços, equipamentos e até mesmo a lugares, por vezes, fica restrito a uma parcela da população (SOUZA; DINIZ, 2022, p. 13).

Nesta perspectiva, como sugeriu Jarek (2007), nos estudos técnicos e oficiais normalmente a cidade se apresenta como única. Na realidade, entretanto, ela é múltipla: suporte de memórias diversas, em que esquecimentos e lacunas são redes simbólicas diferenciadas. Dessa forma, o espaço enquanto ruas, praças, bairros, rios e lagos estão plenos de lembranças, experiências e memórias. A cidade se revela em suas esquinas, ruas, em aglomerados ou vazios urbanos, nas pessoas, nas festas ou manifestações religiosas, nos bairros e comunidades, expondo sutilmente sua história.

A paisagem urbana vai se revelando como um documento a ser lido, decifrado pelo historiador, que se depara com uma multiplicidade de histórias. Podemos ir mais além: a cidade ou o campo, representada pelas manifestações do patrimônio cultural, pode ser um documento vivo explorado pelo professor e contribuir para a construção de uma nova cidadania e de uma identidade cultural plural. Ou seja, a partir da experiência e do contato direto com a história e as manifestações de cultura percebidas em seu espaço, com todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, pode-se levar crianças e jovens a um processo ativo de construção de conhecimento, apropriação e valorização da sua herança cultural, capacitando-as para a reflexão e à seleção dos bens que realmente as identificam e, conseqüentemente, preparando-as para um melhor usufruto desses bens (JAREK, 2007, p. 185).

Por isso, a autora argumentou, que a escolha do tema a ser estudado certamente deve se relacionar à realidade concreta do lugar onde o aluno vive, dentro de um recorte temporal e geográfico

específico. Utilizando-se da Educação Patrimonial como uma metodologia, pode-se aplicá-la a qualquer evidência material ou imaterial de cultura, seja ele um objeto, um monumento, um centro urbano ou uma comunidade rural, os processos de trabalho ou qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente. O trabalho com a Educação Patrimonial tem como um de seus principais objetivos proporcionar ao aluno uma experiência concreta em relação ao passado, tornando-o mais autônomo para suas próprias interpretações, pois, o objeto, enquanto documento histórico, não fala por si mesmo; isto dependerá de nossa capacidade de formular perguntas e de explorá-lo corretamente.

A utilização do patrimônio cultural na aprendizagem de História ganhou relevância principalmente a partir das últimas décadas do século passado, transformando-se em um campo de estudo bastante amplo e significativo para os historiadores. A Educação Patrimonial torna-se, assim, um processo constante de ensino-aprendizagem que tem por objetivo central e foco de ações o patrimônio. Por meio de ações voltadas à reflexão, apropriação e preservação do patrimônio podemos despertar nas crianças, nos jovens e nos adultos uma maior sensibilidade e consciência na construção de sua identidade e cidadania.

Muitos historiadores e profissionais que lidam com a dimensão da memória vêm propondo a elaboração de programas de educação patrimonial. Segundo Jarek (2007), a Educação Patrimonial reforça a autoestima dos indivíduos e das comunidades e a valorização da cultura brasileira em sua rica diversidade. Nesse sentido, a educação patrimonial compreende desde a inclusão nos currículos escolares de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a preservação desse patrimônio, até a realização de cursos, palestras para educadores e comunidade em geral a fim de despertar o senso de preservação da

memória histórica e o reconhecimento e a valorização da cultura local.

Para a autora, é evidente que ao utilizar-se da cidade como um documento vivo, com suas múltiplas memórias e contradições, faz-se necessário fazê-lo dentro de uma perspectiva de Educação Patrimonial transformadora, que gere questionamentos, aponte os conflitos existentes e permita a reflexão sobre o controle da memória e os processos de ocultamento e de visibilidade existentes no patrimônio. Através dessas marcas, das rugosidades presentes na cultura material e imaterial percebidas na cidade, é possível obter conhecimentos de uma determinada época, das condições socioeconômicas de um determinado bem, das relações de poder que se manifestam por meio de sua materialidade, durabilidade, ou representatividade e, sobretudo, analisar o caráter seletivo da memória (JAREK, 2007, p. 186-187).

Portanto, a preservação do patrimônio cultural hoje é vista como uma questão de cidadania, por ser direito de todos e por reforçar a identidade cultural num momento em que, paulatinamente, estes elementos estão sendo esquecidos por conta dos avanços tecnológicos e das mudanças na organização sociocultural advindas tanto pelos veículos de comunicação em massa quanto pela globalização econômica, que vão sutilmente inserindo novos padrões de consumo e de comportamento.

Na trajetória da política preservacionista do país prevaleceu certa valorização de bens arquitetônicos, os chamados “de pedra e cal”, como também obras de arte e da cultura representativos dos símbolos do poder constituído. Neste contexto, podemos entender as razões das constantes depredações e violações ao patrimônio histórico: a sociedade não se reconhece nos ícones, símbolos e nos monumentos que foram preservados por uma ação governamental e, em contrapartida, não se sente responsável pela preservação de uma memória que não lhe diz respeito, até mesmo porque essa

população não foi consultada acerca do que se deve preservar ou não.

Segundo Jarek (2007), a identidade de um país, estado ou cidade se faz com memória individual e coletiva. Somente quando a sociedade resolve preservar e divulgar seus bens culturais é que se inicia o processo de construção de seu *ethos* cultural e de sua cidadania. No contexto desta cidadania está inserido o direito à memória. Mas o que isto significa? Significa que todos devem ter acesso aos bens materiais e imateriais que representem o seu passado, suas tradições, a sua história. Os bens preservados não representam a nostalgia centrada apenas no sentimento de perda, mas representativos, de acordo com a autora, da elaboração do passado como experiência coletiva de formação da cultura e da sociedade e como formador de identidades.

Para Jarek (2007), é a memória que faz com que os habitantes percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas lutas e experiências cotidianas. Sem isso, a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. Sem a memória não se consegue situar-se na própria cidade, e acaba-se perdendo o elo afetivo da relação habitante–cidade e assim sentimo-nos deslocados e confusos. Esta perda de referenciais históricos e culturais, pautados na memória da cidade, nos dá uma estranha sensação de que somos “estrangeiros” em nossa própria casa, e aí nos restam apenas os lugares que o poder econômico dos setores dominantes construiu ou escolheu para manter como símbolo de uma memória única e excludente que não favorece a multiplicidade de memórias e identidades presentes em uma cidade.

Nessa perspectiva, reconhecer a cidade como instância fundamental da Educação Patrimonial, é romper com um olhar elitista e homogêneo sobre o espaço urbano, é falar de cidades, dentro de uma mesma cidade. Conforme expôs Sandra Pesavento

(2014), a cidade é plural e cada morador cidadão carrega um museu pessoal com memórias individuais e coletivas que tecem a sua construção identitária e o seu pertencimento, fundamentada na sua materialidade, sensibilidade e no seu imaginário. Materializar a experiência da educação patrimonial horizontal e democrática requer uma leitura do texto cidade com inspiração cereteuniana, conforme propôs (SILVA, 2017), focada nos caminhantes e suas artes de fazer no seu cotidiano cidadão. Os sujeitos ordinários apresentados por Michel de Certeau (2014), também escrevem o texto cidade, conseqüentemente produzem patrimônio material e imaterial.

Nessa direção, o trabalho com a educação patrimonial deve ser alargado dando visibilidade ao patrimônio cultural popular tecido pelos moradores da cidade vista de baixo, conforme a proposta de Silva (2017), tirando do anonimato os moradores cidadãos, bem como os bairros cidadãos marginais, dando a ler o texto cidade em sua diversidade de classe, étnica, racial e geracional.

Por esta razão, é essencial, enquanto professores de História, que asseguraremos uma prática educativa que colabore para uma educação inclusiva, transformadora, formando alunos capazes cartografar o seu patrimônio e de (re) conhecer sua própria história cultural, percebendo suas potencialidades, contradições e conflitos. Essa leitura possibilitará o desenvolvimento de uma consciência histórica que os levará ao reconhecimento, à apropriação e ao melhor usufruto de seu patrimônio, dando verdadeiro significado à palavra cidadão, como aquele ser que possui a condição de intervir em sua realidade (JAREK, 2007, 188-189).

Referências

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

JAREK, G. L. Cidades, culturas, memórias e identidades: uma proposta em educação patrimonial. **Ágora**, v. 13, n. 2, p. 180-191, 1 ago. 2007.

OLIVEIRA, T. D. de; MÜLLER, J. T. R. V.; WILDNER, G. da S.; LOPES, C. E. J. Educação e Arquitetura: a educação patrimonial preservando o patrimônio arquitetônico. **Terr@ Plural**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 577-588, 2019.

PESAVENTO, S. J. Cidades Visíveis, Sensíveis e Imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, n. 53. São Paulo: 2014

SCHIAVON, C. B.; TORRES, T. C. P. Educação Patrimonial: a cidade como recurso para o ensino de história. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, num.3, vol.2, jul/dez. 2015, p. 518-525.

SILVA, K. Q. e. Os bairros dizem a cidade: o mapeamento do patrimônio cultural dos "outros" moradores urbanos. **Mnemosine Revista**, PPGH, vol. 4, out/dez, 2017.

SOUZA, R. S. R. e; DINIZ, M. Diálogos entre educação, cidade e patrimônio: investigando produções científicas brasileiras. **Educ. Form.**, [S. l.], v. 7, p. e6779, 2022.

O NHANDEREKO COMO ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA CULTURAL MBYA GUARANI

Ubirajara Salles Zoccoli

1. Introdução

Este trabalho, intitulado "**O Nhandereko como Estratégias de Resistência Cultural Mbya Guarani**", foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica aprofundada, complementada pela vivência prática do autor com as comunidades Mbya Guarani no sul do Brasil. Originalmente concebido como um dos requisitos para a conclusão da disciplina de Arqueologia Histórica no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), sob a orientação da Professora Doutora Claudia Inês Parellada, o estudo foi posteriormente modificado, adaptado e apresentado como Trabalho de Conclusão de Graduação em Antropologia no Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI), com a orientação do Professor Doutor Walter Marcos Knaesel Birkner.

O objetivo central deste trabalho é aprofundar a compreensão das concepções de vida desse povo indígena, um dos mais numerosos

do país e historicamente um dos primeiros a serem contatados por europeus. Ao explorar as práticas culturais, espirituais e sociais dos Mbya Guarani, a pesquisa busca contribuir para a valorização de sua rica herança cultural. A análise se concentra nas formas e estratégias de resistência que a etnia utiliza para preservar sua identidade e seu modo de vida diante das pressões externas e dos desafios contemporâneos.

A pesquisa se insere no campo da **Antropologia e Patrimônio Cultural**, explorando a interconexão entre saberes tradicionais, oralidades, identidades e memórias. A partir dessa perspectiva, o estudo utiliza a antropologia como ferramenta para decifrar as narrativas culturais dos Mbya Guarani, com especial atenção ao seu patrimônio imaterial. O trabalho também discute as interfaces entre a antropologia e o patrimônio cultural, analisando como essas práticas são consumidas e apropriadas em contextos políticos e mercadológicos.

Para embasar teoricamente a pesquisa, foram consultados autores clássicos da etnografia e da antropologia, como Bronislaw Malinowski (1978), Curt Nimuendaju (1987), Pierre Clastres (1990), Hélène Clastres (1978), Egon Schaden (1974), León Cadogan (1959), e Bartomeu Melià (1990), entre outros citados nas referências. A leitura desses autores, juntamente com a experiência prática do autor no convívio com os Mbya-Guarani, fundamenta as reflexões apresentadas neste trabalho.

Embora os relatos aqui descritos representem apenas uma pequena parte do vasto universo cultural dos Mbya Guarani, este trabalho espera oferecer uma contribuição valiosa para aqueles que desconhecem essa etnia. O objetivo é inspirar uma maior valorização de sua cultura e incentivar o interesse em conhecer e respeitar sua história e seu modo de vida, reforçando a importância do estudo e da visibilidade dos povos indígenas no cenário acadêmico e social.

Desenvolvimento

2.1 A Antropologia, a Arqueologia ou Etnoarqueologia para uma compreensão da produção da materialidade

No trabalho do antropólogo e ou arqueólogo elencamos alguns autores aos quais nos referenciamos para entendermos a produção da materialidade cultural e da imaterialidade da cultura. Para HAMILAKIS (2015) é o resultado de múltiplos dos diversos materiais tanto do ponto de vista ético religioso e cultural, quanto do passado histórico, tátil, olfativo, auditivo e culinário, que constrói o sujeito e por esta formação, este sujeito vai interpretar e desenvolver seu trabalho. Neste caso o trabalho acadêmico de pesquisador, de cientista pretende desvendar e decodificar a linguagem da vida através da ciência.

Seguimos, ainda, com o referido autor que menciona a questão de sua experiência sensorial no tocante ao seu trabalho. Direcionou-se para a experiência sensorial e sua relevância afetiva pelo estudo das práticas de consumo alimentar e eventos de comensalidade. Em seu relato diz que desenvolve um trabalho etnográfico de pesquisa de arquivo e exploração da constituição política e social da Arqueologia nas suas várias configurações. Ele pensa em sua análise a interação sensorial individual, do indivíduo humano, para a transcorporeidade, a paisagem sensorial. Esta não é uma entidade estática de análise, mas um esquema relacional, uma malha que é animada por movimentos, fluxos, interações cinestésicas, ou seja, a própria vida.

Dentro desta perspectiva da sensorialidade podemos articular com o trabalho de campo da Antropologia com os estudos da Etnografia. A imersão realizada por Malinowski que resultou seus estudos nas ilhas do pacífico. A metodologia da imersão e contato direto com o povo que se deseja estudar depende desta perspectiva sensorial. Esta observação participante requer, segundo Malinowski:

Os princípios metodológicos podem ser agrupados em três unidades: em primeiro lugar, é lógico, o pesquisador deve possuir

objetivos genuinamente científicos e conhecer os valores e critérios da etnografia moderna. Em segundo lugar, deve o pesquisador assegurar boas condições de trabalho, o que significa, basicamente, viver mesmo entre os nativos, sem depender de outros brancos. Finalmente, deve ele aplicar certos métodos especiais de coleta, manipulação e registros da evidência. (MALINOWSKI, 1978, p.20).

A boa observação é o primeiro passo para se fazer uma boa ciência, sendo que a observação é uma prática que nos instiga a estarmos alertas quanto aos nossos sentidos. Segue Malinowski (1978) com relação à observação e ao trabalho de campo.

A meu ver, um trabalho etnográfico só terá valor científico irrefutável se nos permitir distinguir claramente, de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom-senso e intuição psicológica, (MALINOWSKI, 1978, p.18).

O conviver de forma “natural” como o autor propõe foi o que lhe permitiu adentrar no mundo e no universo que pretendia:

Mas, se nos encontramos sós na aldeia – ou, em outras palavras, sem a companhia do homem branco – podemos fazer um passeio solitário durante uma ou duas horas, voltar e, então, como acontece naturalmente, procurar a companhia dos próprios nativos, desta feita

como lenitivo à solidão, como se faria com qualquer outra. Através deste relacionamento natural, aprendemos a conhecê-los, familiarizarmo-nos com seus costumes e crenças de modo muito melhor do que quando dependemos de informantes pagos e, como frequentemente acontece, entediados. É enorme a diferença entre o relacionar-se esporadicamente com os nativos e estar efetivamente em contato com eles. O que significa estar em contato? Para o etnógrafo significa que sua vida na aldeia, no começo uma estranha aventura por vezes desagradável, por vezes interessantíssima, logo assume um caráter natural em plena harmonia com o ambiente que o rodeia. (MALINOWSKI, 1978, p. 21).

Outro autor que segue falando da sensorialidade é Oliveira (1998), quando discorre sobre o trabalho do antropólogo.

Naturalmente, é preciso dizer que – falar, neste contexto, de faculdades do entendimento – não estou mais do que parafraseando, e com muita liberdade, o significado filosófico da expressão ‘faculdades da alma’ com Leibniz assim entendia a percepção e o pensamento. Pois sem percepção e pensamento, como então podemos conhecer? De meu lado, ou do ponto de vista de minha disciplina – a antropologia –, quero apenas enfatizar o caráter constitutivo do olhar, do ouvir e do escrever, na elaboração do conhecimento

próprio das disciplinas sociais, isto é, daquelas que convergem para a elaboração do que Giddens, muito apropriadamente, chama "teoria social", para sintetizar, com a associação dessa desses dois termos, o amplo espectro cognitivo que envolve as disciplinas que denominamos ciências sociais. (OLIVEIRA, 1998, p.17-18).

O autor em questão estabelece três etapas para a pesquisa e a construção do conhecimento antropológico, ou seja; o olhar, o ouvir e o escrever. Diz ele que é em campo que o olhar do pesquisador domestica o seu olhar teórico, (OLIVEIRA, 1998, p.19). "Seja qual for o objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade."

E segue ainda falando do olhar e sobre o conhecimento, "não é exclusivo do olhar uma vez que está presente em todo processo de conhecimento, envolvendo, portanto, todos os atos cognitivos, que mencionei, em conjunto." (Idem, ibidem, p.19).

A outra etapa seria o ouvir e o olhar os quais não podem ser tomados como independentes na investigação a que se propõe o cientista. O cuidado ao entrevistar é um alerta dado pelo autor como podemos observar:

No ato de ouvir o "informante", o etnólogo exerce um poder extraordinário sobre o mesmo, ainda que pretenda posicionar-se como observador o mais neutro possível, como pretende o objetivismo mais radical. Esse poder, subjacente às relações humanas – que autores como Foucault jamais se cansaram de denunciar -, já na relação pesquisador/informante desempenhará uma função profundamente empobrecedora do ato

cognitivo: as perguntas feitas em busca de respostas pontuais lado a lado da autoridade de quem as faz – com ou sem autoritarismo –, criam um campo ilusório de interação. A rigor, não há verdadeira interação entre nativo e pesquisador, porquanto na utilização daquele informante, o etnólogo não cria condições de efetivo diálogo. A relação não é dialógica. Ao passo que transformando esse informante em “interlocutor”, uma nova modalidade de relacionamento pode – e deve – ter lugar.” (OLIVEIRA, 1998, p. 23).

Esta relação dialógica estabelecida proporciona uma superioridade sobre as formas tradicionais de se entrevistar e cria-se um verdadeiro “encontro etnográfico”, desde que o pesquisador tenha habilidade em ouvir o nativo e, por ele ser, também, ouvido, propiciando um diálogo entre iguais, estabelecendo uma observação participante, isto está justamente em saber ouvir. (OLIVEIRA, 1998).

Sobre o ato de escrever Oliveira (1998), nos orienta da seguinte forma:

O ato de escrever e o de pensar são de tal forma solidários entre si que, juntos, formam praticamente um mesmo ato cognitivo. Isso significa que, nesse caso, o texto não espera que seu autor tenha primeiro todas as respostas para, só então, poder ser iniciado. (...)Na elaboração de uma boa narrativa, o pesquisador, de posse de suas observações devidamente organizadas, inicia o processo de textualização – uma vez que essa não é apenas uma forma escrita de simples exposição, pois há também a forma oral –, concomitante ao

processo de produção do conhecimento. Não obstante, sendo o ato de escrever um ato igualmente cognitivo, esse ato tende a ser repetido quantas vezes for necessário; portanto, ele é escrito e reescrito repetidamente, não apenas para aperfeiçoar o texto do ponto de vista formal, quanto para melhorar a veracidade das descrições e da narrativa, aprofundar a análise e consolidar argumento.” (OLIVEIRA, 1998, p. 32).

A percepção, a sensibilidade e a formação especializada do pesquisador ao se deparar com a materialidade produzida por seres humanos escravizados constata os modos de viver e as concepções religiosas. Neste sentido, estamos abordando o trabalho de Arqueologia histórica desenvolvida por SYMANSKI e GOMES (2013) que destacam o potencial da Arqueologia histórica para acessar informações sobre a vida cotidiana, economia, religiosidade e identidade de pessoas escravizadas, afrodescendentes, complementando as fontes textuais tradicionalmente utilizadas. A cultura material pode revelar práticas ocultas das pessoas escravizadas e suas estratégias de resistência, além de proporcionar uma visão multidisciplinar das realidades da diáspora africana.

Os autores enfatizam o significado ativo da cultura material para diferentes grupos sociais, incluindo a imposição de ideologias, resistência a sistemas opressivos e construção de identidades. A teoria da prática é apresentada como uma abordagem potencialmente útil, pois reconhece as relações humanas como simultaneamente sociais e materiais, considerando a cultura material essencial para a reprodução social.

Os grupos escravizados utilizavam a cultura material para manter, reproduzir e transformar suas cosmologias e práticas rituais de

origem africana, para tornar o cativo suportável e resistir enquanto pessoas humanas no processo desumano de vida.

Apesar de viverem num ambiente de extrema adversidade como o da escravidão estas pessoas criaram estratégias de resistência cultural e para manterem-se vivos, com seus valores, bem como, seu modo de ser, A materialidade da vida produzida pelas pessoas escravizadas foi possível se perceber graças ao trabalho técnico dos pesquisadores em arqueologia onde a percepção de uma sensorialidade, como a observação cuidadosa da materialidade encontrada nas escavações, bem como, a confrontação com a documentação histórica analisada foi possível perceber a vida econômica e a espiritualidade através das marcas, símbolos e formas de uma cosmovisão que orientavam suas vidas para uma resistência cultural. SYMANSKI e GOMES (2013).

Seguindo com o trabalho arqueológico no tocante à questão da resistência cultural no trabalho de BOWSER e PATTON (2022) a importância da cerâmica como uma forma de expressão cultural e de identidade para essas mulheres, bem como, o papel das comunidades da prática na preservação e na disseminação desses conhecimentos.

Neste trabalho se analisa as comunidades da prática como espaços de socialização e compartilhamento de conhecimentos. Os autores destacam a forma como as mulheres ceramistas se reúnem em grupos para aprenderem umas com as outras; trocaram experiências e fortalecerem os laços comunitários. Essas comunidades são fundamentais para a preservação dos estilos cerâmicos tradicionais e, também, desempenham um papel importante na resistência cultural frente às pressões externas. Os materiais utilizados na confecção das peças cerâmicas e as técnicas de modelagem estão intrinsecamente ligados à identidade cultural dessas comunidades. A cerâmica não é apenas uma atividade prática, mas também um meio de expressão artística e espiritual. Destacam a importância de se valorizar e preservar esses conhecimentos tradicionais, além da importância de se entender

as dinâmicas das comunidades da prática como espaços de aprendizado e resistência cultural.

Sobre a questão do contato com as novas gerações BOWSER, HORNE e STARK (2008) entendem que esse processo de ensino e aprendizagem demonstram a importância entendermos como se dá neste processo o fazer aliança com as novas gerações e no aspecto de conhecimento na produção material de sua cultura com as novas gerações. Estabelecem uma forma de aliança ao promoverem a transmissão de saberes e discutem a relevância da aprendizagem, a transmissão cultural nos subcampos da Antropologia e da Arqueologia.

Os estudos arqueológicos sobre as populações indígenas constituem um avanço para a compreensão de seu modo de vida, proporcionando a valorização do seu modo de ser, bem como, o resgate da memória dos povos em questão. São vários os estudos, mas podemos citar os pesquisadores Fabíola Andréa Silva e Francisco Silva Noelli sobre os Asurini do Xingu, SILVA e NOELLI (2015). Os Assurini procuraram os autores e solicitaram a pesquisa arqueológica no seu território. Os próprios Asurini veem a necessidade urgente de proteção e preservação do conhecimento que as gerações mais velhas sabem sobre sua história e seu modo de ser.

A pedido dos Asurini do Xingu os autores do artigo formularam o projeto "Território e História dos Asurini do Xingu". Este foi um projeto de pesquisa arqueológica colaborativa. Os Asurini participaram efetivamente da elaboração do projeto além de se responsabilizarem-se pelas áreas a serem pesquisadas, prospectadas também foram eles quem decidiram sobre a remoção ou não dos materiais arqueológicos mais significativos, os materiais que permaneceriam na TI, nas escolas ou em suas residências. Relatam os autores que um jovem que via o projeto como uma recuperação, guardou um pote de carregar água para que a filha pudesse fazer do jeito que os mais velhos faziam permitindo assim que os Asurini reatassem suas relações com sua ancestralidade, dando sentido as suas vidas no presente e no futuro. Quando chegaram a aldeia Itapipiri, o pajé Asurini mais antigo pegou

uma vasilha de cerâmica que dizia ser de sua tia e que costumava beber mingau. Durante todo o tempo que estiveram na aldeia o pajé carregou a vasilha, falando de suas memórias e cantando as canções que ouvia na hora dos grandes rituais. Os jovens ao ouvirem o velho pajé começaram a procurar e encontraram várias vasilhas inteiras que foram levadas para as atuais aldeias e para a escola indígena, outras que puderam ser remontadas foram confiadas ao Museu de Arqueologia e etnologia da Universidade de São Paulo.

Os povos indígenas resistiram de várias formas e com diferentes estratégias as tentativas de dominação colonialista. Foram resistentes reafirmando sua identidade e reinventando suas tradições e modo de vida com base num processo dialético de continuidade e transformação cultura.

Os Asurini têm uma história de contato e conflito com outros povos, abandono, perda de territórios e despovoamento, entretanto conseguiram superar todos os reveses e infortúnios e recriaram seu modo de vida. O estudo arqueológico contribui para o processo de reviver sua história e revitaliza sua memória, tradição oral e identidade (SILVA e NOELII, 2015).

Trabalho de Fabíola Andréa Silva e Francisco Silva Noelli (2015), evidencia a participação do povo Asurini do Xingu, interessado no trabalho em seu território realizou junto aos pesquisadores num processo cooperativo de trabalho entre indígenas e pesquisadores, efetivando assim um trabalho decolonial e também uma outra forma e estratégia de resistência cultural.

O estudo da sensorialidade no campo da antropologia e arqueologia revela conexão entre os aspectos materiais e imateriais da cultura. O fazer científico, como apontado pelos autores analisados, vai além da coleta de dados objetivos, envolvendo a experiência sensorial e a imersão no contexto cultural estudado. A observação do cotidiano, as práticas alimentares e os rituais, podemos detectar os modos de resistência cultural e as estratégias de sobrevivência desenvolvidas por grupos historicamente marginalizados. No caso dos Asurini do Xingu,

ilustra a importância da colaboração entre pesquisadores e comunidades locais para a preservação e revitalização da memória e identidade cultural. O conhecimento produzido transcende a academia, tornando-se uma ferramenta de resistência e reafirmação cultural para os próprios povos estudados.

2.2. Os Guarani, quem são e onde vivem

Segundo o Site do Instituto Sócio Ambiental, os Guarani são conhecidos por Chiripá, Kainguá, Monteses, Baticola, Apyteré. Tembokuá, mas eles se autodenominam como Avá, que significa em Guarani, "pessoa". Vivem num território que são algumas regiões do Brasil, Bolívia, Paraguai e Argentina e Paraguai.

No Brasil estão nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Pará, são vários grupos diferentes, mas com suas características culturais semelhantes como organização sociopolítica, mas diferentes na forma de falar a língua guarani, na prática religiosa e distintos na aplicação e relação que possuem com o meio ambiente quanto a aplicação de tecnologia.

Os grupos guarani que vivem no Brasil são os Mbya, Pãi-Tavyterã, (conhecidos no Brasil como Kaiowá), Avá Guarani, (denominados no Brasil Nhandeva).

Os Guarani são um grupo étnico da família linguística Tupi-Guarani (Tronco Tupi). Historicamente, como se tem conhecimento era de um grupo pré-histórico, que foi denominado de Proto-Tupi, que emigrou a partir atual estado de Rondônia há cerca de 3.500 anos. Os Guarani e os Tupinambá (outro grupo Proto-Tupi) têm a mesma origem histórica e as mesmas raízes linguísticas e culturais. (BORGES apud ZOCCOLI, 2012).

Foram séculos os contatos com portugueses e espanhóis o que alterou, o modo de ser deste povo. Este contato produziu transformações resultando muitas mortes e o esbulho de seu território bem como alterações na política interna de cada comunidade

contatada e, também, em sua espiritualidade/religiosidade. (NOBRE apud ZOCCOLI, 2012).

“Nós do povo indígena Guarani, fazemos parte de uma grande família linguística do Tronco Tupi, habitamos a região sul, sudeste, centro oeste e norte do Brasil, com uma população de 85.255 pessoas. Também habitamos em outros países da América Latina, como o Paraguai (população de 61.701 pessoas), Argentina (população de 54,825 pessoas), Uruguai e Bolívia (população de 83.019 pessoas).” (GONÇALVES, 2020, p.15).

Há séculos os Guarani mantem contato com a sociedade envolvente, entretanto observamos uma resistência por parte deles em não serem assimilados pela cultura juruá, (branco, não índio), o que nos faz pensar em como isto se deu. Ao frequentarmos as aldeias Mbya Guarani do Paraná, Santa Catarina e São Paulo, podemos elencar alguns pontos observados. Na maior parte das aldeias em que estive, a Opy, (casa de reza) está em lugar de destaque. A “Opy é o coração da cultura Guarani” (ZOCCOLI, 2007, p. 45). A construção e uso do petyngua (cachimbo) e na confecção de artefatos culturais a materialidade desta cultura estava presente. Os mborai (cantos sagrados) foram registrados na maior parte das aldeias visitadas. Os vicho ranga (FARACO, 2015) são animais esculpidos em madeira “bichinhos”, observamos que em algumas aldeias tinham algumas pessoas que os esculpiam. As ajaka (cesta mais funda, feita de fasquias finas) também são feitas por mulheres e homens.

O ritual do ka’a nhemongarai (ritual da erva mate), (ZOCCOLI, 2012), (DA SILVA, 2020), o ritual do avaxi’i nhemongarai (ritual do milho) e o ritual do yy nhemongarai (ritual do batismo onde as pessoas recebem um nome em guarani), (DA SILVA, 2020), são práticas realizadas pelos Guarani, os quais são realizados anualmente.

A dança Xondaro, (GONÇALVES, 2020), é realizada conforme a ocasião dos rituais e ou nos rituais diários quando o Xondaro Tenonde (O primeiro guerreiro ou Guardião) sente ser necessário à sua realização

para que os Xondaros e Xondarias (Guerreiros e Guerreiras) exercitem suas potencialidades físicas e espirituais.

E a língua Guarani sempre falada em todas as aldeias que visitamos desde 1999 até a presente data com xamoi (i com ~) Karai Tataendy Marãgaju (Marcolino da Silva), e com João Paulo de Araújo Severo da FUNAI/Coordenação Técnica Local de Joinville SC, Aldeia Araçaí em Piraquara Pr, Aldeia Marrecas em Turvo Pr, Aldeia Yvy Yvate (Morro Alto) em São Francisco do Sul SC, Tarumã em Araquari SC, Aldeia Pico do Jaraguá São Paulo SP, Aldeia Palmerinha em Chopinzinho Pr, Piraí em Araquari SC, Yy Akã Porã em Garuva SC, Aldeia Yvyju/Reta em São Francisco do Sul SC, Aldeia Ka'aguy Porã (Rio da Areia) em Inácio Martins Pr, em todas elas sem restrição falam o Guarani.

No texto de Gustavo Godoy e Miguel Carid (2016), no artigo **A diferença que faz a diferença: originais e cópias Guarani-Mbya** nos esclarecem quanto às concepções cosmológicas do seu existir e da produção material de sua cultura, onde é fortemente impregnada destas concepções.

O mito de Xariã, um ser negativamente valorizado e imitador por excelência, é apresentado para explorar a oposição entre originais e cópias. Xariã tenta imitar Nhanderu, o criador original, mas as criações de Xariã são mais elaboradas e associadas a animais, sendo consideradas cópias com valor artesanal para venda. Em contraste, as criações originais de Nhanderu são mais simples e destinadas ao uso próprio, não sendo vistas como artesanato para comercialização. A narrativa de Xariã é relacionada a elementos antissociais e solitários, associando-o aos não indígenas, à gemelaridade e à origem telúrica dos humanos. As criações de Xariã ou Anhã, em contraste com as de Nhanderu, exageram as formas e cores, gerando criaturas ferozes e peixes impuros. (GODOY e CARID, 2016).

Os Guarani são um povo que vive de forma muito peculiar e o seu modo de ser eles

denominam de Nhande Reko, nosso modo de ser. É um povo que vive uma espiritualidade muito forte e peculiar, pois as suas práticas sagradas são realizadas todos os dias. As músicas e as danças que são elementos fundamentais no processo do desenvolvimento dos ritos, são de uma beleza e uma harmonia que é impossível de se comparar com outro povo, despertando em quem as ouve e experimenta os passos das danças uma sensação muito marcante e inesquecível. (ZOCCOLI, 2012, p.390).

Os Guarani como as Sociedades tradicionais vivem uma vida de forma ritualizadas, assim vivendo de forma sóbria e sua produção cultural segue o que orientam sua cosmologia e seus mitos originários. E como a língua é um elemento da cultura de um povo, trazemos a fala de Clastres (1990, p.9): "as Belas Palavras: assim os índios guarani denominam as palavras que lhe servem para se dirigir a seus deuses. Bela linguagem fala sagrada, agradável ao ouvido dos divinos, que as consideram dignas de si". Pierre Clastres descreve, ainda, em seu livro "A Fala Sagrada Mitos e Cantos Sagrados dos Índios Guarani" seu encantamento e seu profundo respeito ao povo Guarani que chega a ser poético no seu jeito de falar.

Rigor de uma beleza na boca dos sacerdotes inspirados que as pronunciam; embriaguez de uma grandeza no coração dos homens e das mulheres que os escutam. Essas ãe porã, essas Belas Palavras ecoam ainda nos lugares mais secretos da floresta que, desde sempre, abriga aqueles que, automeando-se, Ava, os Homens, se afirmam assim depositários

absolutos do humano. Homens verdadeiros, portanto, e, exacerbados por um orgulho heroico, eleitos dos deuses, marcados pelo sinal do divino, esses que se dizem igualmente os Jegua kava, os adornados. As plumas das coroas que ornaram suas cabeças murmuram ao ritmo da dança celebrada em homenagem aos deuses. A coroa reproduz a chamejante cabeleira do grande deus Ñamandu. (CLASTRES, 1990, p.9).

Este entendimento que os Guaraní têm de si que se baseia no Nhandereko, denota e explica como este povo depois de séculos continua a resistir às investidas dos não indígenas em seus territórios. Eles, ainda, continuam a realizar o seu Guata Porã, as suas andanças em direção ao sol nascente, ou seja, para o litoral pelo Yvyrupa, o seu território, caminhos de andanças, ou território sagrado em busca da Terra sem Males, Yvy Marãe 'ÿ.

As andanças que acontecem e aconteciam na busca da "Terra Sem Males". Eram o objetivo dos "homens-deuses" os pajés que se propunham a conduzir os homens a este paraíso. Ainda sobre as andanças do povo Guaraní que é uma característica marcante e que o aspecto da territorialidade com relação a este povo grande parte onde hoje é o Brasil fazia parte da morada destes índios, povo originário que vivia nesta imensidão verde. (ZOCCOLI, 2012, p.396).

É o nhandereko, constituído pelos vários elementos já elencados acima é o que nos parece se constituir na maneira pelo qual

os Guarani continuam a se manterem firmes, resistindo a aniquilação. A mística, e a vivência dos mitos primordiais, são práticas constantes.

A forma de construírem seus artefatos, seus ritos, seu jeito de pensar e falar são as formas e estratégias da resistência cultural Guarani. Portanto, o nhandereko é o elemento que sustenta, possibilita que o Guarani continue a ser Guarani.

Poucos povos testemunham uma religiosidade tão intensamente vivida, vínculos tão profundos aos cultos tradicionais, vontade tão férrea de manter em segredo a parte sagrada de seu ser. As investidas ora malsucedidas, ora brutais dos missionários opõem sempre uma recusa arrogante: "Guardem seu Deus! Temos os nossos". E tão potente era seu zelo em proteger de toda conspiração seu universo religioso, fonte e fim de sua força de viver, que até em data recente o mundo branco permanecia na total ignorância desse mundo dito selvagem, desse pensamento do qual não se sabe o que o torna mais admirável, se sua profundidade propriamente metafísica ou a suntuosa beleza da linguagem que o exprime. (CLASTRES, 1990, p.10).

O jeito de ser dos Guarani, ou seja, o nhandereko está associado a outro conceito, como observamos em Moreno Saraiva Martins (2007) parafraseando Héléne Clastres: "É ao conceito de mborayu que a autora menciona para explicar a articulação entre esta 'ética individual' com uma "ética coletiva". Mborayu é um conceito que a autora descreve como estando relacionado à reciprocidade ou à solidariedade tribal. Ela afirma que a perfeição verdadeira do ser humano, o aguydje ete, só

seria possível com um sentido de solidariedade radical: dando sem receber nada em troca". (MARTINS, 2007, p.79).

Tanto a ética como a estética Guarani se desenvolve a partir de suas concepções filosóficas que por sua vez está fortemente marcada pelo mito da criação de Nhanderu Eté Papa Tenonde, a divindade criadora ou simplesmente Nhanderu orientando o nhandereko como a ética do fazer o bem e da sobriedade, conforme descrito por GODOY e CARID (2016).

Considerações Finais

Este estudo buscou desvelar as estratégias de resistência cultural dos Mbya Guarani, focando em suas práticas religiosas, produção material e na transmissão de saberes entre as gerações. A metodologia, baseada na observação participante e na abordagem de "olhar, ouvir e escrever" de Oliveira (1998), permitiu uma imersão profunda que ultrapassou a mera observação objetiva. A etnografia revelou-se, portanto, como um processo de escuta ampliada e reflexiva, permitindo uma compreensão mais holística e multifacetada das práticas culturais.

A vivência sensorial junto às comunidades se mostrou fundamental para a pesquisa. Assim como a "arqueologia do conhecimento" recompõe o passado a partir de fragmentos, a imersão na realidade Guarani – através dos rituais, da língua e dos artefatos – nos possibilitou reconstituir a complexidade de suas tradições. A sensorialidade, conforme descrito por Hamilakis (2015), foi uma dimensão crucial para desvelar as estratégias de sobrevivência cultural, reafirmando que a resistência Mbya Guarani se manifesta em cada aspecto do cotidiano.

Apesar de séculos de contato e pressões externas, a identidade Guarani permanece resiliente. A Opy (casa de reza), os rituais sagrados e a produção de artefatos tradicionais não são apenas símbolos de sua cultura, mas mecanismos ativos de afirmação identitária. A preservação da língua Guarani, amplamente falada nas aldeias, é um dos pilares

dessa resistência, atuando como um veículo vital para a transmissão de saberes e uma declaração contínua de sua existência como povo.

Em síntese, o trabalho demonstra que a resistência cultural dos Mbya Guarani reside na manutenção de suas práticas cotidianas. Elas são, ao mesmo tempo, expressões de coesão social e mecanismos de adaptação e resiliência diante das adversidades. A contribuição deste estudo para a antropologia e a etnoarqueologia reside em sublinhar a centralidade da cultura material e da sensorialidade na resistência, oferecendo um modelo para futuras pesquisas que busquem entender as estratégias de outros grupos indígenas.

A experiência sensorial e afetiva que vivenciamos junto aos Mbya Guarani, marcada pelos cantos, danças e pela simplicidade do convívio, consolidou nosso respeito por suas tradições e sua capacidade de integrar a espiritualidade à vida diária. Essa conexão afetiva reforça a importância de proteger e valorizar a continuidade de suas práticas culturais.

Referências

BOWSER, Brenda J.; PATTON, John Q. **Aprendizagem e transmissão de estilos cerâmicos**: a história de vida das mulheres e as comunidades da prática na Amazônia equatoriana. *Amazônica: Revista de Antropologia*, v. 14, n. 1, p. 199-230, 2022.

BOWSER, Brenda J.; HORNE, Lee; STARK, Miriam T. **Why Breaking Down Boundaries Matters for Archaeological Research on Learning and Cultural Transmission**: an introduction. In: STARK, Miriam T.; BOWSER, Brenda J.; HORNE, Lee (Eds.). **Cultural Transmission and Material Culture: Breaking Down Boundaries**. Tucson: University of Arizona Press, 2008.

CADOGAN, León. **Ayvu Rapyta**. Boletim, n. 227, *Antropologia*, n. 5, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1959.

CLASTRES, Hélène. **Terra sem mal**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

CLASTRES, Pierre. **A fala sagrada**: mitos e cantos sagrados dos índios Guarani. Campinas: Papirus Editora, 1990.

DA SILVA, Darci. **Nhemongarai**: rituais de batismo Mbya Guarani. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) – Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

FARACO, Julia Marques. **Bichinhos Guarani**: de artesanato a objeto. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GODOY, Gustavo; CARID, Miguel. **A diferença que faz a diferença**: originais e cópias Guarani-Mbya. *Journal de la Société des américanistes*, v. 102, n. 1, p. 105-128, 2016.

GONÇALVES, Leonardo da Silva. **O Xondaro**: aspectos da formação física, comportamental e espiritual do povo Guarani. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povo Guarani**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani>. Acesso em: 2 set. 2024.

HAMILAKIS, Yannis. **Arqueología y los sentidos**: experiencia, memoria y afecto. Madrid: JAS Arqueología Editorial, 2015.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARTINS, Moreno Saraiva. **Ywyrá'idja: do xamanismo às relações de contato: auxiliares xamânicos e assessores políticos entre os Guarani do Morro dos Cavalos (SC)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MELIÀ, Bartomeu. **A terra sem mal dos guaranis: economia e profecia**. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 33, p. 33-46, 1990.

NIMUENDAJU, C. **Lendas da criação e do juízo final do mundo como fundamento da religião dos Apopocuva-Guarani**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1987.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 1998.

SILVA, Fabíola Andréa; NOELLI, Francisco Silva. **Mobility and Territorial Occupation of the Asurini do Xingu, Pará, Brazil: An Archaeology of the Recent Past in the Amazon**. Latin American Antiquity, v. 26, n. 4, p. 493-511, 2015.

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. São Paulo: E.P.V./Edusp, 1974.

SYMANSKI, Luís Cláudio; GOMES, Flávio. **Da Cultura Material da Escravidão e do Pós-Emancipação: Perspectivas Comparadas em Arqueologia e História**. Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, v. 7, p. 1293-1338, 2013.

ZOCCOLI, Ubirajara Salles. **Sobre a experiência do sagrado**. In: BRASIL,

Claudinho (Org.). **A Modernização da Música Primitiva**. Curitiba: Gramofone, 2007. p. 33-48.

ZOCCOLI, Ubirajara Salles. **O ritual do Kaá dos Mbyá-Guarani da aldeia Araçá de Piraquara-PR**. Revista Intersaberes, Curitiba, v. 7, n. 14, p. 30-45, ago./dez. 2012.

A GÊNESE DE MELEAGRO (1951): Um estudo a partir de seus arquivos da criação

Cláudio Roberto Araújo de Arruda Júnior
Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira
Lucas Gomes de Medeiros

Introdução

Este capítulo analisa os processos de construção da obra Meleagro (1951) do intelectual potiguar Luís da Câmara Cascudo. O livro, um dos pioneiros entre as produções sobre o catimbó - religião de origem indígena marcada pela influência do catolicismo popular, da feitiçaria europeia e dos cultos de origem africana - é comumente mencionado e utilizado nos terreiros. Para esta produção, foram selecionados documentos cedidos pelo Ludovicus – Instituto Câmara Cascudo, sendo estes a correspondência privada do autor e artigos de jornal sobre a produção do livro em questão. Pretende-se investigar a formação discursiva que reverberou na elaboração da obra, bem como, as possíveis articulações e estratégias utilizados

pelo autor para construir sua categorização do Catimó no Rio Grande do Norte.

O Catimó - prática religiosa genuinamente nordestina - ganha seu lugar tardiamente, no hall dos estudos sobre as religiões de terreiro, quando comparado ao Candomblé e a Umbanda. Diversos olhares se entrelaçam ao tentar definir a posição que o Catimó ocupa nesse cenário: seria ele uma prática religiosa legítima? Expressões de magia e feitiçaria, ancestrais e profundas, ou uma manifestação do chamado "baixo espiritismo"?³ Essas questões, embrionárias e simples, precedem a problemática central de nossa⁴ pesquisa: como essa religião foi construída discursivamente pelo intelectual Câmara Cascudo a partir da Obra Meleagro?

Em 1951 Câmara Cascudo publica a primeira edição do livro *Meleagro: pesquisa do catimó e notas de magia branca* (1951). Nessa obra, partindo de uma mobilização, *a priori*, etnográfica, Cascudo busca formular uma categorização ampla do Catimó evocando práticas e representações que o constitui: a flora mágica da Acácia Mimosa Tenuiflora; o panteão das entidades cultuadas; os modos de organização social e, por fim, a questão que mais torna sua obra paradoxal, a ênfase dada às ressonâncias da Península Ibérica no culto. Conforme o jornalista Marcelo Leite:

[...] na medida em que acentua os serviços lenitivos que o Catimó presta à população pobre do Nordeste, ele privilegia os ingredientes europeus das práticas mágicas

³ Luís da Câmara Cascudo trata o Catimó como prática de "baixo espiritismo" e desconsidera a legitimidade desta expressão religiosa. ver: Meleagro, 1978

⁴ Utilizaremos durante toda a narrativa da pesquisa a terceira pessoa do plural, forma de aproximar o/a leitor/a da construção do conhecimento que aqui está proposto e admitindo também que a produção do conhecimento funciona de forma coletiva e a recepção do texto também constrói novas perspectivas e pluraliza suas interpretações.

em torno da planta Jurema: “Os processos de feitiçaria, catimbó, bruxaria no Brasil, são mais de oitenta por cento de origem europeia.”⁵

Leite, prossegue sinalizando o objetivo central da obra do intelectual potiguar: “Meleagro tenta evidenciar a antiguidade de muitos dos elementos sedutores no catimbó” (Casculo, *apud* Leite, 2025 p. 143). Essa antiguidade vislumbrada pelo autor relacionava-se ao longínquo mundo greco-romano e às bruxarias medievais, o que apaga ou obscurece as raízes nativas do catimbó que tem sua origem entre os indígenas do Nordeste Brasileiro. O próprio nome do livro que se propõe a analisar o Catimbó detém uma contradição pertinente, “embora seja fruto de contribuições africanas e indígenas”⁶ é posto como “nome pedante para justificar feitiço da Grécia em mão africana”⁷, pois a tese que Casculo defende ao longo do livro “é de que o catimbó, embora seja, como todos os cultos, a soma de diversas influências, ‘a feição mais decisiva’ seria dada ‘pela feitiçaria europeia’”⁸.

Desde o prefácio do livro percebemos a designação do Catimbó enquanto “magia branca”⁹, essa afirmativa se vê articulada à recorrentes estratégias discursivas que mobilizam uma iberização do Catimbó. O apagamento das manifestações afro-indígenas junto às práticas religiosas de terreiro se manifesta, por exemplo, em sua afirmação de que a tradição de entrega do presente à Yemojá, realizada anualmente na Praia do Meio em Natal - RN, teve sua origem a partir da “oferenda a Ino Leucotéia, protetora dos portos, com santuário em Epidauro Limeira, Lacônia, Grécia, com a resposta

⁵ Leite, 2025, p. 143

⁶ Albuquerque Jr, 2010, p. 18

⁷ Casculo, 1978, **Vinte e seis anos depois**. Casculo, Meleagro, ([1951]1978).

⁸ Albuquerque Jr, 2010, p. 18

⁹ Mello, 1978, **Prefácio** à 2a Ed. Ibidem.

afirmativa se mergulhasse a oferta¹⁰". Não obstante, ao finalizar as considerações à segunda edição, afirma: "Convenço-me de haver manejado Feitiço europeu e asiático, tanto que as pesquisas n'Africa de 1963 não determinaram inclusão"¹¹. Nesse sentido, Albuquerque Júnior afirma que embora Cascudo se refira à contribuição indígena ao Catimbó presente no uso da flora medicinal, ou ainda a presença majoritária de mestres e juremeiros negros e negras escravizados/as o intelectual potiguar;

[...] não deixa de tentar deslindar seus elementos constituintes e em um exercício de pura imaginação, em que a vontade de atribuir a origens europeias as práticas catimbozeiras, traçar o que seria a provável trajetória que teria levado elementos da bruxaria greco-romana a chegar até o Brasil.¹²

A postulação de uma pressuposta iberização do Catimbó percorre todo o livro, buscando constantemente pormenorizar a contribuição dos componentes indígenas e da negritude na formação do Catimbó. Sabendo que a obra ao ser posta no mundo constrói percepções do sagrado, consolida imaginários e constitui identidades, nos questionamos como se deu o processo de elaboração do texto de *Meleagro* (1951)? Quais referências foram acessadas para elaboração desse discurso? Quais as implicações dos apagamentos das contribuições afro-indígenas do catimbó em detrimento das práticas de origem europeia?

Para desenvolver a questão central desta pesquisa, partimos da hipótese de que toda obra carrega em si as marcas de sua gênese,

¹⁰ Pausanias, *Description de la Grèce*, III, 23,5,8, *apud*, Câmara Cascudo, ([1951]1978), p. 15-16

¹¹ Idem. *Ibidem*.

¹² Albuquerque Júnior, 2010, p. 19

preservadas em seus arquivos da criação. Esses arquivos funcionam como um verdadeiro laboratório da produção intelectual, no qual se encontram rascunhos, colunas jornalísticas, diálogos, referências, correspondência privada, sociabilidades e silêncios. Considerando que o período de gênese de *Meleagro* é de 1929 até 1949¹³, consideraremos os documentos do seu arquivo pessoal que se encontram dentro desse recorte como possíveis arquivos da criação, buscaremos então a partir desse material acompanhar não apenas o caminho que levou à publicação de *Meleagro* (1951), mas também o emaranhado de influências intelectuais, observações etnográficas e escolhas editoriais — incluindo os textos que, por diferentes razões, ficaram de fora da primeira edição. A partir da demanda de identificação desses possíveis arquivos da criação, por intermédio do Prof. Dr. Giuseppe de Oliveira, entramos em contato com a Daliana Cascudo, diretora do Ludovicus - Instituto Câmara Cascudo. Através dela tivemos o primeiro acesso com alguns desses documentos que correspondem ao processo de gênese de *Meleagro* (1951), assim, selecionamos para análise no presente artigo alguns arquivos da criação que mapeiam o processo de escrita do livro, utilizamos a correspondência privada para constituir a formação do sujeito discursivo e artigo de jornal para analisar a gênese da escrita do livro. Assim, buscaremos investigar o processo de construção do discurso de *Meleagro* (1951) ao passo que o próprio sujeito discursivo de Câmara Cascudo também se forma a partir de sua obra.

O Catimbó como objeto: breve genealogia das produções

Seguindo a esteira de Dilaine Sampaio (2016) acreditamos que “o Catimbó e a Jurema Sagrada podem ser compreendidos como práticas religiosas que possuem concepções e representações

¹³ No post scriptum oficial publicado na segunda edição de *Meleagro* ([1951]1978) Câmara Cascudo aponta “De fins de 1928 a meados de agosto de 1949 estudei a magia os catimbós e feiticeiros, moradores, curiosos, curadores”.

em torno da planta também denominada Jurema, compondo a cosmovisão denominada 'ciência da jurema'".¹⁴ Ainda, a fim de ampliar a percepção sobre o Catimbó, bebemos também da produção de Sandro Guimarães Salles (2010) que compreende essa religião como "um complexo semiótico fundamentado no culto aos mestres, caboclos e reis, cuja origem encontra-se nos povos indígenas nordestinos"¹⁵

Salles autor de *A sombra da Jurema encantada*¹⁶ chama atenção para determinada escassez de desenvolvimento de trabalhos sobre as práticas religiosas do Catimbó e da Jurema, mesmo que se tenha registro de sua presença na seara religiosa nordestina há 80 anos. Isso significa dizer que é possível admitir a locação do Catimbó enquanto objeto de estudo científico a partir de 1930. Para acompanharmos esse percurso historiográfico, voltamos a atenção a Dilaine Sampaio que realiza um apanhado bibliográfico sobre o percurso do Catimbó enquanto objeto de estudo das ciências humanas;

Os primeiros trabalhos feitos nos anos 30, com destaque para Mario de Andrade (1933) e Gonçalves Fernandes (1938); um segundo momento, a partir de meados dos anos 40, e anos 50, com Câmara Cascudo (1951,1954) e Roger Bastide (1945); um terceiro momento, que pode ser considerado como o alavancar dos estudos mais acadêmicos, em que o Catimbó e a Jurema se tornam de fato objeto de pesquisa, já nos anos 70, com os trabalhos de Roberto Motta (1977;1975) e René Vandezande (1975); e, finalmente, um quarto

¹⁴ Sampaio, 2016. p.152

¹⁵ Salles, 2010, p. 17-18

¹⁶ Salles, op.cit.

momento, de maior profusão de trabalhos na academia, que seriam os estudos mais recentes a partir dos anos 90, com Luiz Assunção (1991) Clélia Moreira Pinto (1995), Sandro Guimarães Salles (2005), dentre outros.¹⁷

Para os interesses de nossa pesquisa, nos limitaremos a pensar sobre os discursos e categorizações do Catimbó operacionalizados no segundo momento citado por Sampaio, especificamente, tomaremos como objeto o discurso de Luís da Câmara Cascudo sobre o Catimbó, materializado enquanto produto textual na obra *Meleagro: pesquisa do catimbó e notas da magia branca no Brasil* (1951).

Partindo de uma perspectiva historicizante de Câmara Cascudo, mesmo que reconheçamos que ele foi um dos mais importantes intelectuais na formulação de metanarrativas da nacionalidade¹⁸, concordamos que ele produziu “grande parte de sua extensa e significativa obra [...] conforme as regras que instituíram a formação discursiva nacional popular”¹⁹. Sua produção, assim como a de Gilberto Freyre, tem como ponto de partida a formulação do mito da democracia racial, formulado desde o século XIX²⁰, em clássicos de sua autoria como *Literatura Oral no Brasil* (1978) ou ainda *Viajando o Sertão* (2009) é recorrente a presença de afirmativas que, se não excluem por completo, defendem a presença e contribuição mínima dos povos negros não só na formação da cultura brasileira, mas surpreendentemente na constituição demográfica do nordeste brasileiro, especificamente no interior do estado do Rio Grande do Norte, onde a presença quilombola ainda

¹⁷ Sampaio, 2016, pp. 154-155

¹⁸ Albuquerque Júnior, 2010. p. 11

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem, op. cit. p. 14.

hoje é um fato²¹. As análises que são desenvolvidas no decorrer, não só de *Meleagro* (1951) mas também nas obras citadas anteriormente e em outros trabalhos de sua autoria, é costumeiro perceber que sua erudição de perspectiva sobrepõe temas africanos, através de uma estratégia discursiva de assimilação de temas, objetos, origens e características que vinculam a grande maioria dos traços de análise da cultura brasileira à uma origem europeia, retirando do componente africano a autonomia criativa e o potencial formativo que percebemos em nossa vida cotidianamente.

Arquivos da criação e sociabilidades intelectuais; entre discurso e sujeito

A história da historiografia é um campo que tem experienciado diversas hibridizações teóricas e metodológicas com demais disciplinas das Ciências Humanas. Esse campo - através de uma reformulação da História posterior à queda dos paradigmas - tem visto há pelo menos 30 anos, uma expansão significativa no horizonte dos objetos, conceitos, métodos e teorias. Os historiadores culturais por sua vez debruçam-se sobre questões, problemas e objetos culturais que são atravessadas por diversas esferas da produção humana, caracterizando seu campo de produção sobre uma perspectiva plural de pensar a própria disciplina e seus caminhos possíveis para o fazer historiográfico, pois se pretende a apresentar e desvendar caminhos alternativos para a investigação

²¹ De acordo com o levantamento demográfico do IBGE, publicado em 2022, existem 22.384 potiguares que vivem em comunidades quilombolas entre os diferentes recortes municipais do estado. Para mais, ver: CORECON, **Mapeamento das populações indígenas e quilombolas no RN**. 5 set. 2023. Disponível em: <https://www.corecon-rn.org.br/2023/09/05/mapeamento-das-populacoes-indigenas-e-quilombolas-no-rn/> Acesso em 25 jul. 2025.

histórica²² operacionalizando diferentes tipos de objetos para análise que em outro momento sequer eram considerados parte do *métier* historiográfico, como festas, alimentação, cotidiano e a produção literária.

Dessa forma, ao passo que houve uma ampliação nas possibilidades de objetos e de uma nova forma de identificar problemas surge a demanda de utilização de novas fontes como lastro para a produção de História Cultural, é nessa seara que os arquivos da criação passam a conquistar paulatinamente a atenção dos/as novos/as historiadores/as culturais. Nesse sentido, tomar um livro como objeto de estudo e pensar a sua escrita nos remete a diversas fases criativas que fazem parte desse processo, desde rascunhos que foram removidos no editorial, anotações de viagens organizadas para a pesquisa do livro, troca de ideias com pares que possam trazer opiniões e pontos de vista, enfim, o quadro é significativamente amplo, portanto

voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido (na relação de leitura, mas em tantos outros também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as idéias são desencarnadas, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas.²³

²² Vainfas, História das Mentalidades e História Cultural, In: Cardoso; Vainfas (orgs), *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*, Rio de Janeiro, Campus, 1997.

²³ Chartier, 1991, p. 180

Ao considerarmos a produção de discursos como sendo atravessada por uma polifonia, compreendemos portanto que o sujeito discursivo é imprescindivelmente percebido a partir do seu lugar no tempo e no espaço, sendo significado a partir desse lugar e não outro. Essa formação discursiva, por sua vez, tem na sua gênese uma dita heterogeneidade de outros discursos que antecedem a produção do sentido em determinada obra, podendo ser analisada por evidências que nos permitem mapear as relações de sociabilidade intelectual que atravessaram o sujeito durante o processo de construção de determinado discurso, a exemplo das correspondências privadas.

Com isso, afirmamos que o sujeito, mais especificamente o sujeito discursivo, deve ser **considerado sempre como um ser social, apreendido em um espaço coletivo**; portanto, trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade, em um “eu” individualizado, e sim um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro. A voz desse sujeito revela o lugar social; logo, expressa um conjunto de outras vozes integrantes de dada realidade histórica e social. Grifo nosso²⁴

Com isso, podemos perceber a utilização de redes de sociabilidade intelectual e suas respectivas correspondências como espaços de construção, validação e consolidação de saberes, vinculados a perspectivas estéticas e compreensões coletivas e

²⁴ Fernandes, 2006, p. 22

políticas sobre a realidade brasileira do século XX. Nessa perspectiva, o espaço das correspondências foi prática habitual do campo intelectual, conceituar a epistolografia dessa forma nos permite compreender as cartas como arquivos da criação. Oliveira²⁵, pontua este conceito para determinar a correspondência privada como “documentos norteadores e laboratórios para a produção de obras literárias”. Isso implica admitir que existe determinada forma de percepção estética a ser posta sobre determinado objeto de estudo no processo de construção de uma obra, e que intelectuais podem ter utilizado sua rede de sociabilidade para construir narrativas específicas sobre algo que foi posto como objeto, “essas cartas tornam-se espaços testemunhais que logram tanto historiar fases do pensamento estético dos interlocutores, quanto dar contornos crítico-interpretativos ao momento em análise”²⁶, portanto;

Ao acompanhar o processo de construção de uma obra a carta atinge sua dignidade genética suprema, possibilitando que por meio da utilização das correspondências de autores no decorrer dos estados de produção intelectual, encontremos traços do sujeito por detrás dos esboços, trata-se de uma espécie de making off da trajetória intelectual do sujeito. Classificadas como arquivos de criação, as correspondências possibilitam, em alguns casos, mencionar obras em processo de formação e em outros acompanhar cada etapa do desenvolvimento de uma obra – do projeto até a publicação – além de tecer críticas ao material apresentado.²⁷

²⁵ Oliveira, 2016

²⁶ Moraes, 2007b, p. 30. *apud*. Oliveira, 2016, p. 35

²⁷ Maciel, 2021, p. 55

Desde cedo, em decorrência do prestígio de sua família, Câmara Cascudo passa a ocupar um lugar de prestígio e de validação do seu discurso dentro do campo da produção intelectual brasileira. Em carta datada em 4 de fevereiro de 1929 seus estudos em desenvolvimento sobre o folclore e a cultura já são observados como referência, sendo convidado por Renato Almeida a ser o “representante no Rio Grande do Norte” da revista Movimento Brasileiro, contribuindo com o editorial “enviando-me notas sobre a vida ahi, sobre a actividade mental do estado e dos vizinhos”. Isso mostra uma validação do discurso de Cascudo, uma vez que delimita o valor da sua contribuição com o periódico pois o editor diz “conto firmemente, que você com o seu prestígio ahi, muito me auxiliará”²⁸.

Além dessa vinculação com os periódicos que Câmara Cascudo ia se articulando, também, a partir de suas correspondências, é possível perceber a sua articulação com instituições de produção acadêmica, ainda em 1929 Câmara Cascudo - a partir de uma rede de sociabilidade intelectual que vai sendo construída nesse período - é indicado por Craveiro Costa a ser o correspondente do Rio Grande do Norte no Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, como consta;

Ilmº Sr. Dr. Luis da Camara Cascudo

Natal, Rio Grande do Norte

Tenho a honra de trazer ao conhecimento de V.S. que o Instituto, em sua sessão de 23 de novembro ultimo, aprovou unanimemente uma proposta minha do do confrade Dr. Amphiphio de Melo, segundo a qual fica o illustre Patricio incluído no numero dos socios correspondentes desta associação.

²⁸ Renato Almeida, Carta a Luís da Câmara Cascudo, Ribeirão Preto, 04 de fevereiro de 1929, Acervo Privado Ludovicus ICC, Doc. nº 178

Tratando-se de uma homenagem espontânea ao seu mérito, espero que receba sem constrangimento essa eleição e dê à Casa de Alagoas o concurso precioso de sua inteligência e boa vontade²⁹

Essas articulações intelectuais vão se desenvolvendo cada vez mais na vida de Câmara Cascudo e constituindo uma polifonia heterogênea de envolvimento, os anos 30 ficam marcados na vida do potiguar com um alto volume de correspondências trocadas com representantes de movimentos culturais e políticos no Brasil, como o modernismo e o integralismo.

Sobre a experiência modernista, entre os anos de 1929 e 1934 foram identificadas 10 cartas enviadas por Mário de Andrade à Câmara Cascudo que compunham um diálogo contínuo sobre a produção intelectual dos autores. Em carta de 06 de setembro de 1929, Mário de Andrade é saudosos ao agradecer Cascudo “pela oferta dos esclarecimentos que eu precisei pra meu ‘Na Pancada do Ganzá’ sair menos imperfeito”.³⁰ Em outra carta, enviada em 23 de dezembro de 1930 Mário de Andrade questiona Cascudo sobre um estudo em curso que tem como tema a medicina popular brasileira, acreditamos que essa afirmativa refere-se à pesquisa etnográfica de Cascudo sobre o Catimbó que irá resultar no tópico “Flora Medicinal do Catimbó. Banho de Cheiro. Remédios Tradicionais. Fumigações. As entradas. O sangue. A saliva. O sopro. Os ares”³¹ para esse, Mário de Andrade sugere;

²⁹ Craveiro Costa, carta a Luís da Câmara Cascudo, Maceió, 6 de janeiro de 1929, Acervo Privado Ludovicus ICC

³⁰ Mário de Andrade, carta a Luís da Câmara Cascudo, São Paulo, 06 de setembro de 1929, Acervo Privado Ludovicus ICC.

³¹ Câmara Cascudo, 1978, p. 93

Cascudinho...

[...] Por sinal que tenho me lembrado de você. Você não está fazendo um estudo, livro, coisa assim sobre a medicina popular brasileira? Não se esqueça que Spix e Martins, *Reise in Brasilien*, têm muitas observações sobre isso pelo livro todo. Especialmente apêndice de capítulo, vol I, pg. 255, descrevendo e enumerando plantas medicinais usadas aqui. Também o Raimundo de Moraes em *No País das Pedras Verdes*, pg. 227 descreve plantas curandeiras dos pagés amazônicos[...]³²

As cartas perguntadeiras somadas à apropriação e concessão de informações trocadas com Mário de Andrade, precursor do modernismo, compõem um ramo da polifonia que culmina no discurso de Câmara Cascudo sobre o Catimbó, ao trocarem críticas e leituras sobre os escritos um do outro, ia se edificando uma influência significativa entre ambos na produção intelectual dos pensadores que por sua vez caracterizam também a sua formação discursiva.

Mais problemática do que a relação com o modernismo é o envolvimento de Câmara Cascudo com a Ação Integralista Brasileira. Matheus Lima aponta que “a relação de Cascudo com o integralismo é complexa, mas compreensível”³³. Não buscarei aqui validar ou não essa dita razoabilidade posta por Matheus Lima no envolvimento de Cascudo com o integralismo. Porém, é importante que pensemos o envolvimento de Cascudo com esse movimento que possui um caráter ultranacionalista e conservador, e como isso pode ter

³² Mario de Andrade, carta a Luís da Câmara Cascudo, São Paulo, 23 de dezembro de 1930, Acervo Privado Ludovicus ICC

³³ Lima, 2008, p. 177

influenciado na forma como o potiguar se colocava sobre a cultura popular e especificamente sobre o Catimbó, tendo em vista que o período em que Câmara Cascudo esteve ligado ao integralismo é justamente o período de desenvolvimento de sua pesquisa etnográfica sobre o Catimbó.

A correspondência privada de Câmara Cascudo nos revela sua participação efetiva na elaboração de pesquisa integralista. Na tentativa de constituição de um resgate histórico a favor do integralismo Cascudo entra em contato com o padre Constant Lastenin a fim de recuperar a etimologia da saudação integralista “anauê” e este o responde; “A respeito do seu bilhete de 20.12, tenho a honra de lhe responder que o vocabulo anauê não pode ser outro, caso seja emprestado ao tupy, senão a resposta vulgar a toda saudação: de lingua qual: Ndawé!”³⁴. Somado a isso, identificamos um contato efetivo entre Cascudo e Miguel Reale que relata o envio de revistas e a contribuição na formação do discurso integralista da obra *O Estado Moderno* (1934). Nessa carta Reale demanda de Cascudo uma análise sobre a popularidade do integralismo no Rio Grande do Norte ao pontuar que “precisamos de notícias do Rio Grande do Norte e espero que sejam tão boas como as do Rio Grande do Sul, que vai de vento em popa”³⁵. O debate integralista por sua vez permeia a sociabilidade intelectual de Cascudo também com outros interlocutores, como pudemos identificar ao analisar carta enviada por Arthur Coelho em 13 de julho do mesmo ano que o questiona; “Como vae a causa do integralismo? Recebi um livro do

³⁴ Padre Constant Lastenin, carta a Luís da Câmara Cascudo, Paris, 26 de dezembro de 1934, Acervo Privado Ludovicus ICC, acesso em 03 de setembro de 2025.

³⁵ Padre Constant Lastenin, carta a Luís da Câmara Cascudo, Paris, 26 de dezembro de 1934, Acervo Privado Ludovicus ICC, acesso em 03 de setembro de 2025.

Barroso, sobre esse assunto, cuja leitura está reservada para as minhas férias, que começarão no dia 28 deste.”³⁶

Fica exemplificado nesse sentido que o envolvimento de Cascudo com o integralismo não foi nada superficial e que é plausível a hipótese de que o posicionamento político desse movimento tenha influenciado diretamente sua elaboração discursiva sobre o Catimbó. Como veremos nas seções que seguem, Cascudo busca no decorrer da escrita de Meleagro (1951) pormenorizar e até anular a contribuição da negritude no processo de formação do Catimbó, e isso passa a fazer mais sentido quando localizamos o sujeito no tempo e no espaço que envolvem a produção de sentido, portanto, pensar que a estratégia de embranquecimento do Catimbó pode estar contaminada por uma frente política que até hoje carrega o lema “Deus, Pátria e Família”³⁷ não é algo distante de ser percebido.

O percurso da gênese de Meleagro: entre categorias e contradições

A prática de Câmara Cascudo enquanto etnólogo e sua produção intelectual, construíram determinado prestígio no campo de intelectuais brasileiros, suas observações etnográficas foram sendo paulatinamente aglutinadas em textos publicados em periódicos do próprio Rio Grande do Norte como é o caso das dezoito crônicas publicadas entre 31 de maio e 29 de junho de 1934 no jornal *A República*³⁸ que culminaram no lançamento da obra *Viajando o Sertão*, ou ainda, o artigo *Catimbó em 1941* publicado em 6 de setembro de 1942 no *Diário de Notícias do Rio de Janeiro* que compõem uma análise crítica das suas observações iniciais sobre

³⁶ Arthur Coelho, carta a Luís da Câmara Cascudo, Nova York, 13 de julho de 1934, Acervo Privado Ludovicus ICC, acesso em 03 de setembro de 2025, doc Nº 260.

³⁷ O lema “deus, pátria e família” está vinculado ao símbolo da ação integralista no site ativo hoje: <https://integralismo.org.br/sintese-doutrinaria/> acesso em 13 de setembro de 2025.

³⁸ Maciel, 2022, p. 4

o Catimbó do RN. Sua observação crítica sobre seu próprio estudo demarca uma flutuação nos direcionamentos e nos objetivos que ele assumia em categorizar o Catimbó, como em suas palavras; “Andei, em 1929, estudando assuntos negros. Mandeí um estudo para o Primeiro Congresso Afro-Brasileiro, estudo publicado e que é um dos meus remorsos. Tivera mais direções que uma rosa dos ventos e as leituras não justificaram fundamento para aquelas andanças”³⁹.

Como é posto no último excerto, o percurso de elaboração discursiva de Câmara Cascudo, assim como toda obra, é atravessado por diversas alterações de sentido, perspectivas e influências externas, o que nos leva a admitir que não necessariamente a narrativa do pensador potiguar pode ser pensada como totalidade de sua observação. Por mais que ele admita que determinadas informações são postas em forma de depoimento, não podemos ignorar o processo de gênese do seu discurso⁴⁰ e as contradições que podem ser verificadas a partir dos arquivos da criação de uma de suas obras, tendo em vista que “a aventura da escritura corresponde a motivações particulares dos autores”⁴¹. Portanto, propomos agora reconstituir uma parte da gênese de Meleagro (1951) tomando como ponto de partida as (re)considerações postas pelo potiguar no seu artigo *Catimbó em 1941*.

O ano de 1928 além de marcar o retorno de Câmara Cascudo a sua cidade Natal, após a conclusão do curso de Direito aponta o início de um projeto pessoal de dedicação e pesquisa às questões culturais. A década de 30 é marcada por um grande engajamento político, religioso e social que influenciou significativamente os

³⁹ Câmara Cascudo, *Catimbó em 1941*, Diário de Notícias, Rio de Janeiro, Ed. Especial. SN, 1942.

⁴⁰ Concordamos com a professora Maria de Lourdes Charlon ao afirmar que “a descrição etnográfica é, de certa forma, o resultado de muitos fatores: personalidade do pesquisador, seu encontro com o “outro”, suas escolhas estratégicas na apresentação de detalhes, a construção do seu texto, etc” (Charlon, 2010, p. 86)

⁴¹ Idem, *ibidem*.

interesses de pesquisa e produção intelectual de Câmara Cascudo. Muito embora sua pesquisa não tivesse como base o culturalismo como foi o caso de Gilberto Freyre nem tampouco uma crítica marxista como foi o caso de Caio Prado Júnior, possuía um “cunho profundamente nacionalista”⁴².

O interesse de Cascudo pelas questões culturais e pela experiência popular no seu estado é demarcada como provocações que o acompanham desde sua infância, vinculando sua futura produção à estruturação de um projeto de memória que buscava articular suas vivências à sua observação. Em meados de 1910, Cascudo passa a desenvolver certa experiência de escrita jornalística para a coluna *Bric-à-Brac*⁴³, vinculada ao Jornal A Imprensa - periódico de propriedade de seu pai - nela o pensador potiguar passa a desenvolver críticas literárias, que aos poucos colocarão Cascudo no lugar de pesquisador, posteriormente, possibilitando o início de uma experiência enquanto etnólogo, essa relação entre a escrita jornalística e a observação etnográfica irá ser crucial no processo de elaboração de sua produção intelectual na primeira metade do século XX, sendo uma das grandes obras desenvolvidas a partir da observação etnográfica o livro *Meleagro: pesquisa do Catimbó e notas de magia branca no Brasil* (1951) que é apontado por ele como tendo sido um esforço de observação etnográfica e categorização do Catimbó no Rio Grande do Norte.

Ao que indica no início da narrativa do seu artigo ele não se deu por satisfeito com o produto enviado para o Congresso Afro-Brasileiro, o que o fez reelaborar sua análise “em face da documentação adquirida por uma série de visitas e de amizades com os mais acatados Mestres do Catimbó em Natal”⁴⁴ e em seguida, Câmara Cascudo afirma;

⁴² Lima, 2008, pp. 176-177

⁴³ Idem, p. 175

⁴⁴ Câmara Cascudo, *Catimbó em 1941*, Diário de Notícias, Rio de Janeiro, Ed. Especial. SN, 1942.

A chefia de Polícia dera em cima dos Mestres, apreendendo material e livraria suja. Mas o Catimbó, como o gengibre, não pode ser arrancado totalmente porque se mete debaixo da terra. Os Mestres esconderam-se, fugiram para Recife, voltaram para o Pará, tornaram-se motoneiros, bodegueiros, compradores nas feiras. As mestras foram bater roupa, costurar, Vez por outra atendia-se a um fiel devoto, com as devidas precauções.⁴⁵

É possível perceber uma estratégia interessante na formulação do discurso de Cascudo sobre o Catimbó, ao passo que ele pontua que adquiriu determinada documentação “por uma série de visitas e de amizades com os mais acatados Mestres do Catimbó em Natal” e em seguida afirma que “Os Mestres esconderam-se” cabe uma compreensão de que existia uma tentativa de unificar a narrativa em questão para que a leitura do que é de como se constitui o Catimbó fosse apenas a sua, tendo em vista a validação que seu discurso carregava no ambiente de produção intelectual da época, pode-se mensurar que também a partir dos estudos sobre essa prática religiosa no nordeste, Cascudo também se constituía enquanto referência única sobre o tema, obliterando possibilidades outras para se pensar identidades possíveis para essa prática religiosa, o que por conseguinte, vai ser acompanhado de uma escolha de representações suas numa disputa de narrativas.

É fato que Câmara Cascudo, ao elaborar seu discurso de pretensão categorizante do Catimbó, considera a existência de um hibridismo na sua formação. Porém, não é possível compreender que ele admite de fato essa hibridização como um fator contínuo que é

⁴⁵ Idem, *ibidem*.

pertinente ao encontro entre culturas, admitindo ainda uma contradição na sua própria narrativa, ao afirmar que “1929 a 1941 o Catimbó nada mudou” ele em seguida começa a puxar a predominância desse hibridismo para uma perspectiva de embranquecimento do Catimbó, uma estratégia que como apontamos na introdução desta pesquisa, acompanha todo o discurso da obra em Meleagro ([1951]1978) e que podemos também acompanhar no decorrer do artigo que estamos analisando agora. Ao passo que ele afirma que “nada mudou” também reconhece que “o número de mestres caboclos (indígenas) é infinitamente maior. A influência da pajelança amazônica está-se impondo”⁴⁶.

Por mais que Câmara Cascudo parecesse se opor a um discurso que localizava em uma perspectiva marginal as práticas religiosas do Catimbó era justamente os enunciadores desse tipo de discurso que Cascudo operacionalizou para coletar material e criar “[...] condições para que a (sua) pesquisa [...] se fizesse, assim, era dos [...] soldados e delegados de polícia, que se tornarão colaboradores do mestre do folclore nacional”⁴⁷, que advinham algumas das informações folclóricas.⁴⁸ Um exemplo disso é o *Adendo* à segunda edição de Meleagro (1978) no qual Câmara Cascudo operacionaliza um apanhado de materiais apreendidos pela polícia somados à uma reportagem de título *Prisão de macumbeiros na Praia do Meio: Apreensão de Material. Cartas de “vítimas”. O eterno triângulo*⁴⁹, a reportagem repetidamente utiliza de adjetivos com “macumbeiro”, “bugingangas”, “material de macumba” além da narrativa de um trabalho de catimbó que foi julgado como “fraco” por pessoas “entendidas” pelo que afirma Cascudo.

⁴⁶ Câmara Cascudo, *Catimbó em 1941*, Diário de Notícias, Rio de Janeiro, Ed. Especial. SN, 1942.

⁴⁷ Albuquerque Jr., 2013a, p.174, *apud*. Maciel, 2024, p. 5

⁴⁸ Albuquerque Jr, 2013a, p. 175, *apud*. Maciel, 2024, p. 5

⁴⁹ Câmara Cascudo, *Meleagro*, 1978, p. 200.

Somado a isso, tendo admitido a predominância da pajelança amazônica como campo semiótico que vai se amplificando dentro do Catimbó do Rio Grande do Norte considera que em contrapartida;

o prestígio do espiritismo é notável. Vários Mestres deixaram a 'marca mestra' e são unicamente 'médiuns, olhando superiormente para os antigos companheiros. Nestes a decoração da sala é estridentemente católica: santos, crucifixos, redomas, relíquias e , inevitável, Nossa Senhora de Nazaré⁵⁰

Ainda;

A bibliografia modificou-se. Não mais o "Livro de S. Cipriano" nem o "Livro da Bruxa de Évora", fontes inspiradoras. Estão desmoralizados inteiramente. Numa sessão no "Carrasco", arredores do Alecrim, em Natal, o Mestre recitou, de cor, a oração "caritas", dos Espíritas, no meio dos cachimbos, raízes, bacias, maracás, mussuis e cheiro de aguardente.⁵¹

Podemos inferir que a partir de uma aproximação com o kardecismo, somado a tentativa de realizar um rastreo das origens do Catimbó, Cascudo articula um discurso de embranquecimento dessa prática religiosa, sendo interpretado como uma forma de reforçar a tradição nacional, deixando às margens da formação dessa

⁵⁰ Câmara Cascudo, *Catimbó em 1941*, Diário de Notícias, Rio de Janeiro, Ed. Especial. SN, 1942.

⁵¹ Câmara Cascudo, *Catimbó em 1941*, Diário de Notícias, Rio de Janeiro, Ed. Especial. SN, 1942.

expressão cultural o componente negro. Como especificado por ele mais a frente na narrativa do artigo que estamos analisando, quando ele afirma que; “Em parte alguma deparei Ogum, Xangô, Oxalá, os velhos orixás simpáticos da Bahía policolor e deliciosa de 1917-18”⁵², o que é uma contradição interessante quando ouvimos até hoje em dia em barracões de Jurema, ou em casas de rezadeiras do Rio Grande do Norte, pontos cantados que trazem uma exemplificação da hibridização constante que o Catimbó e a Jurema Sagrada experimentam, a exemplo um ponto que como dizem os mais velhos, o fala:

Ogum era menino
Grande na mesa de Umbanda
Seu pai vence a guerra
E Ogum leva a demanda.
Ê beira mar
Oh ê beira mar
A espada de Ogum ela é de ouro ela é sagrada
De levar os malefícios a macumba e os feitiços
Do meio das encruzilhadas
Joga pras ondas do mar

De qualquer forma, ainda no mesmo documento Câmara Cascudo defende que “O catimbó, monopólio do feiticeiro-negro, está nas mãos de multos e brancos. O negro é minoria acabrunhada”⁵³

Ou seja, o catimbó, como tantas vezes ocorre na obra de Cascudo, embora seja fruto de contribuições africanas e indígenas, termina por ser “uma constante etnográfica de surpreendente poderio psicológico” que nos leva aos gregos, seria “feitiço da Grécia, em

⁵² Câmara Cascudo, *ibidem*.

⁵³ *Idem*, *ibidem*.

mão africana”, magia branca em mãos negras.⁵⁴

Essa estratégia de assimilação de uma observação etnográfica com o repertório de quem produz determinado discurso sobre as práticas religiosas brasileiras é algo que é praticado desde o período colonial brasileiro, como afirma o professor Ronaldo Vainfas em sua obra *A Heresia dos Índios* ([1995]2022). Ao iniciar sua análise sobre as práticas religiosas indígenas no nordeste brasileiro, especificamente sobre a experiência dos caraíbas tupis⁵⁵, o professor afirma que ao passo que em um primeiro momento os portugueses que chegaram ao litoral brasileiro não concebiam a possibilidade da existência de religião entre os gentios brasileiros, quando se deparam com os caraíbas e os rituais religiosos praticados por esses homens imediatamente realizam uma prática de assimilação e desenvolvem um discurso de demonização das experiências religiosas dos povos tupis, mudando a percepção de negação de possibilidade para a impossibilidade de manutenção, nesse sentido a narrativa dos europeus passa a descrever “festas verdadeiramente diabólicas, réplicas do sabá europeu, idolatrias rebeldes heréticas. Passariam da perplexidade ao medo, do desconhecimento ao pânico”.⁵⁶ Porém, a contragosto do fluxo colonialista, a religiosidade indígena “sobreviveu nos catimbós e nas umbandas”⁵⁷ e continua até

⁵⁴ Albuquerque Jr, 2010, p. 18.

⁵⁵ “Homens considerados especiais, que tinham o poder de conversar com os mortos, os espíritos ancestrais [...] Costumavam pregar pela manhã, eloquentes, 'senhores da fala', estimulando os bravos a guerrear e a buscar, sem medo, a morada dos heróis antigos, a terra de bem-aventurança onde não se morria jamais. Pregavam em transe, após sorverem a fumaça de certa erva, e de conversarem baixinho com suas cabaças mágicas” Vainfas, 2022, p. 17

⁵⁶ Vainfas, 2022, p. 18

⁵⁷ Idem, p. 278

hoje a simbolizar uma perspectiva de resistência e de ancestralidade negra e indígena.

Considerações Finais

A investigação da gênese de *Meleagro* (1951) evidencia que a obra de Luís da Câmara Cascudo foi produzida em um terreno de disputas simbólicas, atravessada por redes de sociabilidade intelectual, condicionantes políticos e escolhas discursivas. O percurso de escrita do livro revela um movimento de apropriação seletiva de referências, marcado tanto pela valorização de certas fontes quanto pelo silenciamento de outras.

Ao analisar correspondências, colunas jornalísticas e demais registros do arquivo pessoal do autor, foi possível perceber que a narrativa de Cascudo buscava não apenas legitimar sua posição como autoridade etnográfica, mas também reorganizar o Catimbó em um quadro interpretativo que o distanciava de suas matrizes afro-indígenas. Nesse processo, operou mecanismos de ressignificação que atenuaram aspectos centrais da religiosidade, reconfigurando-os sob um olhar erudito e europeu. Mais do que uma simples descrição etnográfica, *Meleagro* resulta de operações discursivas que exprimem o lugar social e ideológico de seu autor. O Catimbó, ao ser narrado por Cascudo, foi simultaneamente reconhecido e transformado, consolidando uma representação que repercutiu na maneira como a prática passou a ser compreendida em espaços acadêmicos e religiosos.

Assim, o estudo reafirma a relevância dos arquivos pessoais como chave para compreender não apenas a produção de uma obra, mas a própria constituição do sujeito discursivo. A leitura crítica da gênese de *Meleagro* permite concluir que a categorização do Catimbó construída por Cascudo não é neutra, mas fruto de escolhas que projetam uma visão particular sobre a religiosidade popular. Reconhecer tais estratégias e contradições é fundamental para

tensionar leituras consagradas e abrir espaço para interpretações mais plurais sobre as tradições afro-indígenas no Brasil.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. Mãos Negras, Mentes Gregas: as narrativas de Luís da Câmara Cascudo sobre as religiões afro-brasileiras. **Esboços: Histórias em Contextos Globais**, v. 17, n. 23, p. 9–30, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2010v17n23p9>. Acesso em: 30 jul. 2025.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura Oral no Brasil**. [S.l.]: Global Editora, [1978] 2021.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Meleagro: pesquisa do Catimbó e notas de magia branca no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1978.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Viajando o Sertão**. [S.l.]: Global Editora, [2009] 2021.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 5, 1991.

CHARLON, M. L. P. Os cadernos de campo de Roger Bastide. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 53, p. 85-119, jul./dez. 2010. Editora UFPR.

FERNANDES, Cleudemar Alves; SÁ, Israel de. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. São Carlos: Pontes, 2021.

IUMIATTI, P. T.; NICODEMO, T. L. Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 97-120, 2018. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-05>. Acesso em: 3 ago. 2025.

LEITE, Marcelo. **A ciência encantada de Jurema: como uma raiz da caatinga uniu indígenas e africanos na resistência anticolonial e hoje inspira pesquisas psicodélicas**. São Paulo: Fósforo, 2025.

LIMA, M. S. Percurso Intelectual de Luís da Câmara Cascudo: Modernismo, Folclore e Antropologia. **Perspectivas**, São Paulo, v. 34, p. 173-192, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2242>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MACIEL, Raquel Silva. O que quer uma carta? Uma sistematização acerca da epistolografia de intelectuais. **Trilhas da História**, v. 10, n. 20, p. 51-67, 2021.

MACIEL, Raquel Silva. **O colecionador de palavras: o projeto dicionarístico de Luís da Câmara Cascudo**. 2024. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2024.

MORAES, M.; MARQUES, R. Mário de Andrade: diálogos epistolares com paraenses e cearenses. **Estudos Avançados**, v. 36, n. 104, 2022.

OLIVEIRA, Giuseppe. **Correspondência de Luís da Câmara Cascudo: arquivos da criação e redes de sociabilidade intelectual**. São Paulo: USP, 2016.

SALLES, Sandro Guimarães de. **À sombra da Jurema encantada: mestres juremeiros na umbanda de Alhandra**. Recife: Ed. Universitária, 2010.

SAMPAIO, Dilaine Soares. Catimbó e Jurema: uma recuperação e uma análise dos olhares pioneiros. **Debates do NER**, Porto Alegre, n. 30, p. 151-194, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/63469/40377>. Acesso em: 10 out. 2024.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FONTES

ALMEIDA, Renato. **Carta a Luís da Câmara Cascudo**. Ribeirão Preto, 4 fev. 1929. Acervo Privado Ludovicus – Instituto Câmara Cascudo. Doc. n. 178.

ANDRADE, Mário de. **Carta a Luís da Câmara Cascudo**. São Paulo, 6 set. 1929. Acervo Privado Ludovicus – Instituto Câmara Cascudo.

ANDRADE, Mário de. **Carta a Luís da Câmara Cascudo**. São Paulo, 23 dez. 1930. Acervo Privado Ludovicus – Instituto Câmara Cascudo.

COELHO, Arthur. **Carta a Luís da Câmara Cascudo**. Nova York, 13 jul. 1934. Acervo Privado Ludovicus – Instituto Câmara Cascudo. Doc. n. 260. Acesso em: 3 set. 2025.

COSTA, Craveiro. **Carta a Luís da Câmara Cascudo**. Maceió, 6 jan. 1929. Acervo Privado Ludovicus – Instituto Câmara Cascudo.

LASTENIN, Constant (Padre). **Carta a Luís da Câmara Cascudo**. Paris, 26 dez. 1934. Acervo Privado Ludovicus – Instituto Câmara Cascudo. Acesso em: 3 set. 2025.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. Catimbó em 1941. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, Ed. Especial, s.n., 1942.

CORECON. **Mapeamento das populações indígenas e quilombolas no RN**. 5 set. 2023. Disponível em: <https://www.corecon-rn.org.br/2023/09/05/mapeamento-das-populacoes-indigenas-e-quilombolas-no-rn/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

NARRATIVAS DO PASSADO-PRESENTE MEDIEVAL: educação e segurança no Portugal medievo

Gilson Pôrto Jr.

Introdução (ou para início de conversa...)

Bernardo de Chartres teria dito: “Somos anões empoleirados nos ombros de gigantes. Podemos ver mais e mais longe do que nossos predecessores, não porque temos visão mais aguçada ou maior altura, mas porque somos levantados e carregados sobre sua estatura gigantesca (ou sobre seus ombros)”, em outra variação (McGARRY, 1955, p. 167).

A atribuição desse pensamento foi feita por João de Salisbury por volta 1159, na obra *Metalogicon*, Livro III. Bem, como historiadores, o primeiro pensamento que nos vem a mente é: quando Salisbury atribuiu o *nanos gigantum humeris incidentes* (ou, anões montados nos ombros de gigantes) quem eram esses gigantes? Gregos, romanos? Pais da cristandade em formação? Você diria: Fácil, ele falava dos intelectuais que o antecederam. De fato, seria uma saída, mas, é difícil fechar o contexto com certeza, pois se tratava de uma narrativa do *outro*. Esse outro, Bernardo, teria dito? Mas, teria dito dessa forma e com essa ideia associada?

As problematizações são apenas para reforçar o que queremos partilhar neste capítulo: quando o assunto são as narrativas construídas, isto é, possíveis momentos de registro “fidedigno” da fala e das ações do *outro*, elas continuam sendo uma construção muito própria daquele que narra, que passa a atribuir o “tom e o sentido”. Nesse capítulo nos propomos a problematizar mais do que apresentar certezas, mas que permitem ao historiador (e outros que enveredam pela temática) construir rotas de pensamento e de pesquisa.

O que sabemos sobre o medieval, segundo as fontes (ou que dizem as narrativas)

Le Goff (1995) nos ajuda a entender que temos tempos diferenciados, ou como ele mesmo aponta, o “tempo da igreja e tempo do mercador”. De um lado o tempo sacramental concebido por teólogos e filósofos cristãos (o tempo da igreja) e do outro, o tempo pragmático manipulado pelos mercadores (o tempo do mercador). Arrisco-me a parafrasear Le Goff, dizendo: “temos a *narrativa* da igreja e a *narrativa* do mercador”.

Por que estamos focando na noção de narrativa? Porque entendemos que o ponto central para problematizar o medieval está na compreensão de que se tratava de uma construção, **do outro e pelo outro**, enviesada pelo **olhar do presente**.

Mota (2005, p. 2) diz sobre o conceito de narrativa:

“[...] A narrativa **traduz** o conhecimento **objetivo e subjetivo do mundo** (o conhecimento sobre a natureza física, as relações humanas, as identidades, as crenças, valores e mitos, etc.) em relatos. A partir dos enunciados narrativos somos **capazes de colocar as coisas em relação umas com as outras em uma ordem e perspectiva, em um**

desenrolar lógico e cronológico. É assim que compreendemos a maioria das coisas do mundo”.

Nessa perspectiva, a trama, isto é, a tessitura do tecido histórico é dada pelo autor, que ao se revestir do papel de criador, também compreende os tempos e espaços eivados e traspassados pela sua própria existência. Para exemplificar essa afirmação e que a compreensão dela não é nada nova, cito aqui Santo Agostinho, no livro XI das Confissões quando ele fala sobre o “presente das coisas passadas”, o “presente das coisas futuras” e “presente das coisas presentes”:

Na eternidade nada passa, **tudo é presente**, ao passo que o tempo nunca é todo presente. Esse tal verá que o **passado é impelido pelo futuro e que todo o futuro está precedido dum passado, e todo o passado e futuro são criados e dimanam d’Aquele que sempre é presente.** Quem poderá prender o coração do homem, para que pare e veja como a eternidade imóvel determina o futuro e o passado, **não sendo ela nem passado nem futuro?** Poderá, porventura, **a minha mão que escreve explicar isso?** Poderá a atividade da minha língua conseguir pela palavra realizar a empresa tão grandiosa? (1987, p.216) (grifos do autor)

Partindo dessa ideia, entendemos provisoriamente que *tudo é narrativa*, uma construção do presente e, portanto, quando olhamos, por mais objetivos que sejamos, para a Idade Média e seu

corpus, tendemos a estar motivados pelos anseios e necessidades do presente moderno, nossas subjetividades e, claro, nossa própria vontade de narrar e construir o próprio tecido histórico.

Ou, como Veyne (1998, p. 42) também definiu:

Os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, **de uma mistura muito humana e muito pouco "científica" de causas materiais, de fins e acasos**; de uma fatia da vida que o historiador isolou **segundo sua conveniência**, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa. (grifos do autor)

Então, qual a saída para o historiador que se debruça sobre as fontes do passado medievo para fazermos essas "falarem sobre si e sobre seu tempo", desvelando o mais fidedignamente as histórias?

Sirinelli (1999, p. 82) aponta uma possível saída, apelando para a consciência da existência dessa subjetividade como meio:

A consciência dessa subjetividade permite ao mesmo tempo freá-la – o historiador, insistimos nisso, dominando seu 'tempo' com seu 'ofício', no sentido técnico do termo – e como vimos, utilizar-se dela quando pode ajudar na reflexão histórica.

Seria essa a saída viável para o "ofício" de historiar sobre o medievo? Deixo aqui a pergunta aberta e o campo para possíveis mergulhos e críticas.

Mundo de metáforas e eufemismos

Outro ponto que precisamos compreender, ou melhor, problematizar, é que o medievo é um **mundo de metáforas e eufemismos**. E temos muitas e das mais diversas: existem metáforas medievais que reforçam a imagem do bom, do belo, do agradável, do religioso, do honesto e do casto, apenas para citar. É também, como destaca Jean Delumeau, na obra *História do medo no ocidente*, um mundo recheado pelo medo, pelo medo do outro, pelo medo dos céus, dos santos e dos demônios, e em uma constante luta entre o “reino dos céus e o reino do diabo” (Delumeau, 2009). É claro que quando adentramos em outros períodos históricos, como por exemplo, na Antiguidade Clássica, encontramos situações semelhantes de metáforas em muitas fontes (Homero, Tucídides, Heródoto, entre outros). Mas não tão explorados, ao ver deste pesquisador, no passado e no presente!

Utilizarei como estudo de caso, o Castelo de Trancoso (em Portugal). Ele faz parte da missão de pesquisa que realizei em 2018 em 25 castelos portugueses, com foco no desenvolvimento do Projeto de pesquisa “Curadoria e Arquitetura Histórica: Patrimônio e Sociedade”, na sub-ação “Castelos Medievais, arquitetura e gamificação: ferramentas para construção de espaços históricos virtuais”, registrado na Universidade Federal do Tocantins.

O Castelo possui uma história bem interessante, apesar de ser uma construção simples.



Foto: Castelo de Trancoso, Arquivo pessoal, 2018.

O castelo tem origem declarada entre os séculos VIII-IX e é considerado pelos locais como uma das mais importantes fortificações da Beira Interior Norte de Portugal. A cidade de Trancoso e o castelo possuem diversas “**camadas históricas e categorias meta-históricas**” que remontam, segundo “narrativas locais”, ora a pré-história, ora aos romanos. De qualquer forma, para nosso caso, vamos adotar as camadas “mais medievais”, no Reinado de Abd al-Rahaman III (891-961), califa de Córdoba.

Segundo o próprio registro local, em 936, o Castelo (ou a Torre defensiva) de Trancoso foi reconquistado das mãos muçumanas e passado em testamento por Rodrigo Tedoniz a sua filha Chamôa (ou Flâmula) Rodrigues em 960.



Foto: Castelo de Trancoso, Arquivo pessoal, 2018.

Entre 960 e 1140, o Castelo de Trancoso recebeu diversas ofensivas muçulmanas, até que D. Afonso Henriques começasse a independência de Portugal. Oficialmente, o Castelo de Trancoso é fundado em 1159, e em 1173 doado a Ordem do Templo. Sob a posse da Ordem do Templo, o Castelo de Trancoso enfrentou ataques e invasões castelhanas até por volta de 1398.

O que encontramos em Trancoso é um retrato e ao mesmo tempo uma metáfora do “corpus medieval incerto” que valorizava a segurança das fronteiras e dos espaços nacionais, que era o Portugal medievo: muitas camadas de histórias (e temporalidades) cruzadas e interligadas por vidas e mortes, por promessas de segurança e

proteção, eivadas pela ausência de fatos e registros, de tempos em que a manutenção da história escrita não era uma prática laica e sistemática.

Para não concluir...

Que narrativas de idade média queremos? A de Reis? Príncipes? Cavaleiros e donzelas? Castelos e ordens? Essas existem e são alimentadas por uma infinidade de filmes e séries nos últimos anos, além de romances dos mais variados níveis.

Mas algo é fundamental: Quando um historiador se vê frente a um documento medieval (assim como com quase todo documento histórico), ele tenderá a emitir juízos e, mais do que isso, ele usará a imaginação científica – bem ao tom de Karl Popper – para preencher as lacunas existentes. Tentará compreender os costumes e a mente das pessoas que viveram e produziram o documento, verificará o que já foi escrito a respeito e refletirá. Sua subjetividade (todo o escopo de sua compreensão, desejos, imaginário e paixões) será incorporado nas observações e análises que fizer, como bem lembra Jean Glènisson⁵⁸. Nesse respeito, as observações de Marrou (1978: p. 247) no texto *História, Verdade e Valores* apontam para a procura de uma verdade que embora “parcial, fragmentária, submetida a imperiosos condicionamentos” pode ser considerado conhecimento *verdadeiro*.

Com isso em mente, que dizer das narrativas ocultadas/não ditas/não registradas? É possível pensar em uma Idade Média a partir da narrativa dos excluídos, a exemplo, das pesquisas de Carlo Ginzburg, em “O queijo e os vermes”, “História Noturna” e “Os Andarilhos do Bem”? Aí temos o grande problema, ou a **lacuna**

⁵⁸ A ideia do caráter subjetivo do fato histórico é também analisado por Jean Glènisson no capítulo II do livro *Iniciação aos Estudos Históricos*, intitulado “O Objeto Intelectual da Pesquisa: O Fato Histórico”.

historiográfica a ser preenchida: para sabermos dos excluídos, temos de procura-los. Onde? Nos registros dos reis, príncipes e cavaleiros. Eles estão lá, silenciados, quietos e mudos, entre a experiência temporal e social dos “grandes”, mas existem. Esperam para terem suas vozes ecoadas e suas narrativas contadas.

“Não há legado maior que a honestidade” - William Shekespeare

Referências

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente: 1300-1800, Uma cidade sitiada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LE GOFF, Jacques. Na Idade Média: tempo da Igreja e o tempo do mercador. In: LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média.** Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 43-60.

MARROU, Henri-Irénée. **Sobre o Conhecimento Histórico.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

McGARRY, Daniel. **THE METALOGICON OF JONH SALISBURY:** a twelfth-century defense of the verbal and logical arts of the Trivium. Berkeley: University of California Press, 1955, p. 167. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2027/mdp.39015008932611>.

MOTTA, Luiz Gonzaga. A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. Trabalho apresentado no **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.** Rio de Janeiro, set 2005.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões.** São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores)

SIRINELLI, Jean-François. Ideologia, Tempo e História. In: CHAUVEAU, Agnès e TÉTARD, Philippe. **Questões para a História do Presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História: Foucault revoluciona a História**. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. pg. 42.

A

Aceleração social, 34

Antropologia, 10, 91, 119-121, 123, 128-129, 137, 139, 166, 181, 184

Arquivos, 8, 14-15, 26, 30, 32, 42-45, 50-52, 141, 145, 148-149, 151, 157, 164-166, 182

B

Braudel, Fernand, 19, 22, 36

C

Castelo de Trancoso, 15, 173-175

Catimbó, 15, 141-147, 153-165, 167-168, 181

Cidade, 2, 7, 10, 13-21, 26-27, 31, 33-37, 54-56, 66, 68-69, 74, 79, 85, 95, 105-118, 126, 135, 137, 157, 174, 177, 183

Colonialidade do saber, 29

Consciência histórica, 26, 32-34, 109

Cultura digital, 16

D

Decolonialidade, 99, 102-103

Descolonização, 12-13, 28-30

Documentação histórica, 39-40, 42-44, 50-51

E

Educação patrimonial, 7, 13, 105, 112, 114, 116-118, 183

Epistemologia, 12, 14, 17, 29-31, 35, 92, 97

Escalas, 7, 10, 15, 17, 22-24, 28, 33-35, 37

Estado-nação, 28

Etnografia, 96, 101, 120-122, 136

F

Fontes históricas, 11, 39-60, 171, 176

Fractais, 2-3, 4, 6, 9-10, 15

G

Gamificação, 173

Geometria da temporalidade, 17-21

Ginzburg, Carlo, 22, 36, 178

H

Hartog, François, 18-21, 31, 37

Herança cultural, 105-118

História conectada, 28-29

História cultural, 10-11, 109, 149, 167

História global, 28-30, 59

Historicidade, 2, 7, 10, 14, 16-21, 27, 31, 33-35, 37, 56

Historiografia, 4, 9, 11, 13, 15, 17-18, 20-21, 24-30, 34, 36, 41, 51, 54, 58-59, 148

I

Identidade, 13, 27, 31, 33, 66, 105-118, 120, 126-130, 136, 144, 159, 170, 181, 183

Interdisciplinaridade, 9-10, 13, 91, 104

J

Jogos de escalas, 23, 37

L

Le Goff, Jacques, 15, 176, 178

Longa duração, 19, 22, 31, 33

M

Memória, 2, 5, 12-14, 18, 21, 26, 31-37, 47, 49-50, 52, 56-58, 60, 62-68, 73-75, 81, 84-88, 103, 105-118, 120, 128-130, 138, 158, 181, 183-184

Metodologia, 17, 46, 57, 60, 97, 114, 121, 136, 149, 167

Micro-história, 22-24, 37

Modernidade, 20, 28-31, 33, 36-37, 90

Museologia, 10, 90, 93, 95, 97, 104, 181-182

Museus etnográficos, 7, 12-13, 89-90, 93-94

N

Narrativa, 8, 11-12, 15, 17-35, 37, 55-57, 64, 66-68, 72, 74-75, 90, 92, 94-95, 120, 125-126, 132, 142, 147, 151, 157-165, 169-171, 174, 176-177, 181

Nhandereko, 7, 13-14, 119, 134-136

P

Paradigma indiciário, 22

Patrimônio, 10, 13, 31, 50, 53, 56, 91, 94, 103, 105, 107-118, 120, 173

Patrimônio cultural, 50, 53, 56, 103, 110-115, 117-120

Piquiá de Baixo, 7, 11-12, 61-88, 184

Polígono historiográfico, 19, 21, 23-24, 27, 29-35

Portugal medieval, 8, 15, 169

Presentismo, 18-19, 31, 35, 37

R

Regimes de historicidade, 7, 10, 17-21, 34-35, 37

Resistência cultural, 13, 119, 127-129, 135, 137

Ricoeur, Paul, 18-19, 25, 37

S

Santo Agostinho, 15, 176, 178

Subalternidade, 13, 30

T

Temporalidade, 7, 9-11, 14-15, 17-18, 20, 22, 27-28, 30-35, 57-58, 106, 110, 175

Teoria da História, 17-21, 24, 31, 33-35

Tempo histórico, 18-22, 31-35

V

Veyne, Paul, 15, 176, 178

Virada linguística, 18, 24

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES

CLÁUDIO ROBERTO ARAÚJO DE ARRUDA JÚNIOR

Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFCG, Linha de pesquisa: História, Cultura e Identidades, atualmente desenvolve pesquisa sobre a narrativa de Luís da Câmara Cascudo sobre o Catimbó do Rio Grande do Norte. cursou graduação em História na UFCG, sendo bolsista CNPq no PIBID, atuando por 18 meses na ECIT - Elpídio de Almeida e monitor bolsista da disciplina de História Antiga Oriental.

FAGNO DA SILVA SOARES

Doutor em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Realiza estudos de pós-doutorado em História Pública Digital Aplicada pela Universidade Federal Fluminense (PGCTIn/UFF). Licenciado e bacharel em História (UEMA/Estácio), bacharel em Museologia e Antropologia pela Centro Universitário Leonardo Da Vinci (Uniasselvi). Pesquisador do Núcleo de Estudos de História Oral, da Universidade de São Paulo (NEHO/USP) e do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/GPTEC). Líder do CLIO & MNEMÓSINE - Centro de Estudos e Pesquisa em História Oral e Memória (IFMA) e do Laboratório de Humanidades – Ubuntu (IFMA). Membro Fundador da Rede Pan-Amazônica de História Oral (PANO). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA/Campus Açailândia).

FRANCISCO GILSON REBOUÇAS PÔRTO JÚNIOR (GILSON PÔRTO JR.)

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Graduado em Jornalismo, Pedagogia, História e Letras. Realizou estudos de pós-doutoramento nas universidades de Coimbra (Portugal), Cádiz (Espanha), Brasília (UnB) e Unesp. Professor na Universidade Federal do Tocantins (UFT), no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão, da Universidade Federal Fluminense (PGCTIn-UFF), no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Saúde (PPGECS-UFT) e no Programa de Pós-Graduação em Museologia (PPGMuseu-UFBA). Coordenador do Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (Opaje).

GIUSEPPE RONCALLI PONCE LEON

Doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), Mestre em Ciências Sociais, e licenciado em História pela UFCG. Pós-Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (UFCG). Foi Professor Substituto do curso de História da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UAEADTec/UFRPE). Desenvolve pesquisas no campo dos estudos de gênero, cultura-popular-nordestina, correspondências, arquivos da criação, crítica genética, redes de sociabilidade intelectual, arquivos pessoais e ego-documentos; modernismo e regionalismo-tradicionalista-nordestino, com ênfase na obra de Luís da Câmara Cascudo, Mário de Andrade, Joaquim Inojosa, José Américo de Almeida e Gilberto Freyre.

KEILA QUEIROZ E SILVA

Possui Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal da Paraíba (1992), Bacharelado em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (1994), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1999) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, (2008). Atualmente é professora Titular da Universidade Federal de Campina Grande, professora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFCG) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFCG). É pesquisadora e coordenadora da Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI/UFCG). É coordenadora da linha História e Cidade no GRUPAL. Tem experiência na área de ensino de História, com ênfase em História do Brasil/Campina Grande, história local, história do tempo presente, atuando principalmente nos seguintes temas: Cidade, Corpos, Gênero, Identidades Etárias, Família, Infância, Juventude, Velhice, Educação Patrimonial /Popular Intergeracional, subjetividades, história oral, biografias e autobiografias.

LUCAS GOMES DE MEDEIROS

Doutor em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Desenvolve pesquisas com enfoque na história das religiões, cosmopercepções afro-ameríndias, memória, oralidade e tradições orais. Outros temas de interesse são os marcadores sociais da diferença, a saber, gênero, sexualidade, raça e território. Integrante do NINETS (Núcleo de Investigações e Intervenções em Tecnologias Sociais - UEPB). Atuou como docente substituto junto ao Magistério Superior na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) no curso de História (UACS/CFP-Cajazeiras-PB).

MATHEUS CARVALHO DE ABREU

Mestrando em História na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduado em História pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Atuou no Projeto “Cartografia Social de Piquiá de Baixo, em Açailândia-MA: memórias, trajetórias, política e ativismo midiáticos”, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

UBIRAJARA SALLES ZOCCOLI

Possui graduação em Ciência Sociais - licenciatura pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1984), graduação em Ciências Sociais - bacharelado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1985), graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (1988) e mestrado em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (1999). Foi professor de antropologia para cursos de direito da Faculdade Cenecista (Campanha Nacional de Escolas da Comunidade). Foi professor do Centro Universitário Campos de Andrade, para os cursos de direito, pedagogia, letras e secretariado executivo, aulas de antropologia, filosofia da educação e sociologia.

YAN VICTOR SILVA MACHADO

Graduando em Psicologia na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e pós-graduando em Educação, Diversidade e Inclusão Social no Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS). Bacharel em Antropologia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI). Possui como áreas de interesse principais: globalização e consumo de produtos culturais; relações étnico-raciais; e meio ambiente.

HISTÓRIA EM FRACTAIS

Vol. 1: Fragmentos do passado



Organizadores:
Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira
Fagno da Silva Soares
Gilson Pôrto Júnior


Observatório
Edições

ISBN: 978-6-59793-494-2



9 786597 934942